



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 63<sup>a</sup> reunião, realizada em 28 de agosto de 2020**

1 Em 28 de agosto de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio  
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros  
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante  
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildefonso Cunha  
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro,  
8 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Henrique  
9 Oliveira Carvalho, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social  
10 (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento  
11 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do  
12 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
13 (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de Mineração  
14 (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato  
15 da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues  
16 Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José  
17 Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio  
18 Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale  
19 do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade  
20 Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de  
21 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
22 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou  
23 aberta a 63<sup>a</sup> reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS**  
24 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra  
25 Grillo: “Inicialmente, eu gostaria de tecer algumas considerações sobre o meu  
26 voto de abstenção na reunião anterior sobre o empreendimento da Vale,  
27 Complexo Mariana, Mina de Fazendão. Após a reunião, as ONGs locais me  
28 chamaram atenção, e eu concordo que me equivoquei. Depois de conversar com  
29 muita gente, eu concordo que me equivoquei. Eu sei que não posso trocar meu  
30 voto, mas gostaria de registrar que eu não poderia me abster em função dos itens  
31 que não foram plenamente resolvidos naquele processo de licenciamento. Como  
32 por exemplo o rebaixamento do lençol freático com possível perda das águas  
33 termais em definitivo. As explanações feitas pela SEMAD e pela Vale foram muito  
34 boas, mas naquela reunião eu não fiquei confortável com as explicações. Por dois  
35 motivos. O primeiro: sem que haja uma avaliação realmente integrada de todo  
36 aquele complexo e não apenas da mina, eu fico inseguro sobre quais serão os

38 impactos hidrológicos na região no presente e no futuro. Alguns impactos serão  
39 definitivos, e sem maiores informações não sabemos quais e seus respectivos  
40 volumes de danos potenciais. O segundo ponto: no caso das águas termais, eu  
41 continuo achando que esse é um bem para séculos e não estou seguro quanto a  
42 sua recuperação integral após o encerramento da mina. Eu não estou fazendo  
43 uma afirmação de que não se recomporá, mas tenho um forte sentimento de que  
44 essa será uma perda definitiva, o que faz com que o projeto potencialmente seja  
45 insustentável econômica, social e ambientalmente. Sem uma análise baseada em  
46 informações mais profundas e seguras, o voto pelo deferimento seria não atentar  
47 para os princípios de prevenção e precaução. Meu voto pela abstenção foi um  
48 erro. Agora, mudando completamente de assunto, eu gostaria novamente de  
49 solicitar que o processo de digitalização de mapas e imagens seja realizado com  
50 resolução maior, mesmo que a SEMAD tenha que digitalizar as imagens  
51 separadamente com uma resolução maior. Essa resolução da imagem deveria ter  
52 um mínimo de 150 DPI, e o ideal é que fosse de 250 DPI. E, finalmente, no dia  
53 4/8, eu enviei para Teca, Vânia, Sabrina, Yuri, Orsini, Wagner e Paganini a minha  
54 proposta para a moção a ser votada na reunião de hoje, conforme acertado na  
55 reunião passada. Então, textualmente, a minha mensagem foi: 'Senhor presidente  
56 Yuri, apresentam a vossa excelência os conselheiros Carlos Eduardo Orsini e  
57 Wagner Soares Costa a presente moção de solicitação de reuniões sobre políticas  
58 ambientais no âmbito do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM),  
59 pelas razões abaixo aduzidas. À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
60 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), conforme legislação que dispõe sobre  
61 sua organização, incumbe a formulação, coordenação, execução e supervisão  
62 das políticas públicas de conservação, preservação e recuperação dos recursos  
63 ambientais visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade  
64 ambiental do Estado. É o Decreto 47.787, de 13/12/2019. Consoante com a  
65 competência estrutural da Secretaria, o COPAM tem, por finalidade, deliberar  
66 sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas,  
67 padrões e outras medidas de caráter operacional para preservação e conservação  
68 do meio ambiente e dos recursos ambientais. Artigo 14º da Lei 21.972/2016.  
69 Desse modo, com o escopo de garantir a discussão sobre política ambiental no  
70 contexto governamental do Conselho de Política Ambiental, de modo a ampliar e  
71 aprofundar os debates, surgiu a adoção das reuniões sobre políticas ambientais,  
72 conforme abaixo se dispõe. Reuniões extraordinárias a cada dois meses da  
73 Câmara de Atividades Minerárias (CMI), com o objetivo de discutir políticas  
74 ambientais e preparar propostas de alterações nos decretos, deliberações e  
75 procedimentos internos referentes aos processos de licenciamento ambiental. Os  
76 temas podem ser propostos pelos conselheiros, e a ordem das discussões sobre  
77 os temas será objeto de votação entre os conselheiros. E que a primeira reunião  
78 a se realizar seja ainda em setembro de 2020. Certo da sua atenção, aproveito a  
79 oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.' Esse e-  
80 mail então foi enviado com cópia também para o Orsini, que me respondeu

81 dizendo textualmente: 'Caro amigo Julio, está muito interessante a sua  
82 proposição, entretanto, teremos que verificar junto aos colegas as referidas  
83 disponibilidades. Seguem alguns pontos que eu gostaria de comentar. Todos têm  
84 seus compromissos, e nós temos sido voluntários para esse desafio  
85 representando a nossa sociedade. Certamente que as reuniões extras para tratar  
86 de assuntos específicos e de interesse do setor serão bem-vindas. Nosso  
87 presidente Yuri, com o devido conhecimento do regulamento, deverá analisar com  
88 interesse essa proposição. Independentemente dessas tentativas, estaremos  
89 analisando a questão da AAI, Avaliação Ambiental Integrada, à luz de outros  
90 estudos já realizados e que, no meu modo de ver, deveriam atender aos Princípios  
91 do Equador e aos ODS. Tive muita experiência nesse assunto atuando como  
92 consultor da Croácia no programa de despoluição e balneabilidade da Costa  
93 Oriental do mar Adriático e praticando os Princípios do Equador, em que os  
94 estudos realizados consideram a questão ambiental integrada e estratégica, pois  
95 está voltada para o processo de constituição da qualidade das águas para  
96 propiciar o desenvolvimento econômico focado no turismo e no desenvolvimento  
97 territorial da área anterior palco da guerra. A consequência desse processo foi tão  
98 somente a Croácia ter mais de 5 milhões de turistas por ano para uma população  
99 de pouco mais de 4,6 milhões que deve receber mais turistas que o Brasil.  
100 Concluindo, meu caro Julio, existe também a possibilidade de integração da AAI  
101 com a AAE, avaliação ambiental estratégica, como elemento importante para o  
102 delineamento político, econômico e ambiental do setor mineral, mineração  
103 sustentável para o Estado de Minas Gerais e projetar esse modelo para outros  
104 Estados brasileiros. Um forte abraço.' A minha resposta, ainda por e-mail, foi:  
105 'Creio que as duas propostas não são excludentes já que a AAI poderia ser, por  
106 exemplo, o primeiro tema a ser discutido pelo conselho da CMI nas suas reuniões  
107 extraordinárias. Acho uma boa ideia começar por esse tema. Um grande abraço.'  
108 Então dessa forma eu gostaria de solicitar ao Yuri que coloque em votação essa  
109 proposta de moção ainda nesta reunião." Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
110 Trovão: "Conselheiro Julio, o senhor está corretíssimo. A sua proposição vai de  
111 encontro à do Dr. Orsini, tanto é que na sua proposição você fala para escolher  
112 os temas, e o Dr. Orsini já propôs a AAI. Eu queria só relatar em relação à  
113 proposição, eu estava até conversando aqui mais cedo, antes de iniciarmos a  
114 nossa reunião, em relação a essa moção, se já colocamos o que o senhor já  
115 propõe. Porque nós temos um artigo específico dentro do Regimento que fala  
116 sobre os Grupos de Trabalho. Como o senhor já leu a moção, vamos colocar logo  
117 em votação. E se possível já formamos o Grupo de Trabalho. Eu só vou ler aqui  
118 para os senhores o que está previsto no Regimento. Capítulo V do Regimento  
119 Interno, no artigo 42 tem a seguinte previsão: 'As estruturas colegiadas do  
120 COPAM poderão criar, com apoio da secretaria executiva, Grupos de Trabalho  
121 em caráter temporário para analisar, estudar e apresentar proposta sobre matéria  
122 de sua competência de forma não deliberativa. Os Grupos de Trabalho terão seus  
123 componentes, coordenador, cronograma e data de encerramento dos trabalhos

124 estabelecidos no ato da sua criação pelo secretário executivo do COPAM. Então  
125 neste momento a minha sugestão: vamos votar a moção. Sendo aprovada, já  
126 colhemos os nomes dos membros – aí os senhores fiquem à vontade –, de quem  
127 vai participar desse Grupo de Trabalho. E o Grupo de Trabalho, na realidade, esse  
128 sobre o qual eu acabei de ler aqui, em relação à deliberação, pode ser menor. É  
129 só mesmo para organizar. Como foi feito entre os e-mails do Julio e do Dr. Orsini,  
130 organizar os temas a serem levados para a deliberação. Aí nós chamamos quem  
131 de direito, algum especialista nas áreas, montamos uma pauta. E já fica a cargo  
132 da secretaria executiva marcar essas reuniões, agendar essas reuniões. Então a  
133 minha proposta é o seguinte: vamos votar neste momento a moção, já lida pelo  
134 Julio.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, eu não queria  
135 que votássemos ainda, porque tem alguns pontos dessa proposta que eu gostaria  
136 de discutir também com o Conselho, antes de se colocar em votação.” Presidente  
137 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Você gostaria de discutir em relação à formação  
138 do Grupo de Trabalho ou à moção proposta?” Conselheira Denise Bernardes  
139 Couto: “O texto da moção, primeiramente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
140 Trovão: “Você tem condições de fazer isso ao final da nossa reunião, para darmos  
141 andamento?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Não, porque, se votarmos a  
142 moção agora desse jeito... São proposições em relação a esse texto. Eu conversei  
143 com o Wagner, que hoje não está aqui, e ele me pediu também para poder trazer  
144 um pensamento que seja Fiemg e Sindieextra no que se refere a essa moção. Por  
145 isso que estou falando aqui agora.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A  
146 proposição que eu fiz é o seguinte... Você está falando que tem ponderações a  
147 serem realizadas, e o Julio colocou a proposta dele. Eu estou perguntando: tem  
148 condições de fazermos isso ao final da reunião?” Conselheira Denise Bernardes  
149 Couto: “Votar a moção ao final da reunião, sim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
150 Trovão: “Votar a moção, discutir, ao final desta reunião de hoje.” Conselheira  
151 Denise Bernardes Couto: “Tudo bem, não agora.” Presidente Yuri Rafael de  
152 Oliveira Trovão: “Podemos, então? Ok. Então eu vou fazer o seguinte  
153 encaminhamento: eu vou continuar com ‘Assuntos Gerais’, ‘Comunicados dos  
154 Conselheiros’, e ao final, depois de terminar os processos, voltamos a debater a  
155 moção proposta pelo Julio. E aí vemos se construímos um texto. Eu vou pedir ao  
156 pessoal da secretaria para jogar o texto da moção, ao final, aqui na tela, para  
157 podermos discutir e debater os pontos e equacionar essas questões. E  
158 posteriormente votamos a moção e estabelecemos esse Grupo de Trabalho. Está  
159 certo? Então vamos fazer dessa forma.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
160 Nunes de Lima: “A minha colocação neste momento, fora, evidentemente, a  
161 discussão que depois pode ter com relação a essa moção apresentada pelo Dr.  
162 Julio Grillo, é com relação a alguns processos que normalmente são colocados  
163 nas nossas agendas. Nós temos visto processos que são complicados,  
164 complexos, que exigem um trabalho de avaliação um pouco mais detalhado. Eu  
165 cito alguns deles, dos quais, inclusive, com muita razão, é solicitada vista. Então  
166 nós mesmos solicitamos vista quando temos dificuldade em entendê-los e o

167 tempo talvez de avaliação não foi o necessário. Mas hoje nós temos na nossa  
168 agenda um processo, o 13.1, da Vale, o Programa Coprodutos, que para mim é  
169 uma inovação dentro da área de mineração. Eu como engenheiro de minas e  
170 representante de uma Sociedade Mineira de Engenheiros pude levar isso aos  
171 meus colegas que transitam comigo nesse trabalho junto ao COPAM, tipo o Dr.  
172 Roberto Messias, ex-presidente do Ibama, outros amigos meus, como o Ronaldo  
173 Malard. Aqui também tem o nosso querido diretor do Ibama, Énio Brandão  
174 Fonseca. Então nós vemos o seguinte, que um projeto como esse colocado no  
175 item 13.1 é um projeto inovador. E eu digo mesmo, depois de uma avaliação que  
176 pudemos fazer com a própria Vale. A Vale se dispôs a fazer uma apresentação  
177 para nós, da qual participou, inclusive, o Julio Grillo, e eu sugerí, pelo menos, por  
178 uma questão de racionalidade, uma questão de consenso dos conselheiros,  
179 senhor presidente, eu queria concluir os meus colegas conselheiros a nós não  
180 pedirmos vista para esse processo, considerando a sua inovação, considerando  
181 uma nova modalidade em tratar a questão mineral em Minas Gerais. Então essas  
182 são as minhas palavras, eu deixo a critério de reflexão dos nossos caros colegas."

183 Conselheira Denise Bernardes Couto: "Falando sobre essa questão desse  
184 processo da Vale, apenas corroborar com as palavras do Orsini, uma vez que é  
185 realmente uma inovação no setor mineral. Pelo que pudemos avaliar aqui é  
186 justamente um processo que vai ao encontro do desejo até mesmo da própria  
187 sociedade, é uma das alternativas de acabar com as barragens de mineração."

188 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Eu só queria dizer ao conselheiro  
189 Orsini que concordo com as palavras dele a respeito desse processo. Eu acho  
190 que é um processo extremamente importante, e por óbvio a Fiemg não pedirá  
191 vista desse processo, exceto, claro, se algum conselheiro não ouvir o seu apelo  
192 ou a sua consideração a respeito desse tema." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini

193 Nunes de Lima: "Só aproveitando a palavra do Thiago, eu queria parabenizá-lo  
194 pelo título de mestrado que ele conseguiu nessa semana passada. Então eu  
195 desejo a ele muitas felicidades no trabalho dele. É um lutador, uma pessoa de alta  
196 competência. Meu caro Thiago, eu queria parabenizá-lo mais uma vez pelo seu  
197 mestrado." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu ia deixar essa minha  
198 manifestação para o item 13.1, mas, já que foi abordado pela Sociedade Mineira  
199 de Engenheiros e pelo Sindieextra, e naturalmente pela Fiemg, que é quem na  
200 verdade deve ter colocado a questão, é o seguinte: para mim, esse tipo de  
201 iniciativa, de reaproveitamento de areia e agregados a partir dos rejeitos de  
202 mineração, é extremamente desejável. Em 2018, no Ibama, eu tive diversas  
203 conversas com representantes das minerações. Em todas elas, eu toquei nesse  
204 assunto de que já estava passando da hora de começar a ter um  
205 reaproveitamento dos agregados a partir do rejeito de mineração. Então é uma  
206 briga antiga minha. Eu acho que é uma forma de, ao longo do tempo, diminuir os  
207 rejeitos depositados nas barragens e criar uma alternativa econômica de longo  
208 prazo para a sociedade local. Ao meu ver, o ideal seria que as mineradoras  
209 montassem essas instalações, instalações como essa, próximo a todas as

grandes barragens de rejeito, e, após a instalação estar em operação normal, cedessem para uma cooperativa de moradores locais operar e lucrar com a venda de areia e agregados de rejeitos da mineração. Deveriam também buscar uma parceria com as administrações municipais de forma que a areia e agregados a serem consumidos pelos municípios viessem dos rejeitos depositados naquela região. Essa é uma iniciativa que, ao meu ver, sem uma análise muito mais profunda, mas que parece extremamente clara, é uma alternativa sustentável do ponto de vista da economia pública, da sociedade civil e do meio ambiente. Não tenho dúvida a respeito disso. Mas eu tenho um compromisso firmado com as ONGs de defesa do meio ambiente do Estado de Minas Gerais de sempre solicitar vista para que a sociedade local seja consultada. Sendo assim, eu solicitei às ONGs de defesa do meio ambiente a dispensa, para esse caso, do pedido de vista. É importante lembrar que a sociedade que mora próximo às minerações perdeu completamente a confiança nas promessas das mineradoras, em especial, nas promessas da Vale, e sempre gostaria de analisar se não tem nada sendo omitido ou falseado no processo de licenciamento. Vendo o terror que diversas comunidades em Barão de Cocais, Macacos, Brumadinho e outras estão passando, com as sociedades inseguras em relação ao seu presente e ao seu futuro, sendo divididas entre os que ganham alguma compensação que resolva o seu problema imediato, mesmo que com perdas claras, e os que acham que as compensações são insuficientes, eu comprehendo perfeitamente essa desconfiança. O Sr. Wilson Brumer, do Ibram, falou por diversas vezes em mudar o conceito que a sociedade mineira tem da mineração, mas o que temos visto a cada dia é a piora dessa imagem junto à sociedade mineira. Uma grande parte da sociedade com a qual eu convivo já acha que deveríamos parar definitivamente de minerar no nosso Estado. Deixo registrado que essa não é minha opinião. Eu acho que tem que reduzir e fazer de uma forma melhor, mas eu sou contra parar definitivamente de minerar. Mas essa é uma posição que hoje nos meios com os quais eu convivo já é predominante. Neste momento, pouca gente acredita na honestidade de propósitos das mineradoras e de seus representantes para com o meio ambiente e com as populações diretamente atingidas pela mineração. Por esse motivo, desconfiança sobre as reais intenções da Vale e sobre a documentação apresentada, as ONGs me solicitaram que mantivesse o meu compromisso de pedir vista. E, como eu tenho um compromisso firmado com as ONGs, mantenho o meu pedido de vista. Mas, mesmo para as ONGs, eu já me manifestei favoravelmente a esse tipo de empreendimento. O que elas vão buscar é saber se tem alguma outra coisa por trás, se tem alguma irregularidade.”

Conselheira Denise Bernardes Couto: “Só, inicialmente, corroborar a fala, uma vez que esse tipo de empreendimento, tipo do processo, é de suma importância agora, no caso, para o setor, não só para o setor minerário, acho que até para a sociedade como um todo, uma vez que se está dando uma nova destinação a rejeito de mineração e tentando acabar com o problema, a questão das barragens. Então isso vai ao encontro do que todos querem. Então eu tenho que corroborar

253 muito as palavras do Orsini e concordar com ele no que ele manifestou aqui agora  
254 sobre esse projeto da Vale." Conselheiro José Angelo Paganini: "Eu acho o  
255 projeto muito interessante, e merece o reconhecimento de todos nós. O caminho  
256 é esse, aproveitamento e reciclagem de materiais para que a atividade seja mais  
257 sustentável. Entretanto, eu tenho algumas dúvidas e queria questionar o  
258 empreendedor. Nós vimos, com o rompimento da barragem de Fundão, o que  
259 aconteceu na bacia do rio Doce. As empresas garantem que o material que  
260 escoou para o rio é basicamente argila e sílica, sem a presença de metais  
261 pesados. Entretanto, a pesca está proibida até hoje no rio Doce, os estudos que  
262 são realizados indicam a presença de metais pesados no pescado, na água.  
263 Existe alegação de que isso é decorrência da composição do solo no Estado de  
264 Minas Gerais, o que tem um certo teor de verdade. A população de Barra Longa  
265 reclama de doenças de pele causadas pela poeira. Então tem uma série de  
266 problemas, uma série de coisas que ainda estão em discussão. Então o que eu  
267 queria saber, nesse caso específico, é se existe algum estudo que mostre a real  
268 possibilidade de se utilizar esse material no fim que era proposto. Porque no que  
269 se apresenta para nossa consideração não se fala nada a respeito. Foi analisado  
270 esse material, existe estudo a esse respeito? E também uma questão do  
271 transporte desse material, que é previsto por vias férreas. Hoje um incômodo  
272 maior para quem mora nas proximidades da linha da ferrovia é o material  
273 particulado decorrente do transporte de minério. Então seria interessante também  
274 um esclarecimento sobre a questão. O que eu tinha que falar era basicamente  
275 isso. E eu queria me desculpar porque não pude participar da reunião com o  
276 empreendedor. Talvez ali ele me esclarecesse essas dúvidas." Presidente Yuri  
277 Rafael de Oliveira Trovão: "Eu já solicito ao empreendedor. O conselheiro Julio já  
278 disse que vai pedir vista desse processo. Então sai de pauta, e não teríamos mais  
279 discussão sobre esse ponto. Mas o empreendedor, tendo ciência das dúvidas do  
280 José Angelo, que traga na próxima reunião também essas questões. A não ser  
281 que o José Angelo também queira pedir vista em conjunto em relação a esse  
282 ponto." Salvio Caiafa/Representante da sociedade civil: "Eu gostaria de agradecer  
283 a todos, ao presidente Yuri, aos demais conselheiros, a todos que participam  
284 desta união e gostaria de pegar um gancho no que o Julio disse sobre promessas  
285 de mineradoras, que é o que eu passo aqui em Congonhas. Meu nome é Salvio  
286 Caiafa, eu falo pela sociedade civil organizada, e nós temos um terreno vizinho à  
287 CSN aqui em Congonhas, onde em 19 de abril de 2019 desceram milhões de  
288 toneladas de rejeito nesse terreno. A CSN se propôs a resolver o problema, nós  
289 pedimos a ela um projeto de como seria feito isso; ela não apresentou. Nós  
290 tivemos que fazer um diagnóstico ambiental do problema, e chegou-se à  
291 conclusão de um crime ambiental gravíssimo que a CSN fez aqui em Congonhas,  
292 no nosso terreno, na plataforma. E pegando o que o Julio disse de promessas nós  
293 estamos até hoje esperando as promessas da CSN, nada foi regularizado. Houve  
294 o interesse da compra do terreno pela CSN, na época, e o valor que eles  
295 ofereceram era completamente irrisório. Ou seja, eles estragam o seu terreno, te

296 causam um prejuízo e ainda querem levar vantagem sobre isso. Porque nós já  
 297 temos o problema de estarmos debaixo da barragem. Nós estamos debaixo da  
 298 barragem da CSN, que é enorme, perto de vários bairros aqui na cidade. E além  
 299 de estarmos debaixo da barragem nós também sofremos com isso, a entrada de  
 300 rejeitos. É a segunda vez que a CSN joga rejeito no nosso terreno. Então nós  
 301 estamos lá com teor de ferro altíssimo na água, o rejeito chegou perto da sede, e  
 302 a CSN não informa, não te fala. 'Nós estamos em área de impacto ambiental, o  
 303 que vocês podem fazer por nós?' Não existe nada, não existe um retorno concreto  
 304 da CSN. Então é isso, a minha indignação. E falar que é uma das piores  
 305 experiências que a pessoa, um sitiante, um produtor rural podem vivenciar, é ser  
 306 vizinho de mineradora e, principalmente, da Companhia Siderúrgica Nacional.  
 307 Porque ela polui e fica só no âmbito das promessas, solução nenhuma. É isso  
 308 que eu gostaria de falar, e agradecer a vocês por me ouvirem aqui nesta reunião."   
 309 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu só quero salientar, conselheiros,  
 310 como de praxe, que nós estamos em um processo dialético, em que temos as  
 311 nossas, as contraposições àquilo que acreditamos ou àquilo que representamos  
 312 em relação ao órgão, e tentamos chegar a uma conclusão, sempre pela maioria  
 313 dos votos. Então não há uma unanimidade. E sempre o que eu digo aqui é que  
 314 nós devemos respeitar a ideia e a função que cada conselheiro exerce aqui dentro  
 315 do COPAM. Ou seja, se for pedir vista, que peça vista, e todos devemos respeitar  
 316 o pedido de vista. Assim como também devemos respeitar aqueles que entendem  
 317 que a vista às vezes é protelatória, que não deveria ser pedida. A questão toda  
 318 se resume ao respeito que nós temos que ter de um conselheiro para o outro." **4)**  
 319 **EXAME DA ATA DA 62<sup>a</sup> REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 62<sup>a</sup>  
 320 reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 31 de julho de 2020,  
 321 com as seguintes alterações: – Linha 2.012, onde está escrito "inseguro", leia-se  
 322 "seguro"; – Linha 2.270, onde está escrito "olha", leia-se "olhe"; – Linha 2.360,  
 323 substituir "9%" por "5%"; – Linha 487, onde está escrito "com o restabelecimento",  
 324 substituir por "até o restabelecimento"; – Linha 1.620, onde está escrito "ou feitos  
 325 de forma isolada", substituir a palavra "ou" por uma vírgula; – Linha 1.738,  
 326 substituir a palavra "áreas" por "água". Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,  
 327 Codemig, Ibama, Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes.  
 328 Abstenção: ANM. Justificativa de abstenção. Conselheiro Luiz Henrique Passos  
 329 Rezende: "Eu vou pedir abstenção, porque fui convocado às pressas e não pude  
 330 avaliar a ata." **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**  
**PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO.** **5.1)** Nexa Recursos Minerais S/A. Projeto Bonsucesso. Lavra subterrânea, exceto pegmatitos e gemas. Paracatu/MG. PA 09657/2018/001/2018, ANM: 831.287/2015. Classe 6. Apresentação: Supram Noroeste. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindieextra e Relictos. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Apesar de estar como condicionante, eu acho que o Parecer Único só deveria vir para deliberação da Câmara de Atividades Minerárias após ter anuência do lepha, não é só colocar como condicionante, pois nós podemos descobrir muito tarde"

que esse condicionante não foi cumprido. Então eu acho que, antes de vir para deliberação da CMI, nós já deveríamos ter essas anuências. Da mesma forma, creio que sempre deveríamos aguardar as outorgas estarem 100% concedidas antes de fazer um Parecer Único para deliberação da Câmara de Atividades Minerárias, mesmo no caso de deliberação sobre Licença de Instalação. Então são duas recomendações que eu faço, porque incidem sobre esse item. Apresento também uma dúvida. Na apresentação que foi feita para os conselheiros, a Nexa falou em barragem para os rejeitos, com movimentações do tipo tira e põe. O PU não fala nada disso. Então fica uma pergunta: nós temos ou não temos barragem de rejeito nesse empreendimento? Eu vou citar um problema que é grave. Não só, não apenas, neste caso, mas em diversos outros. Isso o Estado foi deixando acontecer ao longo do tempo e virou uma prática, mas é uma prática que provoca acidentes, desastres, poluição, uma coisa com que eu não concordo. É o seguinte. O minério ali vai ser transportado por 50 km pelo sistema viário público. Isso pode ser acidente, desastre e poluição, gera prejuízo à economia pública, que ficará com a manutenção desse sistema viário, e coloca as vidas dos usuários desse sistema viário público em risco. Isso é inadmissível, eu não concordo. E não é por que eu não concordo exclusivamente com esse problema na Nexa. Eu não vou concordar com outras propostas que apareçam com a movimentação do transporte de minério pelo sistema viário público, as minerações têm que enfrentar o seu problema de transporte sem usar o sistema viário público, pois isso significa transferência de recursos da economia pública para o empreendedor, enquanto o Estado não tem tido condições mínimas de investir em infraestrutura viária pública. Nós temos visto isso. Rebaixamento em 150 m aguardando outorga? E nós vamos deliberar sobre isso? Acho que não pode ser assim, isso deveria aguardar para entrar em pauta, aguarda a ter outorga e depois entra em pauta. No Parecer Único, aí literalmente: 'Após audiência do dia 24/4, o Movimento Todos em Defesa da Vida, composto por moradores do povoado de Lagoa de Santo Antônio, Cunha, Machadinho e Santa Rita, protocolou um abaixo-assinado contra a instalação do empreendimento alegando que o empreendimento poderá causar prejuízos ao abastecimento de água das comunidades. Em 23/8 (quatro meses depois), a empresa Nexa protocolou a resposta ao ofício citado, incluindo o modelo hidrológico em regime transiente elaborado pela empresa MDGeo. Tais estudos foram analisados pela equipe da Supram NOR, com suporte da analista ambiental Adriana de Jesus Felipe, da Diretoria de Apoio Técnico e Normativo. Após análise, a equipe técnica concluiu que as informações prestadas pela empresa, assim como os impactos e medidas mitigadoras propostas, resultaram ser suficientes para conclusão da viabilidade do projeto. Ressalta-se que os questionamentos realizados pelas comunidades que se manifestaram contra a instalação do empreendimento, por temer prejuízo na disponibilidade hídrica da região, foram contemplados nos estudos. Como também foram propostas medidas mitigadoras, como a reposição de vazões, armazenamento e reaproveitamento da água da chuva.' A comunidade, como se

382 pode verificar no parecer de vista que nós entregamos, não ficou convencida  
383 disso, nem um pouco convencida. O último item, pilha. O Parecer Único, quando  
384 cita uma pilha, tem que citar todas as características da pilha. Essa pilha é de  
385 quantos metros, qual é a altura de cada uma das pilhas que vão ser feitas? 2.11,  
386 literalmente: ‘Pilha de estéril. Conforme consta no projeto conceitual das pilhas, a  
387 pilha de estéril Norte terá volume de 304.000 m<sup>3</sup>, com leira de proteção de 5,7 m  
388 de largura e 2,25 m de altura. Comportará um volume de 5 milhões m<sup>3</sup>. ‘A pilha  
389 terá comprimento de 234,45 metros e largura de 107,82 metros.’ Mas não fala  
390 qual é a altura. ‘A Pilha de Estéril Sul comportará um volume de 304.024,55 m<sup>3</sup>,  
391 com leira de proteção de 5,7 metros de largura e 2.25 metros de altura e volume  
392 de 5.385,30 m<sup>3</sup>. A pilha terá comprimento de 234,45 metros e largura de 107,84  
393 metros...’ Pela leitura do PU, nós não conseguimos saber a altura das pilhas e  
394 como – o que é mais importante – essas pilhas serão cuidadas durante a  
395 implantação e a operação, quais são os riscos e o potencial de dano dessas  
396 pilhas. É aquele negócio, a Usiminas, eu acho que há duas reuniões, nos deu um  
397 bom exemplo de como tratar pilha de estéril, deixou todas as coisas claras. Eu  
398 acho que toda vez que tiver uma pilha de rejeito, pilha de estéril, nós temos que  
399 conhecer um pouco mais de detalhe, um pouco mais das características da pilha  
400 para que possamos deliberar conscientemente. Mas, de qualquer forma,  
401 considerando as observações acima, que eu falei agora, e as apresentadas pelas  
402 ONGs de defesa do meio ambiente, que constam no nosso parecer de vista, o  
403 voto da ProMutuca é pelo indeferimento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
404 Nunes de Lima: “Eu analisei, juntamente com a Fiemg e o Sindieextra, esse  
405 processo e gostaria, inclusive, depois, das complementações tanto da Denise  
406 quanto do Thiago, mas coloco alguns aspectos que acho importante,  
407 considerando as avaliações feitas. Primeiramente, nós entendemos que uma  
408 mineração subterrânea minimiza e racionaliza o manuseio de material estéril e  
409 evita grandes processos erosivos superficiais, como geração de passivos em  
410 áreas degradadas e outros inconvenientes decorrentes. Eu sou favorável à  
411 mineração subterrânea por esses motivos e outros mais, exatamente de  
412 racionalidade de processos. Os principais pontos que nós avaliamos, eu só vou  
413 citar, para não tecer grandes comentários. Primeiro a questão da utilização da  
414 água de processo. O empreendimento possui já outorga para essa pesquisa  
415 hidrológica, com validade de dois anos, até 530 m<sup>3</sup>/h. A questão da intervenção  
416 em vegetação. Será necessária intervenção em APP, sem supressão de  
417 vegetação e corte de 535 árvores isoladas. Também cumpriu, através do PTRF,  
418 a finalidade de realizar a compensação pela intervenção em APPs. Quanto ao  
419 comportamento hidrogeológico, nós nos detivemos com mais ênfase nessas  
420 nossas avaliações, e a dinâmica é a chamada dinâmica transiente. E um detalhe  
421 que ficou para nós claro é que eles terão uma compensação das vazões tanto dos  
422 ribeirões São Pedro como Santa Rita, considerando que a empresa Nexa, antiga  
423 Votorantim, tem um controle razoável de todas essas razões desses córregos,  
424 isso feito com monitoria integrada. Por fim, sobre os aspectos espeleológicos

também não vimos nenhum problema e da drenagem ácida, que talvez isso poderia ocasionar uma interpretação um pouco mais contundente. Essas atividades envolvem uma escavação em rochas que possuem minerais sulfetados, e a mineração novamente acelera esse processo de oxidação dos sulfetos. Nós verificamos, através dos ensaios que continuaram sendo feitos pela empresa, que esse problema não vai ocorrer. Pelo menos nós vemos como potencial não ocorrência desse tipo de problema. Avaliamos também as questões dos meios biótico e socioeconômico, sem nenhum problema, acompanhando perfeitamente o próprio relatório da Supram. Medidas mitigadoras também sem problema. E por fim os condicionantes também, que concordamos com aqueles colocados no relatório da Supram. A conclusão nossa é pelo deferimento da licença concomitante com a Licença de Instalação.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Só corroborando mesmo, o parecer de vista é pelo deferimento, de acordo com o disposto no parecer da Supram e com essas colocações do Orsini, que foram técnicas e muito bem colocadas.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Só uma correção muito rápida, porque a Fiemp não pediu vista ao processo. Só para fazer essa correção, porque o conselheiro Orsini mencionou sobre o nosso pedido de vista, mas nesse item não pedimos.” Conselheiro José Angelo Paganini: “O parecer de vista foi disponibilizado para todos, então não vou lê-lo integralmente e vou só colocar alguns tópicos. Primeiro, começaria com a disponibilização dos documentos para análise. Foi disponibilizado para análise um documento com 3.786 páginas. Como já vínhamos falando muitas vezes, a qualidade de imagem desses materiais digitalizados, borrados, sem definição, dificulta a análise do material disponibilizado. Isso eu acho que não pode acontecer, e a SEMAD deveria tomar uma providência para que se melhore isso e facilite a nossa análise dos processos. Outro ponto é ausência de outorga para rebaixamento de lençol freático. O Parecer Único, na página 2, informa que durante a fase de implantação do empreendimento o rebaixamento do lençol freático será feito com uma outorga existente para pesquisa hidrológica. Essa questão é problemática porque se vai implantar um procedimento que no futuro não se vai ter a certeza de que vai ser concedida a outorga para esse rebaixamento. O Comitês da Bacia do Rio Paracatu se manifestou a esse respeito, o Movimento Verde de Paracatu também. Outro ponto é a avaliação dos impactos ambientais. O Relatório de Impactos Ambientais, na página 898, cita a necessidade de se fazer uma avaliação dos impactos cumulativos do empreendimento, do complexo mineral, fato que, no nosso entender, é positivo. O processo de avaliação dos impactos que é apresentado utiliza várias tabelas, criando um sistema de avaliação e uma possibilidade de controle mais efetivo desses impactos. Entretanto, isso é feito avaliando somente os macroimpactos, sendo que se deveriam avaliar todos os impactos cuja somatória vai constituir esses macroimpactos, para facilitar o controle, que pode advir de medidas diferentes. As tabelas constantes no EIA-Rima apresentadas a seguir resumem essa avaliação. Nelas eu não consegui

468 verificar como foi feita a avaliação dos impactos causados pelo tratamento de  
469 minério que será efetuado em instalações de outro projeto da Nexa, projeto esse  
470 já licenciado. Seria necessário que tivesse uma avaliação disso. O projeto lá está  
471 licenciado, mas esse projeto vai mandar material para lá, que será tratado na  
472 estação de tratamento de minério desse empreendimento, e não se fala nada,  
473 não se avalia nada, o impacto pode ser modificado. Então precisaria ter uma  
474 avaliação mais conjunta disso. A seguir, apresenta um mapa na página 23 do  
475 Parecer Único, onde existe a indicação de uma área conhecida como de  
476 autossalvamento. Não identificamos nenhuma análise de que a disposição de  
477 rejeitos será efetuada em uma barragem de minério nem a existência de um plano  
478 de atendimento a emergências ambientais decorrentes de eventual colapso da  
479 barragem de rejeitos. Esse e outros impactos sinérgicos e cumulativos deverão  
480 ser analisados no âmbito do licenciamento do Projeto Bonsucesso, na parte de  
481 influência do rebaixamento na disponibilidade hídrica. Na página 14 do Parecer  
482 Único, explica como será efetuada a drenagem da mina subterrânea. Na página  
483 15, informa que os efluentes industriais tratados e as águas de bombeamento  
484 para rebaixamento serão descartadas nos ribeirões Santa Rita e São Pedro e que  
485 será executado um monitoramento antes da reunião das águas para garantir a  
486 eficiência do tratamento, pois a legislação proíbe a diluição em água de melhor  
487 qualidade dos efluentes tratados antes do seu descarte. Já na página 18 do  
488 Parecer Único descreve a Influência do Rebaixamento na Disponibilidade Hídrica  
489 nos cursos hídricos superficiais, como os ribeirões São Pedro e Santa Rita, nas  
490 lagoas e nos poços de usuários do entorno do empreendimento, obtida por meio  
491 de uma simulação efetuada por um modelo que utilizou os dados disponíveis no  
492 momento. Esses resultados podem ser alterados à medida que o sistema de  
493 rebaixamento é implantado, o que torna necessária uma atualização frequente  
494 com novos dados obtidos pelo monitoramento efetuado, à medida que o projeto  
495 for sendo implantado. Informa também, na página 20 do Parecer Único, que nas  
496 lagoas perenes e intermitentes e nas surgências naturais na área de influência do  
497 rebaixamento é possível o secamento desses corpos hídricos. Então já admite  
498 que esse rebaixamento pode causar secamento de nascentes e lagoas. Na  
499 página 49 do Parecer Único informa que o rebaixamento do lençol freático na  
500 implantação e operação do empreendimento poderá afetar as surgências que  
501 ocorrem no entorno do empreendimento. Na página 50 informa as medidas  
502 mitigadoras que serão adotadas. Eu não vou citá-las todas aqui. O Parecer Único  
503 também apresenta uma condicionante, sugerida na página 58, a condicionante  
504 12, que pede a apresentação de um plano de desaguamento da mina, mas não  
505 cita a necessidade de se incluir nesse plano as surgências naturais nem nos  
506 postos dos usuários no entorno do empreendimento. Eu não vou ler a  
507 condicionante. A parte de contribuição da sociedade civil. Ciente da preocupação  
508 da sociedade civil com um grande rebaixamento do lençol freático necessário para  
509 a operação da mina Bonsucesso, em uma região de conflito pelo uso da água,  
510 onde o consumo de água é muito grande, e da necessidade de se manter o uso

511 múltiplo da água, solicitamos parecer do Movimento Verde de Paracatu e também  
512 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu. O Comitê da Bacia Hidrográfica  
513 do Rio Paracatu realizou uma reunião em 11 de agosto e fez a seguinte  
514 manifestação sobre o projeto: ‘Após a explanação, os conselheiros da  
515 CTOC/CBH-Paracatu e participantes se mostraram preocupados com o  
516 rebaixamento do lençol freático, o que pode ocasionar problemas futuros em  
517 relação à quantidade de água disponível. Foi mostrado que o projeto poderá afetar  
518 as vazões dos ribeirões Santa Rita e São Pedro, bacias em áreas de conflitos pelo  
519 uso dos recursos hídricos, onde existe um grande número de irrigantes e de  
520 assentados de reforma agrária. Outra preocupação ocorrida foi em relação a  
521 outorga do empreendimento ser concedida somente após a instalação do mesmo.  
522 O que poderá acontecer caso essa outorga não seja aprovada e concedida pelo  
523 comitê na época?’ A seguir, nós transcrevemos na íntegra o parecer do  
524 Movimento Verde de Paracatu, mas não vamos lê-lo na íntegra. Eles entendem  
525 que o principal dificultador da operação do empreendimento é o rebaixamento do  
526 lençol freático e que o fato de se conceder Licença de Instalação para o  
527 empreendimento que nem sequer tem autorização para realizar o rebaixamento  
528 do lençol freático é uma irresponsabilidade. Sugerem que neste momento seja  
529 feita uma baixa em diligência desse processo e que se retifique o FCE para que  
530 se conceda somente a Licença Prévia. ‘Assim, após os trâmites dos processos,  
531 avaliaremos a concessão da Licença de Instalação’. E ‘agindo pelo princípio da  
532 precaução’ eles sugere que o COPAM conceda somente a Licença Prévia. Caso  
533 não seja possível a baixa em diligência, eles sugerem o indeferimento. Aí nós  
534 concluímos: ‘Diante do exposto, considerando os aspectos analisados acima e a  
535 manifestação da sociedade civil local, em especial em relação a: falta do  
536 documento de outorga aprovado pelo CBH Paracatu aprovando o rebaixamento  
537 do lençol freático com as devidas condicionantes a serem impostas; a não  
538 inclusão dos poços de usuários e das insurgências naturais do entorno do  
539 empreendimento nos estudos complementares que serão realizados para a  
540 definição de como será a reposição das vazões prejudicadas pelo rebaixamento;  
541 a falta de análise e avaliação dos impactos provenientes da estação de tratamento  
542 de minério; a utilização de barragem de rejeitos para disposição da lama do  
543 tratamento de minério. Solicitamos a retirada de pauta do processo até que as  
544 considerações acima sejam levadas em conta e o processo esteja devidamente  
545 instruído. Caso não seja possível a retirada de pauta, sugerimos a modificação da  
546 condicionante 12. Incluir as surgências naturais e poços de usuários. Ficaria com  
547 a seguinte redação: ‘Apresentar plano de desaguamento da mina, contemplando  
548 as vazões destinadas aos cursos d’água com as novas proporções (ribeirões São  
549 Pedro e Santa Rita), bem como a reposição em surgências naturais, poços de  
550 usuários e lagoas que por ventura sejam afetados pelo rebaixamento através do  
551 secamento das mesmas, de forma a atender e suprir as demandas mapeadas  
552 durante a realização dos trabalhos de pesquisa e, consequentemente, nas  
553 simulações do modelo hidrogeológico’. É o nosso parecer.” Presidente Yuri Rafael

554 de Oliveira Trovão: “Como os senhores sabem, em relação a todos os processos  
555 em que é solicitada ou a diligência ou a baixa em diligência ou a retirada de pauta,  
556 eu primeiro escuto a equipe que fez a análise do processo para ver se é possível  
557 sanar aquelas dúvidas, aquelas questões levantadas. Então já solicito de antemão  
558 à equipe da Noroeste, no momento da sua manifestação, ou se possível, Ricardo,  
559 a sua manifestação agora, tendo em vista que todos os pareceres foram  
560 disponibilizados a tempo e modo, sobre a pertinência ou não, para subsidiar  
561 minha decisão da permanência do processo em pauta. Se é possível esclarecer  
562 esses pontos, sobretudo, o que o José Angelo requisita mais aqui em relação ao  
563 deferimento do processo sem ter o rebaixamento aprovado. E tem outros pontos  
564 aqui que foram colocados pelo Julio em relação se realmente existe a barragem  
565 rejeito, em relação às pilhas, o tamanho, a altura e quais os cuidados em relação  
566 à outorga de rebaixamento, os impactos sinérgicos que podem ocorrer. Todas as  
567 questões foram levantadas nos pareceres de vista.” Conselheiro Julio Cesar Dutra  
568 Grillo: “Já que ele vai responder, falar também sobre essa questão de 50 km de  
569 transporte do minério se utilizando o sistema viário público. Essa é uma grande  
570 preocupação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Julio, mas antes  
571 de adentrarmos ao mérito eu quero só que o Ricardo me subsidie na decisão de  
572 manter o processo em pauta. Ou seja, retirar o processo de pauta há necessidade,  
573 vai voltar com parecer diferente ou complementação ou todas essas dúvidas  
574 podem ser sanadas agora no momento da reunião tanto pelo empreendedor  
575 quanto pela equipe da Noroeste?” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste: “Nós  
576 estamos aqui – eu e minha equipe – prontos para esclarecer todos os pontos  
577 abordados. Primeiro, eu vou explicar sobre o empreendimento, o Projeto  
578 Bonsucesso, da Nexa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Qual vai ser o  
579 nosso procedimento? Eu vou voltar novamente para o Conselho, escutar os  
580 inscritos e voltar a você para entrar no mérito de todos os debates. Agora neste  
581 momento, eu só quero que você me subsidie da seguinte forma. Os temas  
582 levantados, é possível serem esclarecidos no decorrer dos debates por vocês?  
583 Porque aí eu vou manter o processo.” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste:  
584 “Eu e minha equipe estamos aqui para esclarecer todos os pontos levantados.”  
585 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então você entende pela  
586 pertinência do processo em pauta.” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste:  
587 “Exatamente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então até o momento  
588 eu vou manter o processo em pauta, tendo em vista a manifestação do diretor  
589 técnico do Noroeste. Nós vamos debater. Obviamente, ele anotou todos os  
590 pontos, tanto do José Angelo quanto do Julio. Eu vou voltar para os conselheiros,  
591 para as manifestações e destaque. Aí passo para os inscritos e, por fim, aos  
592 representantes da equipe da Supram Noroeste.” Conselheira Maria Eugênia  
593 Monteiro: “Na verdade, são alguns esclarecimentos em relação até a resposta da  
594 equipe da Supram. Primeiro seria, efetivamente, em relação às pilhas de estéril.  
595 Na página 15, eu estou entendendo que houve um erro talvez de digitação, não  
596 sei, porque as duas pilhas – tanto a pilha Norte quanto a pilha de estéril Sul –, a

597 descrição delas está absolutamente idêntica, a não ser por uma diferença muito  
598 pequeninha. Então eu gostaria que isso fosse esclarecido. Mas eu imaginava  
599 que isso vai ser feito na fala do diretor técnico. A outra consideração, eu tive  
600 algumas preocupações até muito em relação ao que o conselheiro Julio  
601 comentou, em relação a barragem de rejeitos. Mas o que eu entendi foi o seguinte.  
602 O que está sendo licenciado hoje seria exatamente a lavra, no caso de  
603 Bonsucesso. E o beneficiamento, inclusive, nisso eu tive uma dúvida, mas depois  
604 observei bem. Os itens aqui a serem licenciados seriam a lavra subterrânea, o  
605 que está sendo discutido; a unidade de tratamento de minerais com tratamento a  
606 seco; as pilhas de estéril e rejeito; e a estação de tratamento de esgoto. No caso  
607 da unidade de tratamento, eu achei até que tivesse com erro, mas depois entendi  
608 que, no caso, o que está sendo referido no Parecer Único se atém,  
609 especificamente, ao que vai ser feito na unidade Bonsucesso. Ou seja, já se  
610 considera que o processamento, nesse caso, que vai constar acho que só de uma  
611 britagem e peneiramento – se estou me recordando bem –, e realmente nessa  
612 unidade vai ser feito só isso. Agora, efetivamente, ao longo do parecer são  
613 colocadas algumas considerações em relação à própria barragem de rejeito.  
614 Então eu fiquei na dúvida, porque estou entendendo que são duas unidades  
615 diferentes. Estamos licenciando aqui, é o objeto de licenciamento a unidade de  
616 Bonsucesso. A unidade de Morro Agudo, onde esse beneficiamento vai ser feito  
617 e onde eu entendo que esteja posicionada a barragem, é uma outra unidade, que  
618 não é objeto de licenciamento. Nesse sentido, eu também tenho uma  
619 consideração, que eu acho que poderia ser esclarecida, porque ao longo do  
620 parecer se comenta que não vai haver alteração em termos de produção, não vai  
621 haver alteração no caso de Morro Agudo. Então eu acho que isso também é um  
622 ponto que eu gostaria de saber. Enfim, eu acho que é isso que poderia ser  
623 explicado pela equipe da Supram." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de  
624 Lima: "Em função exatamente do que já foi falado, tanto pelo nosso colega Julio  
625 Grillo, o José Angelo e agora a Maria Eugênia, eu acho que realmente seriam  
626 interessantes as observações da Supram Noroeste e também do empreendedor,  
627 que pudesse prestar esclarecimentos com relação a dois pontos que eu acho  
628 fundamentais: a questão do rebaixamento do lençol freático, porque isso tira uma  
629 série de dúvidas do próprio José Angelo e do Julio Grillo, como também a questão  
630 da barragem de rejeitos. É uma barragem que já está licenciada e não é motivo  
631 de discussão neste momento. São esses dois pontos que eu queria salientar."  
632 Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: "Eu li o parecer e tinha ficado com uma  
633 dúvida com relação às detonações, até pelo fato de não entender como é feita a  
634 detonação subterrânea. Eu não sou engenheiro de minas, e acho que o parecer  
635 talvez não deva perder tempo explicando, mas as pessoas que não são da área  
636 têm que entender também. E depois eu vi aqui que tem o plano de mitigação de  
637 vibrações. Essas vibrações são consideradas muito do ponto de vista ambiental.  
638 Eu queria saber se o empreendedor poderia falar com relação a detonação  
639 subterrânea, quais são os cuidados, se isso não pode comprometer a geotecnia

também. É feito um plano de geotecnica aqui, mas eu queria que ele desse uma explicação um pouco melhor sobre isso." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "A questão de rebaixamento de lençol freático e todas as suas implicações, a falta de termos uma outorga, um monte de coisa feito essas, está muito claro isso, eu aguardo a explicação da Supram Noroeste. Mas tem um ponto ao qual as pessoas estão dando pouca importância e que para mim é extremamente importante. Notem uma coisa, eu tento sempre olhar para essas propostas, para esses pareceres, a partir do desenvolvimento sustentável. E eu acho que utilizar o sistema viário público para o transporte de minérios é absolutamente insustentável. Do ponto de vista da economia pública, significa praticamente uma transferência de recurso público para um empresário. Quer dizer, as custas, quem vai bancar isso é a sociedade. Então eu acho que, conceitualmente, nós não poderíamos mais admitir daqui para frente esse tipo de situação. Eu não quero ser descortês agora com a Secretaria de Desenvolvimento, mas eu gostaria que a Secretaria de Desenvolvimento refletisse a respeito da sustentabilidade de determinadas propostas. Por exemplo, o governo não tem dinheiro para aplicar em infraestrutura viária, isso está claro há muitos anos. O governo não tem dinheiro. E pega a pouca infraestrutura viária que tem e entrega para o empreendedor privado transformar aquilo em lucro? Gente, isso não é sustentável. Então eu gostaria que as Secretarias raciocinassem um pouco em cima de sustentabilidade, porque esse não é um caso único. Nós estivemos, recentemente, aqui, falando sobre aquele negócio acho que da Gerdau, que transportava, por mais de 40 km, utilizando a BR-040. Quer dizer, eu acho que isso não tem cabimento." Rafael Ribeiro/Nexa Recursos Minerais S/A: "Deixar bem claro que o Projeto Bonsucesso é um projeto que contempla somente uma extração, uma mina subterrânea, o print ambiental é bastante reduzido quando comparado a um print de uma mina a céu aberto. Então está realmente distante 60 km da unidade onde será tratada esse minério, que é uma outra unidade da Nexa, que a unidade de Morro Agudo, que possui todos os licenciamentos. Não estamos aqui solicitando uma licença ambiental de uma barragem de rejeitos, pois a mesma já existe dentro do empreendimento hoje, em operação, da mina de Morro Agudo. As barragens que possuímos possuem todos os seus licenciamentos, Agência Nacional de Mineração, validado e inspecionado. Uma outra preocupação que foi levantada, com relação ao impacto e qualidade desse rejeito. Esse minério não terá nenhum tipo de impacto, ainda mais com a vantagem que temos atualmente que é a geração de resíduo zero. Ou seja, todo esse resíduo hoje que está contido nas barragens é um produto já certificado pelo Ministério da Agricultura, e hoje nós fazemos todo o fornecimento desse pó calcário agrícola para a região de Paracatu, já realizamos a análise, e esse material vai continuar sendo fornecido, ou seja, melhorando ainda a sustentabilidade desse material, desse produto. Como bem colocado, será somente licenciado para Bonsucesso uma unidade de britagem e peneiramento e a extração, e, posteriormente, será feito esse transporte por caminhão. Nessa

análise, foram estudadas três rotas, e essa rota selecionada foi a que menos gerou impacto, tanto ambiental quanto social. Então só respondendo à questão do Julio. Outras formas tornariam inviável o empreendimento, tal como a implementação de uma correia transportadora. Com relação a pilha de estéril, a dinâmica de uma pilha de estéril é um pouco diferente da dinâmica de céu aberto, não é uma pilha de estéril que vai ficar por toda a vida. No nosso método de lavra, inclusive, esse material estéril retorna para dentro da mina. Então ao final da extração esse estéril vai estar na mina, não vai ter uma pilha de estéril ao final da lavra. Então é somente uma pilha temporária, e vai ter todo um programa de acompanhamento e monitoramento também. São rochas, um material completamente diferente. Um outro que foi colocado, com relação às detonações. As detonações ocorrem no subsolo. Como hoje nós temos uma unidade de Morro Agudo, essa vibração não é praticamente sentida em superfície, mesmo assim nós temos todo um programa colocado também de monitoramento de vibrações durante a fase de abertura da mina, para justamente ter esse tipo de controle e mostrar que esse impacto em superfície é praticamente inexistente. Então vai sobre uma malha, é uma rocha bastante consistente, nós temos total segurança. Em termos das análises que foram realizadas, não terá riscos geotécnicos, de desabamento, em função das detonações. Então isso está bastante seguro e tudo muito controlado, em função do que nós já temos de operações subterrâneas já de longa data na região, e conhecemos bem o tipo de rocha que temos por lá. Outro ponto bem comentado é a questão do rebaixamento. Realmente, sim, vamos precisar desse rebaixamento para operação da mina subterrânea. Nós temos essa previsão e essa análise que foi realizada, em um modelo transiente, onde haverá alguns impactos, e vamos ter um programa de monitoramento hidrológico, hidrogeológico, para realizar esse acompanhamento e monitorar esses possíveis impactos para a implementação de ações mitigadoras. Então com esses pontos levantados nós temos total preocupação. E uma outra vantagem desse projeto é que não haverá o uso dessa água. Toda a água proveniente do rebaixamento do nível d'água vai ser disponibilizada para os córregos Santa Rita e São Pedro. O uso é mínimo, somente pela operação. Nós estamos falando de um pico que pode chegar a 3.500 m<sup>3</sup>/h, com a utilização de 100 m<sup>3</sup>/h. Então essa água vai ser disponibilizada de superfície. Sabemos que com o avanço pode ter alguma afetação a terceiros, essas afetações deverão ser compensadas. Inclusive, se houver a possibilidade, como comentado, propomos também um ajuste da condicionante nº 12. Se pudermos colocar aqui, seria mais ou menos na linha do que a Relictos colocou, mostrando o nosso compromisso com os nossos vizinhos e usuários já existente, que seria acrescentar à condicionante 12: 'Apresentar o plano de desaguamento de mina contemplando as vazões aos cursos d'água com as novas proporções (ribeirões São Pedro e Santa Rita), bem como a reposição em lagoas e poços de usuários que sejam afetados pelo rebaixamento, de forma a atender e suprir demandas já outorgadas e as mapeadas durante a realização dos trabalhos de pesquisa e, consequentemente,

nas simulações do modelo hidrogeológico.' Então essa é uma proposição feita pelo empreendedor para que seja feita também essa modificação na condicionante 12." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu solicito essa condicionante que o senhor acabou de ler, mande-a no chat para nós, porque aí, qualquer coisa, eu coloco em votação de forma apartada dessa sugestão, após escutar a equipe da Supram Noroeste." Svetlana Miranda/Nexa Recursos Minerais S/A: "Da parte do jurídico, somente um esclarecimento, esclarecer o conselheiro Julio Grillo a respeito da manifestação do lepha e do Iphan, que a Supram, no seu parecer e na análise do procedimento, atendeu ao que está disposto no próprio Decreto 47.383, quando fala que a manifestação, quando não é vinculante, o PU poderá ser concluído, a licença será analisada pelo Conselho, porém não produzirá efeitos até que se tenha a manifestação dos órgãos anuentes. E é exatamente essa a manifestação da Supram no parecer. Então, apesar de ainda não constarem do processo as manifestações do lepha e do Iphan, esses processos já foram formalizados, as anuências já foram solicitadas, e caso este Conselho entenda pelo deferimento, atendendo, mais uma vez, o disposto no Decreto 47.383, a licença não terá os seus efeitos até que os órgãos anuentes se manifestem." Bruna Lima/Nexa Recursos Minerais S/A: "Apenas complementar a fala do Rafael, que nós já temos o parecer do Iphan e estamos aguardando o do lepha." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Só para deixar claro que até este instante não tivemos realmente uma justificativa sobre a questão de se transportar o minério por 50 km utilizando o sistema viário público. Quando fazemos uma análise de viabilidade de um empreendimento, verificamos, inclusive, qual é o ponto de retorno. Mas temos que colocar todos os investimentos que vamos fazer e colocar também o custo operacional ao longo do tempo, para que saibamos se teremos ou não retorno daquele investimento específico. E o que acontece nesses casos em que se utiliza o sistema viário público? O empreendedor, ao invés de promover a sua instalação de transporte de minério, seja ela ferroviária, seja por correia transportadora, não importa, seja por um sistema viário próprio, escolhe fazer pelo sistema viário público. E nesse caso, ao meu ver, isso implica, posteriormente, uma transferência de recursos públicos para o empresário, vai aumentar o lucro do empreendimento, consequentemente, o lucro do empresário, já que uma parte do investimento que ele deveria ter feito ele não fez. E o Estado arca com a manutenção dessas vias, às vezes recuperação total das vias, e a sociedade ainda fica correndo o risco de desastres, além da poluição gerada pelo transporte, utilizando o sistema viário público, em caminhões. Eu acho isso completamente insustentável, além das questões de outorga, de aguardar o lepha, aguardar o Iphan, do rebaixamento, independentemente de qualquer outra coisa dessa, simplesmente por essa questão de se transportar o minério pelo sistema viário público eu já sou contrário. E gostaria, por exemplo, que o governo do Estado de Minas Gerais explicasse por que ele permite isso. Se o próprio governo do Estado de Minas Gerais não tem recurso para poder investir em infraestrutura pública, por que ele permite que a

769 infraestrutura pública viária seja utilizada para transporte de minério em  
770 detimento da sociedade e da economia pública? Eu continuo não estando nem  
771 um pouco satisfeito com isso. Só para acrescentar, eu participei da apresentação  
772 da Nexa, uma boa apresentação, e lá eu coloquei essa questão. Imaginei que  
773 eles teriam um tempo de apresentar uma resposta mais convincente do que a que  
774 apresentaram, que é o seguinte: 'Olha, para nós, era a melhor alternativa.' Mas  
775 entre todas as alternativas que eles estudaram eles não estudaram, por exemplo,  
776 o seu próprio sistema de transporte de material. E isso deveria ser levado em  
777 consideração." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Talvez o Rafael  
778 Ribeiro, que falou, possa complementar, mas eles informaram que a opção pela  
779 via pública é em relação econômica. Até mesmo por correias, ele falou que seria  
780 inviável para o empreendimento. Então a justificativa foi dada." Conselheiro Julio  
781 Cesar Dutra Grillo: "Quando o empreendimento fica inviável para o  
782 empreendedor, o Estado tem que assumir uma parte do seu custo e investimento  
783 para que ele se torne viável? Isso para mim não faz sentido." Presidente Yuri  
784 Rafael de Oliveira Trovão: "Entendemos a sua colocação." Conselheiro Valter  
785 Vilela Cunha: "Senhor presidente, a minha questão também vai no mesmo sentido  
786 da fala do Julio. Eu acho que o Sérgio passou muito rapidamente sobre essa  
787 definição de por que vai ser feito esse transporte assim ou assado. Eu acho que  
788 o Julio tem razão, é uma preocupação muito grande, e acho que a Nexa tem de  
789 dar uma justificativa melhor. Não é simplesmente 'a correia transportadora não  
790 vale'. 'Eu vou jogar na estrada?' Eu acho que esse ponto merece ser um pouco  
791 melhor discutido, porque é muito grave colocar caminhões grandes rodando 50,  
792 60 km todo dia nas nossas estradas, que estão todas ruins, esburacas."  
793 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, Valter. Eu retorno depois para os  
794 representantes do empreendedor para estarem esclarecendo, pormenorizando  
795 essa questão." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "O meu  
796 posicionamento é também favorável a um estudo mais adequado do modal  
797 rodoviário. Isso justifica exatamente a situação que vivemos no nosso país e em  
798 Minas Gerais. Nós deixamos em uma determinada época de tratar o assunto  
799 ferroviário para tratar assunto rodoviário como prioridade. Então está na hora de  
800 revermos isso. Eu concordo, acho que as nossas rodovias estão  
801 sobrecarregadas, não suportam mais transportes alternativos, e nós teríamos que  
802 estudar a logística dessa modalidade. A logística está dentro também dos  
803 critérios, Dr. Julio Grillo, da avaliação ambiental estratégica do processo de  
804 mineração. Por quê? Porque eu acho que a logística é tão importante como a  
805 mineração. Hoje muitas vezes nós estamos pagando para chegar um produto ao  
806 porto, e por falta, muitas vezes, desse modal ferroviário, estamos pagando quase  
807 o preço do material lavrado. Então isso eu acho que é muito importante, eu acho  
808 que é uma situação que nós temos que estudar ou que se faça uma transposição  
809 adequada de impostos que são pagos através do modelo minerário para o modelo  
810 de transportes, para beneficiamento da sociedade." Conselheiro Luiz Henrique  
811 Passos Rezende: "Eu queria uma reflexão em cima desse assunto. Eu concordo

812 com muita coisa que o Julio falou, mas quero ir bem mais além. Eu quero  
813 conversar com vocês o seguinte. Eu trago um histórico de vida. Em 1986, eu fiz  
814 um estágio de técnico de estrada na Rede Ferroviária. A Rede Ferroviária era o  
815 mundo, a gente atendia várias cidades do país, o transporte era supervariado. Aí  
816 veio o engordo das privatizações, aquela coisa. Ela era superavitária. E na  
817 verdade as ferrovias foram dedicadas, a partir da privatização, ao transporte de  
818 minério. Na verdade, quem comprou, e hoje quem opera as grandes ferrovias  
819 brasileiras aqui no Sudeste são as grandes mineradoras, a Vale do Rio Doce,  
820 essa coisa toda e tal. Em contrapartida, eu acho que quando fazemos uma  
821 estrada, pavimentamos uma estrada, é um investimento público para o  
822 desenvolvimento geral, é o desenvolvimento não só de todo o complexo social.  
823 Ficamos olhando, o particular olha a estrada com um viés para ele transportar de  
824 um lugar para o outro, mas também ali são transportadas mercadorias de diversas  
825 outras coisas que fazem a economia girar. Esse é o modal brasileiro, a opção foi  
826 manter essa coisa das estradas, rodovias, em detrimento das ferrovias. É  
827 tranquilo para a gente ver, é só chegar à Europa, onde se vê o que é um transporte  
828 ferroviário. E o que é um transporte mineral no Brasil. Na verdade, o que roda  
829 nas nossas ferrovias são a soja e o minério. Isso em grande escala. O resto é  
830 coisa miúda. O que eu estou querendo dizer é que essa mineração se viabilizou,  
831 deve ter se viabilizado, pelo que eles falaram aí, nessa questão da logística, mas  
832 é a logística parece que foi um papel fundamental, pelo que foi falado, utilizar  
833 estrada, porque se colocasse outro equipamento ia ficar muito caro, não  
834 viabilizasse. Nós temos que olhar também, por exemplo, que hoje eu ando no anel  
835 rodoviário e saio fugindo das caretas just in time da Fiat. Então temos que olhar  
836 que isso é um complexo geral, que precisamos entender isso, entender como  
837 funciona isso. Agora também a crítica do Julio é muito importante, porque este  
838 governo agora, por exemplo, viabiliza esse tipo de ação, e fica para o outro  
839 governo, daqui a dez anos, cinco anos, na hora que a estrada estiver toda  
840 arrebentada, consertar a estrada. Eu não sei qual é o número de viagens, qual  
841 impacto que está gerando na rodovia. Isso deveria ser colocado. Deveria ter uma  
842 contrapartida da empresa junto com a concessionária, quem gera a estrada, no  
843 quesito de manutenção, de segurança. Já que vai usar a coisa pública, deveria  
844 ser feito esse tipo de coisa. Eu acho que o estudo está mais focado em dar uma  
845 resposta mais detalhada sobre esse tipo de transporte, como ele vai ser, qual é o  
846 impacto gerado e qual é a contrapartida que está prevista para que isso ocorra.  
847 Agora não querendo tirar o direito do cara também. Desculpa eu falar assim, mas  
848 não querendo tirar o direito da empresa de usar uma coisa pública, que é feita  
849 para todos os públicos usarem. Inclusive, eu posso dizer que nessa própria  
850 estrada vai passar carreta bitrem que vai levar outras coisas pesadas, produção  
851 agrícola e não sei o quê, que também não está sendo computada na manutenção  
852 da estrada. Mas faz parte do desenvolvimento regional. Então eu acho que o mais  
853 lógico nessa questão seria a empresa fazer um estudo mais detalhado desse  
854 impacto, dar um retorno e falar qual é a contrapartida. Se realmente vai causar

855 um sobreacarregamento no trecho, o número de viagens, qual é a previsão de  
856 durabilidade do pavimento, o que ela vai trazer de transtorno para a segurança  
857 das pessoas, o que é muito importante; e quais as melhorias que podem ser feitas  
858 nesse trecho de estrada para suportar esse impacto. Eu acho que nós temos que  
859 começar a pensar dessa forma e não só cobrar da mineração, mas também  
860 passar a cobrar de todo mundo, porque todo mundo, de toda quanto é forma.”  
861 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O nosso sistema de transporte é viário.  
862 Eu gosto muito de história. Desde a década de 20, era o tema do Washington  
863 Luiz, ‘governar é abrir estradas’. Tivemos o Proccesso, veio melhorando as  
864 nossas estradas, mas nosso sistema realmente é viário, as vias são públicas, nós  
865 não podemos impedir quem quer que seja de passar em uma via pública  
866 transportando o que quer que seja, nesse caso, inclusive, no caso do minério.  
867 Mas eu vou voltar depois a palavra ao representante da empresa para se  
868 manifestar em relação às opções ou aos estudos que foram realizados em relação  
869 a optar apenas pelo transporte viário.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
870 “Desculpa, mas eu vou discordar de você em uma pequena avaliação. Eu acho  
871 que tem muitas coisas que hoje são legais, mas que não são boas. Esse  
872 compartilhamento do sistema viário público com caminhões de mineração, eu  
873 acho que isso é insustentável e coloca em risco a vida de pessoas. Então eu aqui,  
874 como disse antes, vou procurar sempre analisar as propostas a partir de critérios  
875 de sustentabilidade. Eu não vou me pautar, exclusivamente, pela legalidade,  
876 mesmo porque nós já temos aqui alguns conselheiros que se pautam,  
877 exclusivamente, pela legalidade. Eu tenho que pensar a questão ambiental de  
878 uma forma mais ampla e, principalmente, mais prospectiva, eu quero olhar o que  
879 é o impacto de cada um desses processos para o futuro. Eu acho que o futuro,  
880 neste caso, é transferência de recursos do Estado para aquele empreendimento.  
881 Então eu não vou realmente ficar amarrado à questão da legalidade, mesmo que  
882 sendo legal tudo seja aprovado. Mas eu tenho que deixar aqui claro, de forma  
883 manifesta, essas preocupações por parte da sociedade.” Presidente Yuri Rafael  
884 de Oliveira Trovão: “Não estamos discordando, só complementando a resposta.  
885 Estou falando somente a questão da legalidade, porque não podemos realmente  
886 impedir, mas a questão da política ambiental, sim, vai ser avaliada pelos  
887 senhores, pelo deferimento ou indeferimento do processo. Se os senhores  
888 indeferirem um processo em relação à viabilidade em relação ao impacto que está  
889 sendo causado nas estradas, se o empreendedor quiser ou tiver interesse, por  
890 viabilidade econômica ou por outra, vai ter que apresentar. Caso não, o processo  
891 será indeferido. Mas só salientar e lembrando que a questão do nosso transporte  
892 viário é uma questão que todo ano de política, desde o governo federal ao governo  
893 dos municípios, é colocada como que vai haver uma alteração, e nós nunca vimos  
894 essa alteração ocorrer. Eu gostaria muito, porque, para vir para cá, eu rodo 470  
895 km por essa estrada e diversas vezes vendo vários acidentes em virtude desses  
896 caminhões e desses bitrens que estão passando na estrada, e poderia ter um  
897 transporte muito melhor. Temos lá o rio São Francisco, que é navegável em

898 grande parte e poderia ser utilizado. Infelizmente, ainda temos o transporte  
899 rodoviário como o principal em nosso país.” Conselheira Verônica Ildefonso  
900 Cunha Coutinho: “Exatamente essa colocação que você fez, eu acho que as duas  
901 opiniões são complementares, vamos colocar assim. Eu sempre lembro aqui que,  
902 enquanto conselheiros, nós somos servidores públicos, somos tidos como  
903 funcionários públicos e estamos restritos, sim, à legalidade, ao que é colocado na  
904 lei. Até porque a administração pública não pode agir fora daquilo que está  
905 previsto. Mas nós temos os próprios princípios do direito ambiental que  
906 possibilitam essa análise, como o conselheiro colocou. Não deixa de ser legal,  
907 mas para além daquilo que está posto muito especificamente. Então eu acho que  
908 é sempre válido trazer aqui o debate, mas, infelizmente, quando temos algo posto,  
909 há de se seguir, porque senão incorremos em ilegalidade, improbidade, essas  
910 coisas todas. Então temos que tomar um pouquinho de cuidado durante a nossa  
911 situação e termos sempre em mente que somos conselheiros e que, enquanto  
912 conselheiros, somos funcionários públicos e temos, infelizmente, algumas  
913 limitações. Mas é superválida a proposta dele de termos reuniões que vão tratar  
914 das políticas públicas, porque aí às vezes conseguimos abrir o leque um  
915 pouquinho mais para discutir essas questões que foram levantadas aqui.”  
916 Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Era no sentido mais de tranquilizar o  
917 conselheiro Julio em relação às iniciativas do governo em relação não  
918 especificamente a essa questão, mas de uma forma mais abrangente. O projeto  
919 que foi mencionado anteriormente, o estudo de avaliação ambiental estratégica,  
920 que eu acho que é o momento em que a Sede, juntamente com a SEMAD –  
921 inclusive, já foi exposto isso no Plenário –, estamos desenvolvendo em conjunto,  
922 vai ser desenvolvido um trabalho de avaliação ambiental estratégica, no qual  
923 pretendemos inserir essa variável socioambiental e, com certeza, econômica,  
924 exatamente no sentido de propor novas estratégias no caso da administração  
925 pública, de políticas públicas voltadas para a área, especificamente, de minério  
926 de ferro. Vai ser o primeiro estudo de avaliação ambiental estratégica em  
927 mineração aqui em nosso Estado, voltado para minério de ferro. Então eu tenho  
928 certeza de que esse ponto, dentre outros problemas que conhecemos no Estado  
929 em relação à atividade minerária, vai ser abordado. Em relação, especificamente,  
930 a esse caso da Nexa, eu concordo com o Luiz Henrique, eu acho que poderiam  
931 ser melhor informados, no caso, pela empresa, qual seria esse impacto, qual a  
932 frequência, qual a carga, qual o número de viagens. Eu acho sempre importante.  
933 Historicamente, nós sabemos, isso já foi dito várias vezes, essa questão do uso  
934 de transporte público das empresas. Isso não é com a Nexa, isso vem  
935 acontecendo ao longo do tempo. Mas eu concordo com o conselheiro Julio, eu  
936 acho que isso tem que ser revisto não só do âmbito da mineração. Como o Luiz  
937 Henrique comentou, nós sabemos que esse transporte, de uma maneira geral, de  
938 mercadorias, vamos dizer assim, não é bem monitorado. Mas eu acho que não é  
939 o caso aqui de entrarmos nesse mérito. Mas, especificamente, agora no âmbito  
940 da reunião, eu acho que valeria a pena que a empresa esclarecesse melhor.”

941 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu vou passar para a equipe da  
942 Supram Noroeste, depois volto para a empresa, para estar esclarecendo em  
943 relação a essa opção pelo transporte viário, maiores detalhamentos." Ricardo  
944 Barreto Silva/Supram Noroeste: "Muitas das coisas já foram esclarecidas, tudo o  
945 que foi pontuado aqui. Nós vamos falar com relação ao Iphan. O empreendedor  
946 tem manifestação do Iphan. Nós estamos concedendo uma licença sem efeito, de  
947 acordo com o Decreto 47.383, devido à falta da manifestação do lepha. É o que  
948 está faltando. Então, se os senhores concederem essa licença, essa licença só  
949 terá efeito a partir do momento que a empresa adquira a manifestação do lepha,  
950 favorável. Com relação a outorga, nessa fase, de instalação, não há necessidade  
951 do rebaixamento. Por quê? O que é um empreendimento subterrâneo? Aqui  
952 estamos autorizando uma mina subterrânea, onde serão desenvolvidas a  
953 atividade de lavra subterrânea, unidade de tratamento de minério, pilha e estação  
954 de tratamento de esgotos sanitários. Essa UTM nada mais é que um britador  
955 móvel. Ele vai fazer uma pré-britagem para esse material ser levado à unidade  
956 Morro Agudo, que fica distante mais de 50 km. Não tem barragem, nós não  
957 estamos licenciando aqui nem barragem nem UTM. Não tem essas duas  
958 atividades sendo licenciadas nesse projeto. Essas atividades estão licenciadas na  
959 unidade Morro Agudo. O sistema viário, é muito salutar a discussão, mas não  
960 temos como cobrar do empreendedor que ele abra uma nova via, não existe um  
961 impedimento legal de ele utilizar essa via, que é uma via municipal. A maior parte  
962 do trecho em que ele vai rodar é uma via municipal. Depois ele chega à 040, em  
963 que vai rodar em torno de 20 km até chegar à unidade de Morro Agudo. Esse é o  
964 traçado do empreendimento. Então, como não existe nenhuma ilegalidade de ele  
965 utilizar, nós não discutimos com a empresa de ter que abrir novas vias. Mas uma  
966 coisa que sempre discutimos com a empresa com relação ao transporte, desde  
967 os projetos anteriores, Ambrósia Norte, Ambrósia Sul, que estão devidamente  
968 licenciados – isso aqui é uma ampliação desses empreendimentos –, é com  
969 relação à comunidade do Cunha. Aí, sim, discutimos com a empresa, desde os  
970 projetos anteriores, de se evitar esse trajeto, porque ia afetar diretamente uma  
971 comunidade, que fica à beira da rodovia. E aí a empresa optou por outra rota e  
972 não essa, desde os projetos de Ambrósia Norte e Ambrósia Sul. Com relação à  
973 comunidade que foi falada, não existe uma afetação direta do cone de  
974 rebaixamento a comunidades e, sim, aos produtores rurais ali do entorno. Com  
975 relação a pilha, são duas pilhas, são idênticas, e a altura máxima delas deve ter  
976 em torno de 20 m. Faltou realmente colocar no parecer os 20 m. É o máximo a  
977 que podem chegar essas pilhas. Com relação à outorga, como eu já havia dito,  
978 não há necessidade de outorga de rebaixamento na fase de instalação, por isso  
979 não foi cobrada essa outorga e, sim, será cobrada na fase de operação do  
980 empreendimento, caso ele obtenha as Licenças Prévia e de Instalação e cumpra  
981 todos aqueles programas e projetos apresentados nesta fase aqui. Com relação  
982 à alteração da condicionante 12, nós até discordamos um pouco da proposta da  
983 empresa. Achamos que deve, sim, incluir. Apesar de não terem ficado na

984 condicionante os poços da comunidade, mas nos programas apresentados pela  
985 empresa se preveem já esses poços que porventura possam secar. Isso já está  
986 previsto. Mas realmente concordamos que isso possa ser incluído na  
987 condicionante 12. Não da forma que a empresa propôs. Pelo que eu entendi, seria  
988 só para os que estão regularizados, já outorgados. Aí entendemos que não,  
989 porque vai que tenha um empreendedor independente que, por várias questões,  
990 não tenha regularizado, ele também deve ser assistido.” Presidente Yuri Rafael  
991 de Oliveira Trovão: “Em relação à condicionante 12, quando eu colocar em  
992 votação, eu já informo para os senhores conselheiros que não vou colocar a  
993 condicionante 12. A condicionante 12 nós vamos colocar apartada para uma  
994 discussão posterior. Votamos primeiro o processo e depois discutimos a  
995 condicionante 12. Eu vou voltar aos representantes da empresa, e aquele que  
996 estiver inscrito pode se manifestar em relação a essa opção, quais foram as  
997 opções que os senhores tinham em relação ao transporte desse minério, em  
998 relação à utilização da via pública, qual a média, quantos veículos vão estar  
999 transportando, qual seria o impacto, as características desse transporte em  
1000 relação à opção viária.” Rafael Ribeiro/Nexa Recursos Minerais S/A: “É importante  
1001 esclarecer que hoje a Nexa possui uma operação vigente bem próxima a esse  
1002 novo empreendimento. É chamada Ambrósia Sul, é uma operação de mina a céu  
1003 aberto. Hoje esse transporte já é realizado, esse trajeto que percorre em termos  
1004 de 60 km, grande parte deles são estradas municipais, como colocado pela  
1005 Supram, são estradas de terra. E posteriormente pega um trecho da 040 e outros  
1006 trechos de estrada de terra também municipal. Então o que a Nexa se propõe e  
1007 vem, atualmente, realizando? A manutenção de todo esse trecho. Não é deixado  
1008 para o município realizar a manutenção, mas, sim, em uma parceria com o  
1009 município, a Nexa realiza toda a manutenção desses trechos de estradas de terra.  
1010 Nós, como bem comentado pela Supram, temos o objetivo de ainda não ter essa  
1011 passagem pela comunidade do Cunha, minimizando a questão do impacto.  
1012 Estamos falando hoje de uma rota em que temos em torno de 17 caminhões, que  
1013 vai ter um incremento para 36 caminhões. Serão três viagens diárias, de segunda  
1014 a sábado, não operando no domingo. De 7h da manhã às 10h da noite. Também  
1015 no nosso PCA, no nosso Plano de Controle Ambiental, tem toda a parte de  
1016 umectação dessas vias, sinalização e melhoria de todo esse sistema, bem como  
1017 também melhoria de trechos que hoje não estão adequados para suportar esse  
1018 movimento de transporte. Realizamos as simulações dinâmicas em função do  
1019 tráfego existente na região, e o resultado foi que não temos um aumento  
1020 significativo que venha impactar o modal rodoviário local, tendo em vista que  
1021 grande parte da movimentação é uma movimentação agrícola. Então o nosso  
1022 impacto sinérgico junto com o agrícola é mínimo, vai ter um incremento em torno  
1023 de 20 caminhões, em termos de viagem que já ocorrem hoje. E com relação às  
1024 opções o que nós analisamos foram opções do transporte viário. Foram três rotas,  
1025 em que excluímos a passagem pela comunidade do Cunha, mas mesmo assim  
1026 tinha passagens próximas que foram eliminadas. E essa seleção dessa rota foi

1027 justamente a que é a atual, ou seja, não vai ter um impacto adicional e, sim, vamos  
1028 estar passando pelos mesmos locais que hoje passamos. Ou seja, vamos ter esse  
1029 controle maior em função da implementação do Plano de Controle Ambiental que  
1030 vamos estar realizando. Então para nós essa opção é a que gera menos impacto  
1031 ambiental quanto social. Por isso que foi selecionado esse trajeto.” Presidente  
1032 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu volto para o Conselho. Mais alguma  
1033 consideração antes de colocarmos em votação? Eu já saliento que pelas minhas  
1034 anotações aqui os pontos foram esclarecidos. Então eu vou manter o processo  
1035 em pauta. É o que sempre digo, às vezes os pontos foram esclarecidos, mas às  
1036 vezes não temos concordância, não concordamos com a opção dada. Agora  
1037 todos os pontos levantados foram referenciados ou pelo representante do  
1038 empreendedor ou pela equipe da Supra Noroeste. Então eu vou manter o  
1039 processo em pauta e, se não houver mais nenhuma dúvida, vou encaminhar para  
1040 votação neste momento.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Rafael, quando  
1041 você nos fez a apresentação pela Nexa, eu anotei os números e fiz as contas.  
1042 Vão ser aproximadamente 100 viagens por dia, o que vai dar, em um determinado  
1043 ponto da estrada, a cada 2,5 minutos, um caminhão passando. Não é um exagero,  
1044 como ocorre aqui na BR-040, em que está quase um caminhão colado no outro,  
1045 mas já é, para uma estrada de terra, muito significativo. Principalmente, porque o  
1046 peso de um caminhão como esse aplicado a uma estrada de terra é muito  
1047 diferente do peso de um carro comum. Então eu continuo sendo contrário à  
1048 transferência, basicamente, do recurso público para viabilizar economicamente  
1049 um empreendimento que vai dar lucro para poucos. É uma sociedade inteira  
1050 pagando o lucro de poucos. Eu não concordo muito com isso. Agora, um pouco  
1051 para a Maria Eugênia. Maria Eugênia, sobre esse processo, a sua fala de que  
1052 vocês vão fazer uma avaliação ambiental estratégica. O Orsini também citou isso.  
1053 Isso implica em analisar o futuro, e sem analisar a sustentabilidade de cada um  
1054 desses empreendimento ou do conjunto dos empreendimentos não é possível  
1055 deliberar pensando no futuro. Nós aqui, no Brasil mesmo, Minas, não temos a  
1056 cultura da análise de sustentabilidade dos empreendimentos. Caso o grupo que  
1057 irá promover o estudo da avaliação ambiental estratégica queira, eu me disponho,  
1058 me disponibilizo para falar sobre análise de sustentabilidade. Eu acho que é  
1059 importante começarmos a incluir essa visão da sustentabilidade nas nossas  
1060 definições estratégicas.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Julio, com certeza  
1061 agradeço as suas palavras, porque nós, inclusive, já estamos contemplando. É  
1062 um projeto grande do Estado, que vai ser feito mediante a contratação de uma  
1063 empresa de consultoria. Vai ser um grande projeto, e com certeza o objetivo  
1064 primordial, além desse apoio estratégico na tomada de decisão do Estado, em  
1065 termos de política pública, certamente que vamos ouvir a sociedade civil, as  
1066 instituições envolvidas, as empresas. Enfim, eu acho que será um momento  
1067 bastante democrático, em que todos serão ouvidos, e com certeza a sua  
1068 participação será muito bem-vinda. Era só isso que eu queria colocar, e em outra  
1069 oportunidade podemos conversar melhor. Mas certamente que a participação de

1070 todos será muito bem-vinda.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:  
1071 “A minha posição é muito claro, agora depois das explicações feitas pelo  
1072 empreendedor, na pessoa do Dr. Rafael, e eu concordo também muito com o que  
1073 foi falado pelo Luiz, da ANM, com relação a todo esse processo, que, de certa  
1074 forma, não podemos mudar a mina de lugar. A mina está lá, o jazimento mineralógico  
1075 está ali. Então nós temos que ter as facilidades necessárias para essa  
1076 transposição, para colocar isso dentro de um ambiente produtivo. E digo também,  
1077 da mesma forma que estamos falando sobre mineração, nós temos que falar  
1078 sobre os produtos agroindustriais no Brasil. Julio, que esse assunto, inclusive,  
1079 agora a Maria Eugênia comentando, eu acho importante avaliarmos dentro do  
1080 aspecto global da sustentabilidade, mas também nós temos que ver o seguinte:  
1081 nós somos limitados ali a uma operação, no caso da Nexa, em que a possibilidade  
1082 de variável é muito pequena. O que pode ocorrer – aí eu dou isso como ponto  
1083 avançado – é uma melhoria dessa rodovia, em função da sua manutenção,  
1084 futuramente, quem sabe, a sua pavimentação. E aí a Nexa vai deixar um legado  
1085 também, um legado de melhoria para a própria situação desse transporte.”  
1086 Conselheiro José Angelo Paganini: “A empresa afirmou, há pouco, que na fase  
1087 de implantação do empreendimento não vai haver rebaixamento de lençol, ‘por  
1088 isso não é necessária a outorga definitiva’. Não é uma verdade, porque na página  
1089 49 do Parecer Único está escrito o seguinte: ‘As intervenções ocasionadas pelo  
1090 sistema desaguamento da mina, tanto na etapa de implantação quanto na de  
1091 operação, podem interferir no equilíbrio dinâmico da recarga, movimento (fluxo) e  
1092 descarga de águas subterrâneas, bem como afetar as surgências que ocorrem no  
1093 entorno do empreendimento. Além disso, essas atividades podem gerar  
1094 alterações, também, nos sistemas hídricos superficiais, como mencionado no item  
1095 2.13 deste Parecer Único’. Então vai haver na implantação um rebaixamento do  
1096 lençol, e para isso seria necessária a outorga definitiva.” Presidente Yuri Rafael  
1097 de Oliveira Trovão: “Ricardo, quer se manifestar sobre esse ponto, alguma  
1098 observação adicional?” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste: “A própria  
1099 empresa falou, o Rafael falou, da desnecessidade, e os estudos também  
1100 informam essa desnecessidade na fase de instalação. O parecer informa porque  
1101 essa outorga de rebaixamento, durante a pesquisa, ele bombeia, dá direito a ele  
1102 bombear 530 m<sup>3</sup>/hora. Por isso que é relatado isso, para os ajustes do modelo  
1103 hidrogeológico. Mas ele já até finalizou esse modelo, por isso que está falando ali  
1104 do rebaixamento, mas é por conta da outorga de pesquisa.” Larissa Medeiros  
1105 Arruda/Supram Noroeste: “Eu só queria fazer um comentário de que as etapas de  
1106 instalação e de operação da mina subterrânea acabam se fundindo. Então a  
1107 menção aqui da instalação de rampas e redes irá ocorrer com o rebaixamento na  
1108 fase de operação, após a outorga. Enquanto eles não obtiverem a outorga de  
1109 rebaixamento eles vão fazer a instalação do que não tem necessidade de  
1110 rebaixamento do lençol. Então todo tipo de infraestrutura que não tem  
1111 necessidade de rebaixamento, que não necessite da outorga, será feita durante  
1112 a instalação. A instalação que é citada aqui, na abertura de rampas e redes que

1113 necessitem do rebaixamento, será feita na LO, depois da concessão da outorga,  
1114 que vai ser analisada pela CTOC, do CBH Paracatu.” Presidente Yuri Rafael de  
1115 Oliveira Trovão: “Ok, muito obrigado pelos esclarecimentos. Eu vou dar  
1116 andamento então à votação do processo. E já destaco que a condicionante nº 12  
1117 nós vamos fazer apartada. Então nesta votação neste momento nós não estamos  
1118 incluindo a condicionante 12, que vamos discutir logo após, caso o processo seja  
1119 deferido. Se for indeferido, por óbvio, nós não vamos discuti-la. Então item 5.1,  
1120 Nexa Recursos Minerais S/A, PA 09657/2018/001/2018. Em votação.” Votos  
1121 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindistra, Fiemg, SME  
1122 e Abes. Votos contrários: Relictos e ProMutuca. Abstenção: Abes. Destaque de  
1123 voto favorável. “Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “A ANM vota  
1124 favorável ao projeto considerando que as explicações sobre o transporte que  
1125 foram dadas na reunião, de acordo com o empreendedor, são focadas na  
1126 segurança e na melhoria dos trechos para os quais está sendo proposto o  
1127 transporte.” Justificativas de votos contrários e de abstenção. Conselheiro José  
1128 Angelo Paganini: “Contra, pelas colocações dos movimentos sociais locais e pelo  
1129 não esclarecimentos dos pontos levantados.” Conselheiro Julio Cesar Dutra  
1130 Grillo: “ProMutuca vota contra, também porque eu acho que a sociedade local  
1131 manifestou uma insatisfação grande com o processo e de desconfiança de uma  
1132 forma geral. Mas principalmente em função dessa transferência de recurso  
1133 público para o empreendedor. Eu vou votar contra todo empreendimento  
1134 mineral que for utilizar o sistema viário público para o transporte de seu  
1135 material.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Abstenção, porque eu não me senti  
1136 confortável com as explicações dadas sobre rebaixamento e sobre o transporte.”  
1137 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então processo deferido por nove  
1138 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. Eu solicito à secretaria que  
1139 coloque a condicionante 12 e a sugestão de alteração. E aí eu vou solicitar  
1140 manifestação, inicialmente, do Ricardo, em relação à proposição.” Larissa  
1141 Medeiros Arruda/Supram Noroeste: “Nós vamos acrescentar na condicionante  
1142 ‘bem como a reposição em surgências naturais’, não no texto do empreendedor,  
1143 no texto original. ‘... bem como a reposição em surgências naturais, poços de  
1144 usuários e lagoas.’” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos a  
1145 sugestão do José Angelo.” Larissa Medeiros Arruda/Supram Noroeste: “Eu achei  
1146 que esse texto que estava embaixo fosse a sugestão dada pelo empreendedor. É  
1147 o mesmo texto. Nós vamos acatar a sugestão do José Angelo, então.” Presidente  
1148 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então eu já vou colocar em votação essa  
1149 alteração, que foi proposta pelo José Angelo e acatada pelo pessoal da Supram  
1150 Noroeste.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, eu queria  
1151 ouvir o empreendedor sobre esse texto proposto, o que ele acha, qual é o  
1152 posicionamento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ele propôs uma  
1153 outra alteração que foi acatada pela Supram Noroeste. Eles opinaram e sugeriram  
1154 uma terceira via. Mas de qualquer forma vamos ouvir.” Rafael Ribeiro/Nexa  
1155 Recursos Minerais S/A: “Nenhuma objeção porque está dentro do nosso Plano de

1156 Controle Ambiental também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então  
1157 em votação essa alteração da condicionante 12 conforme lida pela técnica da  
1158 Supram Noroeste. Em votação.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,  
1159 Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes.  
1160 Destaques de votos favoráveis. Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca:  
1161 “Considerando que essa é uma proposta de alteração discutida aqui neste  
1162 momento pelas partes, eu acompanho e vou ser favorável.” Conselheiro Thiago  
1163 Rodrigues Cavalcanti: “Em razão da concordância da Supram, bem como do  
1164 empreendedor, a Fiemg vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
1165 Trovão: “Então alteração de condicionante aprovada por 12 votos favoráveis.” **6)**  
1166 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA**  
1167 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**  
1168 **OPERAÇÃO.** **6.1) AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A. Aterro**  
1169 **para resíduos perigosos. Classe I. Nova Lima/MG. PA 00089/1985/052/2018.**  
1170 **Classe 6. Apresentação: Supri. Retorno de vista: ProMutuca, SME,**  
1171 **Sindieextra e Fiemg.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O empreendimento da  
1172 AngloGold tem um aspecto positivo de estar propondo uma mudança, uma  
1173 evolução na forma de disposição de seus resíduos de mineração. Isso é uma  
1174 coisa muito boa. Agora eu vou falar a respeito do Parecer Único, literalmente. ‘Foi  
1175 solicitada, através de informação complementar, a manifestação do Iphan/MG  
1176 para a fase de Licença de Operação quanto ao patrimônio cultural e arqueológico,  
1177 uma vez que esse órgão emitiu anuênciam apenas em relação à fase de instalação,  
1178 e o empreendedor reorientou o citado processo para LP+LI+LO. No entanto, até  
1179 a presente data, não houve protocolo com a manifestação formal desse órgão.  
1180 Nesse diapasão, será condicionado que o empreendedor apresente, antes do  
1181 início da operação do empreendimento, anuênciam do Iphan para a fase de LO.’ Eu  
1182 reitero minha solicitação de que Pareceres Únicos, mesmo que para a Licença de  
1183 Instalação, não sejam enviados para deliberação na CMI sem a anuênciam do  
1184 Iphan, do Iepha ou sem as outorgas já concedidas. ‘Mesmo levando em  
1185 consideração a evolução no método proposto para a disposição dos seus  
1186 resíduos de mineração, após o recebimento das considerações das ONGs de  
1187 defesa do meio ambiente, temos que solicitar a retirada de pauta desse PU.’  
1188 Quem leu o parecer de vista vai ver que tem uma longa explicação para poder  
1189 fazer essa justificativa. ‘No caso dos licenciamentos da AngloGold Ashanti  
1190 Córrego do Sítio Mineração S/A, acreditamos que seja fundamental uma análise  
1191 do conjunto das pequenas partes licenciadas e em licenciamento para que  
1192 possamos ter uma visão mais clara dos impactos cumulativos e sinérgicos.  
1193 Claramente, a sociedade não está sentindo confiança na continuidade desses  
1194 licenciamos picados de empreendimentos, já que não consegue avaliar todos os  
1195 impactos potenciais. Considerando todas as questões apresentadas acima,  
1196 entendemos que esse processo deve ser retirado de pauta.’ É essa a minha  
1197 posição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Da mesma forma que nos  
1198 demais pontos que eu sempre trato aqui, primeiro eu vou escutar a equipe que

1199 analisou o processo, e aí ela me subsidia na minha decisão. No momento, eu vou  
1200 escutar as demais manifestações de vista, depois passo para a equipe da Supri  
1201 para falar sobre a necessidade ou não da baixa em diligência ou retirada do ponto  
1202 de pauta, se vai trazer algo diferente do que está sendo posto para deliberação,  
1203 neste momento, dos senhores.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de  
1204 Lima: “Nós avaliamos isso em função de dois aspectos bastante discutidos,  
1205 inclusive, com a equipe da AngloGold Ashanti. Eu vejo o seguinte. Realmente a  
1206 atividade da AngloGold na região é uma atividade centenária. E nós três que  
1207 pedimos vista – SME, Fiemg e Sindieextra –verificamos que se trata de um  
1208 complemento de um processo operacional. Portanto, de certa forma, essa  
1209 avaliação integrada, apesar de ser já comentada pelo Julio, seria interessante,  
1210 mas, pelas características que estão sendo colocadas operacionalmente, ela  
1211 pode ser feita em uma outra oportunidade e talvez em uma avaliação mais  
1212 específica integrada. Mas para o caso atual ela atende perfeitamente à proposição  
1213 feita. Eu pediria para continuar rolando o relatório, que eu quero comentar um fato  
1214 mais importante também que eu vejo, que é um estudo que a AngloGold tem feito.  
1215 Essa questão de intervenção em vegetação foi perfeitamente equacionada.  
1216 Quanto à área de deposição de resíduos, a Anglo apresenta uma estrutura de  
1217 adequabilidade em todo o processo, com a detecção de vazamentos, com a  
1218 detecção de coleta de líquidos percolados. Isso ela já faz com maestria, sem  
1219 qualquer problema. Segurança dos resíduos: verificam-se, pelas observações  
1220 técnicas da empresa, os cuidados adicionais com relação à impermeabilização,  
1221 já referido anteriormente, e o posicionamento do próprio Aterro H1, situado em  
1222 uma região que oferece segurança ao próprio posicionamento dela, natural, de  
1223 suas ombreiras, bem como o muro compactado, com elevação gradativa de no  
1224 máximo 10 m, conforme se pode verificar nessa configuração ilustrada. Meio físico  
1225 também foi perfeito, sem nenhum problema. Eu queria me deter a essa nota de  
1226 destaque. Porque nós temos que também aproveitar desses tipos de projetos, e  
1227 o destaque que fizemos é que, quando aprofundamos nas questões de  
1228 sustentabilidade ligadas à atuação da AngloGold Ashanti no Estado de Minas  
1229 Gerais, verifica-se seu portfólio de anotações no contexto da responsabilidade  
1230 social. Algo que tem sido hoje referendado pela comunidade mundial através dos  
1231 Princípios do Equador e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Eu  
1232 gostaria, depois – não vou ler agora –, que os nossos colegas conselheiros  
1233 lessem esses detalhes que eu captei exatamente do portfólio da AngloGold. Isso  
1234 é um exemplo que deve ser seguido em todos os outros projetos minerários. Por  
1235 isso, presidente, nós fomos favoráveis ao deferimento e ao atendimento às  
1236 condicionantes que foram perfeitamente colocadas pela Supri.” Conselheira  
1237 Denise Bernardes Couto: “O parecer, como o Orsini disse, foi conjunto, e o  
1238 Sindieextra não tem mais nada para manifestar, é de acordo mesmo.” Conselheiro  
1239 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O parecer foi conjunto, a manifestação da Fiemg é  
1240 a constante do parecer. Eu só queria complementar um ponto de que o aterro  
1241 tratado nesse processo é justamente para não usar mais a barragem. Então eu

1242 acho que isso é uma informação importante e eu queria colocar." Conselheiro Luiz  
1243 Henrique Passos Rezende: "Eu fui apresentado a este projeto nesta semana,  
1244 inclusive, o Claudinei pediu para eu participar dessa apresentação, porque ele  
1245 estava com algumas dúvidas sobre o aterro. Eu andei fiscalizando essa barragem.  
1246 São três barragens, uma perto da outra, é uma relação de segurança e de  
1247 interferência uma na outra muito grande. E principalmente a barragem que está  
1248 hoje em operação pela empresa é a barragem de Calcinados. Ela tem esse nome  
1249 Calcinados porque recebe o rejeito que se chama calcinado, e esse rejeito vai ser  
1250 um rejeito que está sendo desaguado – não era desaguado –, que era lançado na  
1251 barragem. Então essa barragem tem uma altura grande, está no vale muito  
1252 estreito e tem uma sinergia com as outras duas, que são a Cocuruto e a  
1253 Rapaunha. Em caso de rompimento, é um desastre generalizado na região. Esse  
1254 tipo de aterro nós analisamos, fizemos algumas considerações, e é um aterro que  
1255 vem a acabar com esse tipo de barragem, vai ser a realidade daqui para frente.  
1256 Espero que seja. Inclusive, vai impedir o acréscimo nessa grande barragem, que  
1257 é a Calcinado, e que provavelmente vai ser descomissionada. E esse risco que já  
1258 existe hoje vai ser muito bem amenizado no futuro, porque vamos começar a ter  
1259 pequenos aterros desse tipo. É uma tecnologia nova, já poderia estar sendo  
1260 usada há mais tempo, mas o que fez com que ela viesse a ser implantada foram  
1261 os recentes desastres pelos quais nós passamos. Eu acho que é o caminho em  
1262 que estamos caminhando. Eu não vejo o porquê de não aprovar. Eu conheço o  
1263 site, mais ou menos, na região. Eu não vi nenhum lugar que tenha alguma  
1264 interferência que venha a envolver questões históricas ou outra coisa. Eu acho  
1265 que a comunidade está ganhando muito, apesar dessa desconfiança de que o  
1266 Julio Grillo fala seja muito importante, porque a credibilidade da mineração caiu  
1267 muito com os acidentes pelos quais passamos, os desastres. Eu vejo com muitos  
1268 bons olhos e adianto que é um passo gigantesco para caminhar em uma  
1269 disposição nova de rejeito e redução de risco para a população. Inclusive, esse  
1270 aterro está sendo feito de uma forma de disposição em que a provável  
1271 contaminação do solo está sendo bem reduzida com relação ao que já existe na  
1272 barragem." Luís de Souza Breda/AngloGold Ashanti: "Nós anotamos alguns  
1273 questionamentos, alguns pontos, principalmente, colocados pelo Sr. Julio Grillo,  
1274 e eu vou passar por eles. Mas primeiramente é importante dizer que esse projeto,  
1275 o Aterro H1, configura-se como um marco de transição de tecnologias de  
1276 disposição de rejeito. É um projeto muito importante para a AngloGold Ashanti,  
1277 porque, através da implantação de um sistema de filtragem e secagem de rejeitos  
1278 também associado a essa estrutura... É importante dizer que o aterro então é um  
1279 marco de transição de tecnologias, nós vamos deixar de dispor com o tempo...  
1280 Então essa estrutura é configurada como processo de transição de tecnologias  
1281 de disposição de rejeitos, nós vamos deixar de dispor rejeito em barragem ao  
1282 longo do tempo e vamos passar a dispor rejeito a seco dentro de uma estrutura  
1283 de aterro. Então isso eu acho que é um grande benefício e um caminho da  
1284 empresa em relação ao processo de desenvolvimento sustentável. Então é muito

importante trilhar por isso. E além disso a estrutura se configura como uma ampliação e continuidade à atividade já realizada na planta do Queiroz. Atualmente, realizamos através de outros aterros e vamos passar a dispor através do Aterro H1. Ou seja, é uma ampliação e continuidade de uma atividade que já é licenciada. Passando rapidamente pelos pontos que foram levantados. Sobre a questão da anuênciia do Iphan, nós tivemos, sim, uma anuênciia concedida que atesta a possibilidade de implantarmos o aterro. E além disso é muito importante dizer que, além dessa anuênciia específica, nós tivemos uma anuênciia completa para o site, para a planta do Queiroz como um todo. Então logo abarca a operação da planta do Queiroz como um todo, além dessa anuênciia específica para o projeto do Aterro H1. Sobre a questão do LAC 1, da modalidade de licenciamento, é importante dizer que se trata de uma ampliação e continuidade de uma atividade que será implantada em um contexto também já licenciado. Então portanto a lei nos permite ser enquadrados nessa modalidade. Sobre a questão da avaliação ambiental integrada, é importante dizer o seguinte. Essa estrutura vai ser implantada em um contexto já licenciado, dentro de uma planta industrial, com todos os controles ambientais já implantados e todos os monitoramentos já executados, com os relatórios serão entregues, periodicamente, ao órgão ambiental. Então nada mais é do que uma continuidade da operação da planta, não está trazendo nenhum impacto novo o empreendimento. Mas, mesmo assim, mesmo a empresa não sendo obrigada por lei a apresentar a avaliação ambiental integrada, é importante dizer que a AngloGold está providenciando a contratação de algumas empresas especializadas em estudos ambientais que vão desenvolver esse estudo de avaliação ambiental integrada, não só para o site da planta do Queiroz, mas para todas as nossas unidades operacionais. É importante dizer que já temos uma avaliação ambiental integrada para o Complexo de Córrego do Sítio, que fica em Santa Bárbara, mas nós vamos estender esse tipo de avaliação para todas as nossas unidades, mesmo não sendo uma obrigação legal. A empresa também acha isso uma questão importante em termos de ganho ambiental. E em relação à questão da contaminação ambiental levantada, é importante dizer que todos os nossos controles ambientais já estão implantados para operar a planta do Queiroz, todos os monitoramentos são executados conforme demandado não só no processo de licenciamento ambiental, mas conforme legislação vigente e conforme todas as melhorias que são solicitadas pelo próprio órgão ambiental, e os relatórios são entregues, periodicamente, ao órgão ambiental. E não é isso que tem sido mostrado através dos nossos resultados de monitoramento, a empresa tem atendido aos padrões legais e de monitoramento estabelecidos na legislação. Eu acho que passei por todos os pontos e queria, por fim, pedir um destaque: nós temos pequenas alterações para propor nas condicionantes, caso o processo seja julgado pelo deferimento. Seriam as condicionantes 5, 9, 10, 15 e 16." Ricardo Carneiro/AngloGold Ashanti: "Essencialmente, a nossa função aqui é de apoio nas questões de procedimento e de ordem jurídica. Nada obstante os esclarecimentos e questionamentos

1328 constantes do parecer do conselheiro Julio Grillo, as respostas apresentadas pelo  
1329 Luís Breda foram absolutamente esclarecedoras, mostrando toda a regularidade,  
1330 mostrando o avanço que representa esse aterro de resíduos. De modo então que  
1331 não há muito o que dizer ou ainda esclarecer que não seja pedir aos senhores  
1332 conselheiros que no processo de votação votem pelo deferimento da LAC,  
1333 Licença Prévia, de Instalação e Operação, requerida." Presidente Yuri Rafael de  
1334 Oliveira Trovão: "Eu vou volto para o Conselho para alguma consideração, antes  
1335 de passar pela equipe da Supri. Alguma manifestação? Não havendo, eu vou  
1336 passar para a equipe da Supri, considerando que houve o pedido do conselheiro  
1337 Julio para a retirada e baixa em diligência do processo. Eu quero saber, antes de  
1338 mais nada, sobre a pertinência ou não. Na minha opinião, as coisas já foram  
1339 esclarecidas, mas de qualquer forma eu quero ouvir a equipe da Supri." Karla  
1340 Brandão Franco/Supri/SE MAD: "Com relação à solicitação de retirada de pauta,  
1341 nós entendemos que o processo foi corretamente instruído. Como o Luiz muito  
1342 bem falou, pela ANM, ele tem muita experiência com barragem, então a proposta  
1343 é exatamente a destinação de uma forma mais segura de um resíduo perigoso,  
1344 que é disposto atualmente em barragem, de uma forma alternativa, conforme,  
1345 inclusive, o artigo 30 da Lei 21.972 já prevê, que o Estado deve incentivar a  
1346 disposição alternativa ao invés de barragens. Então nós consideramos que é uma  
1347 ampliação do empreendimento já existente, que teve processos precedentes  
1348 instruídos por EIA/Rima, que tem um PCA vigente para o complexo como um todo,  
1349 um processo de revalidação também em análise, que avalia tudo. A empresa  
1350 propôs fazer uma avaliação ambiental integrada da área. E além disso o estudo  
1351 foi completo, houve um diagnóstico da área, um diagnóstico regional. Então nós  
1352 entendemos que não há necessidade, não há nada a ser complementado que  
1353 possa alterar a nossa posição. Então a Supri se manifesta pela manutenção do  
1354 processo na pauta. A Verônica vai fazer uma complementação com relação ao  
1355 relatório de vista, mas fora isso eu acho que a empresa também esclareceu. Se  
1356 tiver mais alguma, dúvida estamos à disposição." Presidente Yuri Rafael de  
1357 Oliveira Trovão: "Então considerando o que foi informado pela empresa e pela  
1358 equipe eu vou manter o processo em pauta, em julgamento." Verônica Maria  
1359 Ramos do Nascimento França/Supri/SE MAD: "Na verdade, é só uma  
1360 complementação mesmo, porque o relatório de vista falou sobre a não publicação.  
1361 Na verdade, existe uma publicação, o EIA/Rima foi disponível, não houve  
1362 requerimento de audiência pública, e depois da alteração do projeto não alterou  
1363 a ADA nem aumentaram os impactos. Por isso não há necessidade de nova  
1364 publicação." Conselheira Maria Eugênia Monteiro: "Só enfatizar essa questão de  
1365 que a Karla acabou de falar. Eu acho que é sempre importante enfatizar essa  
1366 substituição, no caso, de uma barragem de rejeitos, onde se submete o rejeito à  
1367 água, além de potencializar qualquer risco de contaminação, o fato de você dispor  
1368 material já filtrado em um aterro, comparativamente em relação à barragem, é  
1369 muito mais seguro. E nesse caso específico nós sabemos da seriedade da  
1370 empresa e da experiência deles ao longo dos anos em questões desse tipo. Então

1371 era mais só para enfatizar e parabenizar a empresa, no caso, pela iniciativa de  
1372 alteração do processo." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Mais algum  
1373 conselheiro quer fazer uso da palavra? Não havendo, eu vou colocar em votação  
1374 o item 6.1, da AngloGold Ashanti. Atenção senhores conselheiros, as  
1375 condicionantes 5, 9, 10, 15 e 16 eu vou colocar em apartado, porque vamos  
1376 discuti-las posteriormente, Então neste momento em votação com exceção das  
1377 condicionais 5, 9, 10, 15 e 16. Ok? Então em votação o item 6.1, AngloGold  
1378 Ashanti Córrego do Sítio Mineração, PA 89/1985/052/2018." Votos favoráveis:  
1379 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindixtra, Fiemg, SME e Abes.  
1380 Abstenção: Relictos e ProMutuca. Justificativas de abstenções. Conselheiro José  
1381 Angelo Paganini: "Nós vamos nos abster. Nós entendemos que a forma de  
1382 disposição de resíduos é uma mudança positiva que merece nosso conhecimento.  
1383 Mas não estamos seguros pela falta de uma avaliação integrada do conjunto de  
1384 todas as atividades desenvolvidas pela operação do empreendimento."  
1385 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Pela abstenção também. Eu acho essa  
1386 mudança no processo de disposição de rejeitos apresentada pela AngloGold  
1387 extremamente louvável, eu sou um defensor disso há muito tempo, vocês sabem  
1388 que eu defendo isso há muito tempo. Mas a sociedade não está tranquila. Quer  
1389 dizer, as ONGs locais. A sociedade local não está tranquila em relação ao  
1390 empreendimento mesmo, como um todo. Essa iniciativa de se fazer uma  
1391 avaliação ambiental integrada é também muito louvável, mas nós não estamos  
1392 com ela. Então o que a sociedade me pediu foi que votasse contra. Pelo fato de  
1393 eu achar que essa mudança de disposição de rejeito é extremamente favorável,  
1394 eu estou me abstendo. Quer dizer, eu estou com o voto diferente daquele  
1395 solicitado pela sociedade." Destaque de voto favorável. Conselheiro Carlos  
1396 Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu voto favorável e queria colocar em função do  
1397 nosso relatório de vista, pelas medidas inovadoras que a AngloGold está  
1398 proporcionando e pela responsabilidade social que a empresa tem demonstrado  
1399 em mais de 100 anos de operação em Minas Gerais." Presidente Yuri Rafael de  
1400 Oliveira Trovão: "Então processo deferido, dez votos favoráveis e duas  
1401 abstenções. Eu vou pedir à secretaria que coloque no quadro as condicionantes  
1402 e vou fazer o seguinte encaminhamento em relação às condicionantes. Primeiro  
1403 a condicionante 5, que a empresa pediu destaque. Então a empresa faz o  
1404 destaque, e eu vou abrir a palavra para o Conselho e também para os  
1405 representantes da Supri para ver se concordam ou não com a solicitação de  
1406 alteração. Sendo alterada, colocamos depois em bloco." Luís de Souza  
1407 Breda/AngloGold Ashanti: "As alterações propostas, vocês vão perceber que para  
1408 todas as condicionantes é mais uma questão de prazo que estamos pedindo para  
1409 adequar tudo. A empresa se manifesta favoravelmente a qualquer uma delas,  
1410 vamos cumprir tudo, mas gostaríamos de ter mais prazo, principalmente, e mudar  
1411 um pouco o texto de algumas delas. Então a condicionante, só uma questão de  
1412 alteração de prazo. Ao invés de ser 'antes do início das obras', nós pedimos para  
1413 apresentar um relatório fotográfico 30 dias após o início das obras, indicando a

1414 instalação dessa sinalização que é cobrada na condicionante. E argumentando  
1415 que as obras vão ser feitas dentro de uma área já operacional, já licenciada e com  
1416 acesso restrito. Só pessoas devidamente autorizadas e treinadas podem acessar  
1417 as áreas. Então só pedimos o prazo para cumprir." Presidente Yuri Rafael de  
1418 Oliveira Trovão: "Supri, qual o posicionamento em relação a esse item  
1419 específico?" Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Nós não temos objeção à  
1420 alteração." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então concordância com a  
1421 5. Pode falar a 9." Luís de Souza Breda/AngloGold Ashanti: "Mais uma vez é uma  
1422 questão de prazo. Até o momento a empresa sempre cumpriu todos os padrões  
1423 relacionados ao tratamento de efluentes determinados pela legislação, que é a  
1424 DN COPAM/CERH nº 1/2008, como mostra o nosso relatório de cumprimento de  
1425 condicionantes. No entanto, a Supri pediu essa melhoria no nosso tratamento.  
1426 Então nós pedimos para alterar um pouco o texto dela, solicitando apresentar um  
1427 estudo relacionado a essa melhoria e um cronograma de execução com a  
1428 alternativa que possa efetivamente garantir a manutenção do parâmetro sulfato  
1429 em concentrações abaixo de 250 mg/l, que é um parâmetro determinado para  
1430 cursos d'água classe 2 e não para efluentes, como era determinada até então nas  
1431 condicionantes." Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Nós também não temos  
1432 nenhuma objeção. Nós entendemos a manifestação do empreendedor porque é  
1433 um tipo de tratamento específico, e o objetivo, inclusive, é garantir uma melhoria  
1434 do curso d'água em um parâmetro a mais. Nem é previsto na 01/2008, então  
1435 consideramos que está se propondo a garantir uma melhoria a mais do que  
1436 necessária, junto com a equipe técnica da Supri. Então sem nenhum tipo de  
1437 objeção." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Alguma coisa pelo  
1438 Conselho? Eu nem abri a palavra na primeira, senhores conselheiros, porque,  
1439 pelo Decreto 47.383, alteração somente de prazo, quando não influencia no  
1440 mérito da questão, pode ser decidida apenas pelo órgão de análise, poderia ser  
1441 decidida até pela Supri. Nós estamos aproveitando aqui, já fazendo e dando  
1442 ciência para os senhores, mas essas condicionantes, até o momento aqui, nem  
1443 precisariam estar sendo debatidas, porque são somente questão de prazo. Mas  
1444 quando os senhores quiserem se manifestar, por favor, levantem a mão, que aí  
1445 passamos a palavra para os senhores. Até o momento, nós tivemos a  
1446 aquiescência na alteração das condicionantes 5 e 9. Passamos para a 10." Luís  
1447 de Souza Breda/AngloGold Ashanti: "Da mesma maneira, nós vamos cumprir o  
1448 que está estabelecido na condicionante. Apenas solicitamos a questão do prazo  
1449 e a questão relacionada ao protocolo do referido estudo no respectivo processo  
1450 de licenciamento, que é o processo de operação da planta do Queiroz, se refere  
1451 à Licença de Operação da planta do Queiroz. Então a única adequação da  
1452 condicionante é essa, para apresentarmos esse estudo no âmbito do respectivo  
1453 processo de licenciamento, que é esse que está em análise no órgão ambiental."  
1454 Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Sem objeção também." Luís de Souza  
1455 Breda/AngloGold Ashanti: "Sobre a condicionante 15, da mesma maneira, é uma  
1456 solicitação de alteração do prazo. Ao invés de ser antes do início das obras,

apresentar essa manifestação, essa nova manifestação do Conselho de Cultura, porque nós já tivemos uma primeira manifestação, nós solicitamos um prazo maior, que seria 15 dias após a manifestação do Conselho Deliberativo de Cultura de Raposos, considerando esse período de pandemia. É importante dizer que nós já temos um canal de comunicação aberto com os moradores do bairro Galo e não só o bairro Galo, mas todas as comunidades que existem em torno da nossa operação. Continuaremos fazendo toda a comunicação, não só desse projeto, mas da operação da planta como um todo, como é feito. E estamos pedindo só esse prazo, para ficar mais factível de cumprirmos." Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Sem objeção também." Luís de Souza Breda/AngloGold Ashanti: "Podemos falar sobre a 16? Sobre essa, a única alteração que nós solicitamos na condicionante foi essa questão do atendimento às demandas apresentadas pelo público alvo via ata de reunião e canais de comunicação. Nós solicitamos uma pequena alteração, para colocar 'via canais de comunicação utilizados, priorizados de acordo com cada momento da execução do programa'. É importante dizer que esse programa não parou de ser executado em função da pandemia, nós continuamos com os contatos e os canais abertos com a comunidade, mas as reuniões têm sido virtuais, então não geramos uma ata propriamente dita. Mas geramos uma memória, e se pode, inclusive, gravar tudo que for discutido nessas reuniões, com autorização do público presente. A única coisa que pedimos é isso, demonstrar o atendimento da condicionante, mas utilizando os canais em cada momento da execução desse programa." Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Sem objeção também, atende ao objetivo da mesma maneira." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Pelo Conselho alguma observação? Não há. Então nós temos a concordância da Supri em todas as solicitações. Eu vou ler aqui para os senhores. Condicionante nº 5 ficou com a seguinte redação: 'Promover a sinalização próximo à área indicando a entrada e saída de caminhões durante toda a fase da obra de implantação do aterro. Prazo: enviar relatórios fotográficos 30 dias após o início das obras, indicando a instalação da sinalização.' Condicionante nº 9 ficou com a seguinte redação: 'Considerando que o lançamento de efluente líquido industrial é lançado na barragem Cocuruto e deságua em curso d'água, que por sua vez é um curso d'água classe 2 (Córrego Mina D'Água), cuja vazão é basicamente a vazão do efluente lançados da barragem, apresentar estudo e cronograma de execução com alternativa que possa garantir a manutenção do parâmetro sulfato em concentrações abaixo de 250 mg/l, pelo prazo de 180 dias.' Condicionante 10, a redação ficou a seguinte: 'Realizar estudo detalhado dos pontos PQZ 2041 e PQZ 2046 de monitoramento de águas subterrâneas e dos demais pontos que compõem o programa de monitoramento no entorno da barragem Calcinados para avaliar a ocorrência ou não da drenagem ácida no local e o grau de comprometimento do solo e do lençol freático no entorno dela. Protocolar o requerido estudo no âmbito da Licença de Operação da planta do Queiroz em fase de revalidação para que o órgão ambiental conduza sua análise no âmbito

1500 do respectivo processo (Processo Administrativo COPAM 089/1985/050/2014),  
1501 bem como cópia do protocolo de apresentação do estudo no processo em  
1502 epígrafe no prazo de 180 dias.' Próxima condicionante, nº 15, com a seguinte  
1503 redação: 'Apresentar manifestação do Conselho Deliberativo Municipal de Cultura  
1504 de Raposos/MG em relação à seguinte condicionante imposta no OF. 27/2018,  
1505 de 25/10/2018: 'Abrir uma linha de comunicação direta com a Associação dos  
1506 Moradores do Bairro Galo Velho e que juntos discutam sobre as obras de  
1507 intervenção à mobilidade do bairro, principalmente ao acesso dos bens  
1508 inventariados presentes na AID, como medidas compensatórias do processo de  
1509 licenciamento ambiental. Prazo: 15 dias após a manifestação do Conselho  
1510 Deliberativo Municipal de Cultura de Raposos/MG.' Próxima, condicionante nº 16:  
1511 'Apresentar relatório fotográfico da execução do programa de comunicação social  
1512 contendo o percentual das reclamações, sugestões e críticas recebidas através  
1513 dos canais de comunicação com a comunidade; percentual de atendimento das  
1514 demandas apresentadas pelo público alvo via canais de comunicação  
1515 utilizados/priorizados de acordo com cada momento de execução do programa.  
1516 Prazo: semestral.' Então coloco em votação as referidas alterações lidas e  
1517 colocadas no quadro." Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama,  
1518 ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri  
1519 Rafael de Oliveira Trovão: "Então alterações das condicionantes 5, 9, 10, 15 e 16  
1520 aprovadas por 12 votos favoráveis." **6.2) J&F Mineração Ltda. Extração de areia**  
1521 **e cascalho para utilização imediata na construção civil. Alvinópolis/MG. PA**  
1522 **08118/2010/003/2018, ANM 832.011/2006. Classe 4 (conforme Lei nº**  
1523 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Leste**  
1524 **Mineiro. Retorno de vista: ProMutuca, SME e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar**  
1525 **Dutra Grillo**: "Apesar do impacto ambiental que pode ser observado nas imagens  
1526 do Google – são claros –, o empreendimento aparentemente não apresenta  
1527 problemas para o seu deferimento. Considerando que a licença é para a expansão  
1528 das atividades, sugerimos a inserção de um condicionante exigindo a recuperação  
1529 das áreas degradadas em paralelo com a expansão desta mineração."  
1530 **Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti**: "Só manifestar que a Fiemg fez análise  
1531 do processo, juntamente com a SME, e o parecer é pelo deferimento, nos termos  
1532 do parecer da Supram." **Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima**:  
1533 "Hipoteco as palavras do Dr. Thiago." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
1534 "Eu volto para o Conselho. Destaque dos senhores conselheiros?" **Conselheiro**  
1535 **Julio Cesar Dutra Grillo**: "Tem a inclusão da condicionante que eu solicitei."  
1536 **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão**: "Ok, nós voltamos a ela  
1537 posteriormente." **Vinicius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro**: "Tenho  
1538 algumas ponderações a respeito dos pareceres de vista. Inicialmente,  
1539 cumprimento o Dr. Julio Grillo e explanar para o senhor que a base de dados de  
1540 imagens de satélite de que nós dispomos para utilizar aqui é a que está  
1541 disponibilizada na rede. Então as imagens não são atualizadas. Em virtude da  
1542 situação da pandemia e da manutenção da possibilidade de vistoria remota,

1543 independentemente de a vistoria ser remota ou não, nós estamos solicitando em  
1544 todos os processos o imageamento atualizado por drone de todos os  
1545 empreendimentos, com uma elevada resolução, que vai permitir disponibilizar  
1546 para a instância decisória, seja ela a Câmara Técnica do COPAM ou a  
1547 Superintendência, imagens atualizadas e bem precisas do empreendimento.  
1548 Então nós já estamos aqui na Supram Leste esse procedimento. Informar para o  
1549 senhor que, em virtude de o processo requerer uma ampliação, é importante  
1550 destacar que para esse empreendimento essa ampliação não é de área, mas,  
1551 sim, de produção. Então na mesma área que o senhor conseguiu visualizar que  
1552 já existe esse impacto é a área onde vai ser realizada essa ampliação, mas que  
1553 na verdade trata-se de ampliação de produção e não de expansão de área. Então  
1554 prestar esse esclarecimento para o senhor. E em virtude disso já existe, nos autos  
1555 do processo, um Prad para eventualmente, quando do encerramento das  
1556 atividades, esse Prad ser executado. É uma condição requerida, inicialmente, na  
1557 formalização do processo. Então suponhamos que daqui a alguns meses o  
1558 empreendedor encerre as suas atividades. Ele já tem por obrigação executar esse  
1559 Prad na área do empreendimento junto com o plano de fechamento de mina. Um  
1560 faz parte do outro. Finalizando a minha fala, eu gostaria de parabenizar os  
1561 conselheiros, que têm elevado o nível desta Câmara. Eu acho importante dar esse  
1562 feedback da parte da Supram – e eu falo aqui pela minha equipe – de que a  
1563 discussão nesta nova gestão tem sido muito técnica, efetivamente. Então isso é  
1564 importante para engrandecer o trabalho realizado não só pela equipe técnica da  
1565 Supram como por vocês conselheiros. Nós temos o José Angelo, o Dr. Orsini, que  
1566 são figuras já conhecidas nossas aqui da Supram Leste; o Sr. Julio. Então eu  
1567 quero neste momento parabenizar a todos os conselheiros, que durante os  
1568 trabalhos que são executados na Câmara contribuem efetivamente para tecermos  
1569 discussões técnicas. O conhecimento não é imutável, e a cada dia nós estamos  
1570 aprendendo, e é a partir do debate que são construídas as novas ideias e  
1571 quebrados velhos paradigmas. Então eu saúdo a todos os conselheiros que se  
1572 empenham nessa missão de efetivamente exercer aqui seu papel de conselheiro.  
1573 Finaliza então a minha fala, presidente, congregando a todos os conselheiros que  
1574 nós aqui da Supram Leste, Julio, Dr. Orsini e demais conselheiros, nós estamos  
1575 a todo tempo aqui de pé e à ordem para o que for necessário para prestar o  
1576 esclarecimento que se fizer necessário. Então eu faço esse convite a vocês de  
1577 que, uma vez submetido um parecer para esta Câmara e esse parecer esteja  
1578 sendo submetido pela Supram Leste – existe no site da SEMAD, e vocês também  
1579 têm cópias de todos os nossos e-mails e contatos –, entrem em contato conosco  
1580 para buscar dirimir qualquer eventual dúvida que surja para que possamos, na  
1581 reunião em que está sendo pautado esse parecer, já discutir essas dúvidas que  
1582 vocês tenham. Eu acredito que o nosso trabalho pode ganhar em eficiência com  
1583 isso, e vai ser muito importante para todos nós, principalmente para o público, que  
1584 acaba sendo beneficiado com o nosso trabalho. Nós estamos aqui é para servir a  
1585 ele.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Minhas palavras são de

1586 reconhecimento. O que acaba de dizer nosso querido Vinicius Moura, pela  
1587 Supram Leste, é aquilo que nós esperamos do retorno do governo. Eu vejo  
1588 realmente, pela experiência nossa de vida e pela experiência de também termos  
1589 estado no governo, que é uma posição realmente fantástica, Vinicius. Parabéns  
1590 pela sua fala, parabéns pela conduta que vocês têm tido, não só a Supram Leste,  
1591 como todas as Supramps. Eu acho que vocês têm realmente desenvolvido um  
1592 trabalho espetacular em prol do meio ambiente e em prol da racionalidade dos  
1593 processos. É essa racionalidade que nós temos de ter, a consciência da  
1594 racionalidade de que nós não podemos mais perder tempo. Minas Gerais, o Brasil,  
1595 já perdeu muito tempo. Nós estamos em um mundo de competitividade, e essa  
1596 competitividade nós somente alcançaremos se tivermos racionalidade e  
1597 desburocratização dos processos. Então essas são as minhas palavras, e eu  
1598 enfatizo e, Vinicius, te dou os parabéns pela sua belíssima colocação nesse  
1599 momento." Conselheiro José Angelo Paganini: "Eu queria fazer só uma colocação.  
1600 Eu estou completamente de acordo com a inclusão da condicionante proposta  
1601 pelo Julio Grillo, da ProMutuca. Nós estamos em uma região em processo de  
1602 desertificação, a situação aqui é complicada, vocês conhecem. Então não pode  
1603 esperar o encerramento da atividade produtiva para fazer recuperação das áreas.  
1604 Então as áreas na área de influência, na área de propriedade do empreendimento,  
1605 estão degradadas hoje, e deveriam começar imediatamente um processo de  
1606 recuperação dessas áreas." Elias Nascimento de Aquino Iasbik/Supram Leste  
1607 Mineiro: "Boa tarde, Yuri, boa tarde, senhores conselheiros. Não temos nenhuma  
1608 outra consideração a acrescentar àquilo que o Vinicius já passou." Presidente Yuri  
1609 Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, então eu vou colocar em votação." Conselheiro  
1610 Luiz Henrique Passos Rezende: "Só um momento. Nada contra a proposta do  
1611 Julio Grillo, aliás, eu até apoio. Eu só queria comentar o seguinte. Em todas os  
1612 licenciamentos, eu acho que em todas as regras já é o pressuposto de que as  
1613 áreas que já foram lavradas, das áreas que já estão abandonadas, que não são  
1614 de operação mais, são concomitantemente recuperadas. Então eu não sei se  
1615 essa proposta do Julio Grillo é redundante ou se já está posta antes do  
1616 licenciamento. Eu acho que isso é praxe de todo o licenciamento ambiental, essa  
1617 questão da recuperação dessas áreas abandonadas. Agora não faz nenhum  
1618 sentido recuperar uma em que vou trabalhar em cima depois. Ela pode estar no  
1619 meio da operação, servir de um acesso, essa coisa toda." Presidente Yuri Rafael  
1620 de Oliveira Trovão: "Ok, nós vamos discutir a proposta, e aí as colocações do  
1621 senhor, no momento da leitura pelo Julio da justificativa da sua proposta de  
1622 inclusão de condicionado. Primeiro eu vou colocar o processo, conforme previsão  
1623 do Regimento, e depois colocamos em discussão a sua proposta. Em votação o  
1624 item 6.2, J&F Mineração Ltda. Processo 08118/2010/003/2018. Em votação."  
1625 Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra,  
1626 Fiemg, Relictos, ProMutuca e SME. Ausência: Abes. Presidente Yuri Rafael de  
1627 Oliveira Trovão: "Processo deferido por 11 votos favoráveis e uma ausência.  
1628 Agora retornando à proposta do conselheiro Julio." Conselheiro Julio Cesar Dutra

1629 Grillo: “Eu fiz essa proposta baseado em imagem do Google. A imagem do Google  
1630 que eu peguei é a imagem tradicional do Google e deve estar com mais ou menos  
1631 80 cm por pixel. Então nos dá uma definição relativamente boa. Apesar de que ali  
1632 ela está muito clara, mesmo assim, se você fizer um acerto na imagem, consegue  
1633 ter uma boa definição. Mas o Vinicius fez uma colocação que não tinha passado  
1634 pela minha cabeça, que é a de que essa imagem não está atualizada e que a área  
1635 como um todo ainda está sendo explorada. Então eu faria uma pequena correção.  
1636 Antes, eu queria agradecer também ao Vinicius, ao pessoal da Supram Leste,  
1637 pelo reconhecimento da nossa intenção de elevar o padrão das discussões. É um  
1638 agradecimento mesmo. Mas, voltando, eu agora fiquei sem saber, daquela área  
1639 que pegamos no Google, qual seria a que está realmente sendo explorada. Eu  
1640 alteraria o meu condicionante de uma maneira clara e simples. As áreas que não  
1641 forem mais utilizadas deveriam ir sendo recuperadas ao longo do tempo, não é  
1642 esperar todo o processo terminar para fazer um Prad e recuperar tudo. Vai  
1643 recuperando na medida do tempo. Nos casos em que isso for possível. É essa a  
1644 minha sugestão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos que ter  
1645 um texto, Julio, para colocarmos em deliberação. Então seria a condicionante:  
1646 ‘Exigir a recuperação das áreas degradadas em paralelo com a expansão desta  
1647 mineração.’ Seriam áreas que não vão ser lavadas mais. É isso?” Conselheiro  
1648 Julio Cesar Dutra Grillo: “Isso, perfeitamente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
1649 Trovão: “Pode colocar até o prazo no decorrer da licença, durante a validade da  
1650 licença.” Vinicius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Presidente, em  
1651 conversa aqui com a equipe, eu penso que nós podemos ser, seguindo a mesma  
1652 linha, um pouco mais conservadores, tendo em vista o início do período chuvoso  
1653 que se aproxima. Eu sugeriria alterar a redação solicitando que o empreendedor  
1654 apresente à Supram Leste. Deixa-me só contextualizar a ideia, e aí a gente  
1655 sintetiza na forma do texto, que eu acredito que possa ir ao encontro do que o  
1656 conselheiro Julio já colocou. Eu sugeriria que seja apresentado pelo  
1657 empreendedor um levantamento de todas as áreas que já não são objeto de lavra  
1658 e o cronograma da execução do Prad nessas áreas. E poderia ter um prazo de  
1659 60 dias para apresentar todas essas áreas, com o cronograma de execução,  
1660 considerando a proximidade do período chuvoso, para poder resguardar, já iniciar  
1661 uma ação que resguarde essas áreas que eventualmente serão objeto da  
1662 recuperação.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu acho a sugestão do  
1663 Vinicius melhor do que a minha.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu  
1664 só queria chamar atenção que a mina não se resume só à questão da frente de  
1665 lavra, em uma frente de lavra existe todo um processo também de outras áreas  
1666 necessárias para que ela seja executada. Então eu sugeriria que essa redação  
1667 fosse colocada de uma forma que as pessoas entendessem. Porque chega uma  
1668 pessoa que não é técnica e começa a exigir coisas que não fazem sentido,  
1669 recuperar uma área que está sendo usada como pátio, recuperar uma área que  
1670 está sendo usada como área de transporte, área de outra coisa dentro da  
1671 empresa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós precisamos de um

1672 texto para colocar em votação. Vamos colocar um texto básico aqui, que foi a  
1673 sugestão do Vinicius, e em cima do texto vamos modificando, porque senão  
1674 ficamos só no campo das ideias e não temos um texto para trabalhar." Vinicius  
1675 Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: "Eu estou digitando agora no chat a  
1676 redação do texto, considerando a sugestão do Luiz também." Elias Nascimento  
1677 de Aquino Iasbik/Supram Leste Mineiro: "Se essa proposta feita pelo Vinicius para  
1678 inclusão ou alteração da condicionante vier como forma de nova condicionante,  
1679 no texto sugerido pelo Julio talvez fosse interessante substituir 'exigir' por  
1680 'promover', porque a exigência já está partindo do órgão ambiental como  
1681 condicionante." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Entendi, Elias. Vamos  
1682 colocar primeiro o texto e trabalhamos em cima dele." Elias Nascimento de Aquino  
1683 Iasbik/Supram Leste Mineiro: "Na verdade, a proposta do Vinicius seria em  
1684 substituição mesmo da proposta feita pelo Julio, então não seria necessária a  
1685 adequação que eu sugeri inicialmente." Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira:  
1686 "A intenção dessa condicionante é que já fossem sendo recuperadas as áreas  
1687 degradadas que não vão ser mais utilizadas. Não é isso? Do jeito que ficou a  
1688 condicionante, 'apresentar a identificação das áreas degradadas do  
1689 empreendimento', vai ficar por conta da Supram decidir. Eu acho que está tudo  
1690 bem para todo mundo. A Supram vai entender que é para ele já ir recuperando?  
1691 Porque amanhã alguém da Supram pode falar que o empreendedor pode mandar  
1692 um Prad. 'Não, mas não acabamos de operar a mina ainda, o Prad é só no final.'"  
1693 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "É por isso que está lá, primeiro a  
1694 Supram deseja que ele identifique as áreas e ele promova o cronograma de  
1695 execução. Então nesse cronograma de execução vai estar a previsão de  
1696 executar." Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: "Mas está em aberto. Se o  
1697 empreendedor, no futuro, apresentar um cronograma dizendo que só vai  
1698 recuperar daqui a dez anos quando esgotar a mina, a Supram não vai, legalmente,  
1699 na mão o argumento de dizer 'o objetivo é que vocês fossem recuperando'. Não  
1700 tem nada aqui que prenda a recuperação a uma coisa atual." Presidente Yuri  
1701 Rafael de Oliveira Trovão: "Então seria colocar 'paralelo à operação', o que foi  
1702 sugerido pelo Julio Grillo. '... com o cronograma de execução do Prad em paralelo  
1703 à operação'." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu acredito que  
1704 o que o Paulo está falando é muito prático. Isso corrobora, inclusive, aquilo que o  
1705 Luiz Henrique comentou de que muitas vezes tem áreas de servidão que não têm  
1706 jeito de recuperar naquele momento, você vai recuperar após uma abertura de  
1707 lavra, o encerramento de uma determinada lavra. Então eu concordo também, eu  
1708 acho que em paralelo você cria uma sinergia entre a operação e a recuperação."  
1709 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Eu acho que o entendimento está  
1710 bem sedimentado, porque qualquer área que for utilizada futuramente não vai ser  
1711 recuperada. Igual o próprio Henrique já colocou aqui, não tem porquê de  
1712 recuperar uma área em que você vai trabalhar futuramente. Somente essas áreas  
1713 que não serão mais trabalhadas ou não serão utilizadas. Eu acho que ficou bem  
1714 claro para nós." Representante da J&F Mineração Ltda.: "Em relação à

1715 condicionante, a empresa está de acordo e concorda em seguir o plano  
 1716 apresentado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Então eu vou  
 1717 colocar em votação. Em votação a inclusão da seguinte condicionante:  
 1718 'Apresentar à Supram Leste a identificação das áreas degradadas do  
 1719 empreendimento, com cronograma de execução do Prad, em paralelo à operação.  
 1720 Prazo: 60 dias.'" Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,  
 1721 Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de  
 1722 Oliveira Trovão: "Inclusão de condicionante aprovada por 12 votos favoráveis." 7)  
 1723 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**  
 1724 **CORRETIVA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO.** 7.1) Draga  
 1725 **Milan Construtora e Terraplanagem Ltda. Extração de areia e cascalho para**  
 1726 **utilização imediata na construção civil. Paracatu/MG. PA 1339/2020, ANM**  
 1727 **832.100/2008. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**  
 1728 **alínea b). Apresentação: Supram Noroeste. Retorno de vista: ProMutuca.**  
 1729 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Pelas minhas análises, o empreendimento,  
 1730 aparentemente, não apresenta problemas para o seu deferimento. As ONGs de  
 1731 defesa do meio ambiente não enviaram novas observações sobre esse  
 1732 empreendimento, que foi retirado de pauta para complementação e correções  
 1733 sugeridas por elas. Diante do exposto, as correções tendo sido efetuadas, a  
 1734 ProMutuca se manifesta pelo deferimento." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
 1735 Nunes de Lima: "Foi pedida vista conjunta, e a posição nossa é pelo deferimento,  
 1736 sem maiores problemas." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "A Sra.  
 1737 Márcia Alves se inscreveu e disse que somente se houver necessidade. Não foi  
 1738 feito nenhum outro destaque. Então eu coloco em votação o item 7.1, Draga Milan  
 1739 Construtora e Terraplanagem Ltda. PA 1339/2020. Em votação." Votos  
 1740 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg,  
 1741 Relictos, ProMutuca e SME. Ausência: Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 1742 Trovão: "Então 11 votos favoráveis e uma ausência." 8) **PROCESSO**  
 1743 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.** 8.1) CSN  
 1744 **Mineração S/A. Pilha de Rejeitos do Fraile II; pilhas de rejeito/estéril; minério**  
 1745 **de ferro. Congonhas/MG. PA 1134/2020, ANM 043.306/1956. Classe 4**  
 1746 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**  
 1747 **Supri. Retorno de vista: ProMutuca, SME e Sindieextra.** Conselheiro Julio  
 1748 Cesar Dutra Grillo: "O empreendimento tem o aspecto positivo da mudança da  
 1749 forma de disposição dos resíduos de mineração. Já é um ganho, um bom passo.  
 1750 Agora, observação, as imagens do Parecer Único estão ilegíveis. É possível  
 1751 localizar a área no Google Earth com a boa definição, mas é praticamente  
 1752 impossível ler as informações escritas nas imagens apresentadas pelo PU. Eu  
 1753 reforço o pedido de que as imagens sejam digitalizadas com uma resolução maior.  
 1754 Indo para o PU, literalmente, nas páginas 10 e 11, condicionantes para a fase de  
 1755 LI 1, 4, 5 e 6. A condicionante 1: 'Considerando a manifestação pública do  
 1756 empreendedor de que existe um plano de descaracterização da barragem Casa  
 1757 de Pedra, indicada nesse processo como estrutura de contenção de sedimentos

1758 da PDE, o empreendedor deverá apresentar um relatório técnico com ART que  
1759 justifique a necessidade de lançamento de água e a necessidade de lançamento  
1760 de água e finos derivados do dreno de fundo da PDR e o efeito do aporte no  
1761 reservatório, considerando os aspectos geotécnicos e o volume atualmente  
1762 regularizado para disposição. Deverão ser apresentados os cenários de operação  
1763 atual, durante as obras de descaracterização e posterior à mesma e todas as  
1764 medidas de controle ambiental propostas, inclusive, nas fases de instalação e  
1765 operação da PDR Fraile II.' Condicionante 4: 'Realizar reunião com as  
1766 comunidades situadas na AID do empreendimento, com o intuito de dar  
1767 publicidade à situação da barragem Casa de Pedra. Na ocasião, deverão ser  
1768 abordados no mínimo: apresentação de relatórios técnicos da situação da  
1769 barragem em linguagem clara e de fácil entendimento para as comunidades,  
1770 apresentação das medidas de prevenção e controle da barragem.' Condicionante  
1771 5: '5 - Apresentar relatórios técnicos sobre as reuniões realizadas com as  
1772 comunidades, situadas na AID do empreendimento, considerando os requisitos  
1773 mínimos abordados na condicionante nº 4.' '6 - Apresentar relatórios técnicos  
1774 avaliativos a serem encaminhados ao órgão ambiental contendo, de forma  
1775 sucinta, as reclamações, sugestões e demais demandas do público externo, as  
1776 providências tomadas e as tratativas quanto os contatos recebidos pela  
1777 comunidade...' A comunidade local não reconhece o cumprimento dessas  
1778 condicionantes. Eu recebi telefonema de um monte de gente, de um monte de  
1779 moradores. Fica claro para mim, no mínimo, que não está havendo uma  
1780 interlocução da empresa com a sociedade que lhes possibilite alguma segurança.  
1781 No mínimo, essa comunicação da empresa com a sociedade tem que melhorar.  
1782 E pelo que eles afirmam esses condicionantes não foram cumpridos. Agora,  
1783 novamente, literalmente do Parecer Único. '... A pilha de rejeitos filtrados está  
1784 inserida na Sub-bacia do Rio Maranhão, tributário do rio Paraopeba. Houve  
1785 supressão de seis cavidades naturais subterrâneas pelo projeto, todas  
1786 consideradas como de baixa relevância pela análise técnica. Para instalação da  
1787 pilha foi necessária intervenção em 51,63 ha de vegetação nativa, dos quais 40,41  
1788 ha são passíveis de anuência pelo órgão federal, que foi emitida em 7/2/2019. As  
1789 fitofisionomias afetadas foram Floresta Estacional Semidecidual em estágios  
1790 médio e inicial de regeneração, eucalipto com sub-bosque, savana  
1791 arborizada/cerrado ralo, brejo. O diagnóstico da fauna apresentou presença de  
1792 uma fauna relevante, apesar das alterações na paisagem, e espécies ameaçadas  
1793 de todos os grupos de vertebrados. É fundamental, portanto, a manutenção de  
1794 corredores ecológicos na área do empreendimento e em todo o complexo,  
1795 garantindo a sobrevivência das populações de espécies frágeis...' Eu acho  
1796 extremamente importante incluir uma condicionante exigindo a entrega de um  
1797 mapa com os corredores ecológicos a serem preservados na área total dos  
1798 empreendimentos minerários da CSN em Congonhas e demais municípios das  
1799 áreas direta e indiretamente afetada. A divisão de um grande empreendimento  
1800 em pequenas partes nos impede de entender o empreendimento como um todo.

1801 No caso dos corredores, se continuarem com os licenciamentos de pequenos  
1802 pedaços, estaremos perdendo as possibilidades de preservar os corredores mais  
1803 importantes. Levando em consideração a troca de disposição dos rejeitos em  
1804 barragem pela disposição a seco em pilha, a minha tendência seria pelo  
1805 deferimento. Mas, após receber os relatos das ONGs e de moradores locais, o  
1806 meu voto é pelo indeferimento ou então retirada de pauta, para que a sociedade  
1807 possa nos dizer que sentem que aqueles condicionantes foram cumpridos e para  
1808 que a mineradora nos apresente alguma coisa em relação aos corredores  
1809 ecológicos. Se não for possível a retirada de pauta, o meu voto seria pelo  
1810 indeferimento." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço ao Julio. Da  
1811 mesma forma que os demais processos, eu não vou retirar de pauta neste  
1812 momento e solicito à equipe da Supri que, antes de adentrarmos ao mérito da  
1813 questão, me auxilie nesta decisão." Conselheira Denise Bernardes Couto: "Nós  
1814 fizemos análise do processo, entregamos o parecer dentro do prazo regimental,  
1815 vimos que a análise foi feita corretamente, seguindo todos os parâmetros  
1816 possíveis a serem considerados. E no final dessa análise o nosso parecer é pelo  
1817 deferimento nos termos do parecer." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes  
1818 de Lima: "A minha complementação é de apoio ao relatório e ao deferimento."  
1819 João Batista/Mineração S/A: "Senhor presidente, eu gostaria de fazer uma  
1820 apresentação prestando maiores esclarecimentos sobre a fala do Sr. Salvio, sobre  
1821 o que ele disse de que a CSN lançou milhares de toneladas de rejeito em sua  
1822 propriedade. Neste primeiro slide, eu apresento para os senhores uma imagem  
1823 plana localizando a Área Sul da mina Casa de Pedra. Nessa imagem, os vários  
1824 afluentes do rio Maranhão. E o afluente onde tem o direcionamento para o fluxo  
1825 de água para o sítio. No próximo slide, eu mostro uma imagem da Área Sul para  
1826 que os senhores possam visualizar cada vertente para curso d'água, mostrando  
1827 que não teve nenhuma contribuição de rejeitos, seja da área operacional ou  
1828 mesmo da barragem Casa de Pedra, que está mais acima, fazendo uma distinção  
1829 do vale onde houve o carreamento, que foi proveniente de uma manutenção de  
1830 estrada. Então o que ocorreu? Nessa manutenção de estrada, em virtude do  
1831 patrulhamento da mesma, houve a desagregação de materiais, acabou carreando  
1832 material para a propriedade do sítio Sobradinho. Nós ficamos sabendo que  
1833 chegou esse material a esse sítio via Secretaria de Meio Ambiente do município  
1834 de Congonhas, em função de uma denúncia que o proprietário fez, e logo de  
1835 imediato nós fizemos uma varredura em toda a área para identificar a causa do  
1836 ocorrido e constatamos que esse material que carregou para esse sítio foi  
1837 proveniente da estrada. Logo a seguir, nós fizemos alguns Samps às margens  
1838 dessa estrada para conter esses sedimentos, uma vez que a estrada é bastante  
1839 íngreme e aumenta muito a velocidade de escoamento da água de chuva e com  
1840 isso carreia esses sedimentos. Então nós fizemos mais três Samps. A estrada já  
1841 continha quatro Samps, e nós aumentamos para sete. E teve um resultado muito  
1842 positivo, e até hoje estão funcionando em perfeita condição. O próximo slide  
1843 apresenta as fotos que nós retiramos do relatório da ProMutuca. Esse curso

1844 d'água, quando entra na propriedade do sítio Sobradinho, entra através de um  
1845 canal, que me parece que foi escavado à mão, o famoso rego, e esse rego  
1846 percorre certo trecho com canal aberto. O trecho mais à frente via tubulação. Não  
1847 sei se suficiente para garantir o escoamento de uma pluviometria mais alta. E  
1848 depois cai em duas lagoas. Uma lagoa é de porte menor, e a outra é maior, como  
1849 vou apresentar no slide seguinte. Por que nós acreditamos que esse material foi  
1850 proveniente da estrada? Porque a característica visual do material tem um  
1851 aspecto muito parecido com o aspecto da estrada. Nós trazemos uma imagem  
1852 atualizada, tirada na quarta-feira passada, e apresentamos o caminhamento  
1853 desse curso d'água dentro da propriedade de Sobradinho. O ponto onde entra no  
1854 bueiro da malha ferroviária da MRS. Tem um caminhamento por canal, e no curso  
1855 d'água natural deveria descer, mas, no entanto, foi desviada por meio de um rego.  
1856 Interrompe o canal aberto, segue por tubulação fechada sob essa área e de novo  
1857 continua em canal aberto em formato de rego e cai na primeira lagoa. E deságua  
1858 na segunda, que é uma lagoa um pouquinho maior. Aquela primeira foto que foi  
1859 apresentada no relatório da ProMutuca, e vocês podem ver que não foi uma  
1860 quantidade significativa de material carreado para a propriedade. E por que esse  
1861 material acabou sendo contido aí? Porque o entroncamento dessa tubulação tem  
1862 um diâmetro bem menor do que apresenta nesse rego. Pela nossa medida via  
1863 foto, deve ter em torno de no máximo 50 cm de largura. Temos fotos ilustrando a  
1864 entrada dentro da propriedade. A foto nº 2 apresenta a continuidade do rego e  
1865 onde o curso d'água deveria passar naturalmente. Você pode ver que o  
1866 volume, as milhares de toneladas de materiais informadas pelo sitiante, não é  
1867 verdade. Tanto é que ele não permitiu. Nós tentamos por várias vezes fazer a  
1868 limpeza desse rego, e ele não nos consentiu. E me parece que ele mesmo fez a  
1869 limpeza, e os finos foram retirados manualmente, através de pás, e jogado o  
1870 material nas ombreiras. A foto 3 apresenta a chegada do canal. A foto 4, a primeira  
1871 lagoa, e a 5, a segunda lagoa. E fotos que tiramos também na quarta-feira, e o  
1872 curso d'água está bem preservado. E por fim apresentamos uma imagem com as  
1873 propriedades que nós adquirimos nos últimos dez anos. Nós adquirimos essas  
1874 propriedades em cima de um planejamento. Tinha vários sitiantes entre o rio  
1875 Maranhão e a malha ferroviária, e nas margens estava avançando um processo  
1876 de desmatamento. Em função de ser um rio bastante sinuoso, nos seus meandros  
1877 já estavam provocando grandes erosões, e essas erosões avançando em direção  
1878 à malha ferroviária. Foi um dos motivos que fizeram com que nós avançássemos  
1879 também na aquisição dessas propriedades. Foram várias propriedades  
1880 adquiridas, realizamos projetos, propostas de compensação em APP para  
1881 regularização. É também com finalidade para compensação de APP a aquisição  
1882 dessa propriedade. Ainda não desistimos de fazer essa compra. As negociações  
1883 com sitiantes remontam de datas bem anteriores ao que ocorreu com esse  
1884 carreamento de sedimentos por chuvas para essa propriedade. Não tem nada a  
1885 ver com o ocorrido. E aqui, finalizando, eu apresento para vocês o que realmente  
1886 aconteceu. Não foi nenhum acidente caracterizando lançamento de rejeito ou

1887 mesmo vazamento de barragem ou mesmo carreamento de sedimentos  
1888 provenientes de pilha. Então de manutenção de estrada vicinal.” Marcelo Augusto  
1889 Barros: “Eu gostaria de contribuir com vocês, com uma informação muito simples  
1890 e objetiva. Eu faço parte de alguns conselhos aqui em Congonhas, e entre eles o  
1891 Conselho de Segurança Pública de Congonhas. Nós temos um comitê na CSN –  
1892 eu acho que não divulgam isso, mas eu acho muito importante – que tem  
1893 participação da sociedade, bem abrangente, tem representante da OAB,  
1894 representante da Saúde, representante da educação, representante do comércio.  
1895 Então é um comitê muito grande. Nós temos reuniões bimestrais, em que a CSN  
1896 apresenta todos os trabalhos que ela desenvolve. É preocupante quando vemos  
1897 que eles fazem um trabalho, apresentam, e as pessoas falam que não tem. Isso  
1898 me deixa muito preocupado, porque nós somos voluntários, todos nós, exercendo  
1899 um trabalho, acompanhando, fiscalizando, com certeza, todo o trabalho a CSN. E  
1900 tem que só agradecer essa oportunidade que nos engrandece enquanto pessoas  
1901 e contribuintes para a sociedade. A minha fala hoje seria apenas sobre isso,  
1902 porque o pessoal tem que acompanhar o que acontece, procurar saber o que  
1903 acontece. Não adianta ficar de longe atirando pedras, enquanto o que está  
1904 acontecendo é uma outra realidade. Não mereceria pedras, mereceria respeito e  
1905 apoio para continuar agindo da forma correta. Basicamente, é isso. É muito  
1906 importante que vocês, toda a sociedade, saiba que existe esse comitê. Esse  
1907 comitê funciona desde o ano passado, temos bimestrais, e todas as ações da  
1908 CSN são apresentadas: meio ambiente, segurança, tem um programa de  
1909 prevenção da Covid, é um negócio que passa pelo comitê, que tem toda a  
1910 sociedade representada. Era só isso que eu queria dizer a vocês. Mais uma vez,  
1911 espero estar sempre contribuindo para que essa informação seja divulgada,  
1912 porque nós estamos lá contribuindo para a sociedade e não para A ou B ou C.”  
1913 Eduardo Sanches/CSN Mineração: “Eu queria só contextualizar, rapidamente,  
1914 esse projeto, que está dentro do processo de descaracterização da barragem.  
1915 Nós não mais estamos utilizando as barragens para recebimento de rejeito, desde  
1916 o ano passado. O processo hoje é 100% filtrado e empilhado. E em decorrência  
1917 da necessidade de nós termos que ajustar alguns parâmetros, inclusive a falta de  
1918 área, para podermos fazer o empilhamento, nós tivemos que, inclusive, reduzir a  
1919 nossa produção praticamente um terço em relação ao ano passado. Isso teve um  
1920 impacto significativo na cidade de Congonhas em relação aos impostos,  
1921 obviamente. E nós já estamos planejando com essa área já retomar a nossa  
1922 produção normal em relação ao ano passado. E lembrando que o nosso projeto  
1923 consiste, além de processar o material vindo da mina, processar também o  
1924 material das barragens. Como não estamos mais utilizando, entramos no  
1925 processo agora de eliminação dessas barragens. Então a importância desse  
1926 processo de licenciamento para a continuidade operacional. E para que  
1927 eliminemos as nossas barragens, o que é o clamor de toda a sociedade, nós  
1928 precisamos, nós precisamos de área para poder fazer o empilhamento. O  
1929 processo tem que ter início, meio e fim. E obviamente que passa por esse

1930 processo de empilhamento." Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: "O  
 1931 Geandré e o Tadeu que estão representando a CSN? Eu queria que eles fizessem  
 1932 um resumo de todo esse processo dessa pilha e qual é a vantagem da aplicação  
 1933 dela e o que ela está trazendo de ganho com a barragem da CSN. Só para  
 1934 contextualizar." Geandré Ernesto/CSN Mineração: "Em resposta à solicitação do  
 1935 Luiz Henrique, contextualizando com relação à questão de implantação da pilha,  
 1936 vale ressaltar a importância, exatamente, desse processo de empilhamento,  
 1937 principalmente considerando o posicionamento da CSN hoje realmente, dada a  
 1938 descaracterização de todas as suas barragens de contenção de rejeitos. A pilha  
 1939 e as demais pilhas licenciadas fazem parte de um projeto integrado e visam  
 1940 exatamente dar continuidade às operações da CSN Mineração. Todo esse projeto  
 1941 está sendo implantado com as melhores práticas da engenharia, com vários  
 1942 estudos, inclusive, considerando a compactação e umidade desse rejeito que está  
 1943 sendo empilhado de forma a garantir exatamente que a estrutura comece, desde  
 1944 sua fundação, de forma segura e que não comprometa exatamente a sua  
 1945 implantação durante os anos. Vale ressaltar que estamos elaborando também  
 1946 vários estudos referentes a essa questão, principalmente do comportamento do  
 1947 próprio rejeito, uma vez que a nossa ideia é fazer com que a condição do rejeito  
 1948 esteja em uma condição dilatante e não contrátil, diferenciado do rejeito lançado  
 1949 no reservatório de barragem. E de forma assim garantir que a pilha se integre de  
 1950 forma adequada e segura ao meio ambiente. E esse é o nosso grande objetivo."  
 1951 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: "Qual é o ganho que tem  
 1952 implantando e não lançando rejeitos nas outras barragens?" Geandré  
 1953 Ernesto/CSN Mineração: "A vantagem é exatamente isso. Hoje, por exemplo, nós  
 1954 não estamos lançando rejeito no reservatório de Casa de Pedra em função  
 1955 exatamente desse processo de empilhamento filtrado, e isso traz um ganho  
 1956 enorme para a estrutura, uma vez que se eliminam os carregamentos sobre ela.  
 1957 Mesmo a barragem Casa de Pedra sendo uma barragem de alteamento a jusante,  
 1958 a intenção da CSN é de eliminar totalmente as barragens. E aí no caso da  
 1959 implantação do empilhamento de rejeito filtrado não mais utilizaremos essas  
 1960 barragens, no caso, a barragem Casa de Pedra, para esse fim. As solicitações na  
 1961 própria estrutura serão praticamente cessadas, estarão hoje os carregamentos  
 1962 que já estão. Porque aí já fazem parte, já está, inclusive, o próprio volume da  
 1963 estrutura já calculado, para questões de amortecimento de cheias. Enfim, essa é  
 1964 a grande vantagem nesse processo." Conselheiro Luiz Henrique Passos  
 1965 Rezende: "Talvez eu faça uma pergunta técnica até meio chata. Eu queria saber  
 1966 assim: 1 m<sup>3</sup> dessa pilha seria quantos metros cúbicos na barragem?" Geandré  
 1967 Ernesto/CSN Mineração: "Depende, inclusive, da própria densidade desse  
 1968 material, considerando que na barragem esse material vai estar saturado. Eu não  
 1969 vou saber dizer exatamente a relação, mas a diferença é mínima. Então  
 1970 consideramos exatamente esse volume. No caso, seria a água, porque vamos  
 1971 estar tirando o sólido." Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: "E seria  
 1972 quantos por cento do volume?" Geandré Ernesto/CSN Mineração: "Algo em torno

1973 de 30%.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Você lança com quanto  
1974 de umidade? Quando você lança a polpa, você lança com quanto de umidade na  
1975 barragem?” Geandré Ernesto/CSN Mineração: “A polpa vai com 30% de umidade.  
1976 Eu estou considerando aí, no caso, o resultado para concepção da pilha, algo em  
1977 torno de 14% de umidade para iniciar o processo de compactação. Inclusive,  
1978 existe uma margem de erro. Então seria mais ou menos essa relação.”  
1979 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu vejo mais do que isso, porque  
1980 vai compactar, vai trazer segurança, o rejeito compactado não liquefaz. Eu vejo  
1981 outra vantagem: redução completa de risco de ter uma liquefação, de ter um  
1982 acidente com a barragem.” Geandré Ernesto/CSN Mineração: “Obrigado pela  
1983 oportunidade de esclarecer, mas o que estou falando é exatamente isso. Nesse  
1984 processo, fazendo controle de umidade e mais compactação, o rejeito não vai ter  
1985 essa característica contrátil que pode causar a liquefação. Vai ser sempre um  
1986 rejeito dilatante nesse processo, que vai ser desde o início ensaiado, avaliado,  
1987 analisado, fazendo um processo de melhoria contínua.” Conselheiro Carlos  
1988 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu acho que o que foi falado pelo pessoal técnico  
1989 da CSN, principalmente quando o Eduardo Sanches comentou, e depois o  
1990 Marcelo, o Geandré, eu vejo o seguinte. Todos nós estamos buscando soluções  
1991 para minimizar problemas de barragens. Então isso nós aqui do Conselho, da  
1992 CMI, eu acho que temos que aplaudir. E nós como defensores disso estamos  
1993 aplaudindo esse trabalho da CSN.” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “A minha  
1994 introdução, Julio, é só uma pequena crítica ao seu pedido de vista em relação ao  
1995 aproveitamento de coproduto. Eu entendo o seu acordo com as ONGs, respeito.  
1996 De maneira alguma nós estamos aqui criticando o seu direito de pedir vista e o  
1997 seu dever para com os seus companheiros. A única coisa que ficou ruim é você  
1998 falar que os conselheiros querem verificar se há alguma irregularidade ou  
1999 ilegalidade, alguma coisa escondida no processo. Desculpa, Júlio, eu não posso  
2000 concordar com isso. Nós não nos escondemos, não criamos irregularidades ou  
2001 ilegalidades em processo nenhum. Nós já fomos auditados por diversas vezes  
2002 nos nossos processos. São processos sempre em evidência tanto dentro quanto  
2003 fora do COPAM. É claro. E nós nos orgulhamos muito. Claro, nós cometemos  
2004 erros materiais e erros formais, como qualquer pessoa pode cometer erro, mas  
2005 até hoje nós temos uma avaliação que é ilibada em relação à regularidade e à  
2006 legalidade dos nossos processos. Nós discordamos – é claro –, muitas vezes,  
2007 mas somos pautados pelo princípio da legalidade o tempo todo. Peço suas  
2008 desculpas, Julio, não é uma crítica pessoal a você. Eu entendo que os seus  
2009 companheiros tratam dessa maneira, e você nunca tratou. Entendo seu respeito  
2010 inabalável pelo processo e pela Supri, mas eu queria só fazer esse registro.  
2011 Depois você me critica, depois você briga comigo, Julio. Deixa as meninas  
2012 responderem tudo, e depois eu vou continuar aqui.” Conselheiro Julio Cesar Dutra  
2013 Grillo: “Rodrigo, eu não vou brigar com você, mesmo porque eu acho que houve  
2014 um equívoco na interpretação. Certamente, falha na minha comunicação. O que  
2015 eu quis ali dizer é o seguinte: a sociedade local, as ONGs, de uma maneira geral,

2016 perderam completamente a confiança nas mineradoras como um todo, em todas  
2017 elas. Isso não significa a perda da confiança, por exemplo, em vocês, nos  
2018 servidores da SEMAD. Mas vamos deixar clara aqui uma coisa: toda informação  
2019 que for omitida pelos empreendedores não será analisada por vocês. E eu não  
2020 estou fazendo uma crítica a vocês, isso faz parte do processo. Por exemplo, nós  
2021 já tivemos casos de falseamento de informações. Por exemplo, Córrego do Feijão  
2022 foi um caso de falseamento de informação. E o próprio Yuri já colocou em reuniões  
2023 passadas que vocês partem do princípio de que vocês têm que confiar na  
2024 fidedignidade da informação recebida. Então só resta para as ONGs locais elas  
2025 tentarem averiguar a omissão de alguma informação ou a distorção de alguma  
2026 informação. Esse exemplo da CSN para mim é um exemplo claro. Até o Marcelo,  
2027 representando a sociedade, veio aqui e disse que a sociedade está informada. O  
2028 pessoal que me liga, o pessoal que me procura – e, por exemplo, eu acho que  
2029 vale a pena talvez escutar o Sandoval – dá uma informação completamente  
2030 diferente dessa, não dá uma informação de que a sociedade está devidamente  
2031 informada e de acordo com o processo. Eu acho que está faltando informação.  
2032 No caso do 13.1, é o seguinte: eu sou a favor de um empreendimento como esse  
2033 do Coprodutos, eu venho lutando por isso há muito tempo, mas não posso deixar  
2034 de dar para as ONGs o tempo necessário para que elas possam apresentar  
2035 qualquer consideração a respeito.” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Eu confesso  
2036 que de maneira alguma eu me senti agredido nem acho que vocês desconfiam de  
2037 nós. É só a colocação mesmo. O Sandoval nos envia fotos semanalmente. Nós  
2038 somos acessados pela sociedade. O Neylor também, que o secretário municipal  
2039 de Meio Ambiente, nos provoca muito. Então tem mais informação do que talvez  
2040 transpareça ter.” Mariana Antunes Pimenta/Supri/SEMAD: “A primeira coisa que  
2041 eu acho que é importante mencionarmos é que esse processo é um processo de  
2042 Licença de Operação, então os quesitos de viabilidade já foram tratados no  
2043 parecer de LP-LI, que já foi pautado nesta Câmara. Então nós vamos tratar dos  
2044 itens relativos à instalação do empreendimento, que são tratados na Licença de  
2045 Operação e que foram mencionados no parecer de vista do Sr. Julio Grilo. A  
2046 primeira delas é relativa às imagens. Nós temos as imagens disponíveis, se vocês  
2047 quiserem ver alguma delas. Nós pedimos desculpas pela resolução, vamos tentar  
2048 melhorar esse item. A segunda é relativa ao não cumprimento de algumas  
2049 condicionantes, conforme mencionou a comunidade local. O cumprimento dessas  
2050 condicionantes foi entregue pelo empreendedor. A primeira delas foi replicada no  
2051 nosso parecer, por não ter sido respondida na íntegra. Então é uma condicionante  
2052 do parecer de LO. As condicionantes 4 e 5 foram respondidas conjuntamente por  
2053 se tratarem das reuniões, e foram apresentados relatórios técnicos dessas  
2054 reuniões – que foram realizadas pelo Comitê CSN, que é uma organização que a  
2055 CSN fez com entidades da sociedade – periódicas, incluindo vários temas,  
2056 inclusive, o tema de barragens. O Sr. Marcelo Augusto chegou a comentar, mas  
2057 esses comprovantes desses relatórios técnicos estão no processo. Claro que se  
2058 houver alguma outra informação a equipe recebe. Com relação aos relatórios

2059 técnicos contendo as reclamações, sugestões e outras demandas do público  
2060 externo, a CSN também apresentou – consta no processo – três reclamações  
2061 nesse período de instalação do processo, feitas pelo Sr. Adeilton, Sr. José Miguel  
2062 dos Santos e Sr. Geraldo Souza Dantas, sobre limpeza e poeira. A empresa fez  
2063 um ofício informando as medidas de controle que ela tem. Ou seja, essas  
2064 condicionantes se encontram cumpridas, pelo entendimento da Suppri, da equipe  
2065 técnica. Quanto a sua recomendação, Sr. Julio, sobre corredores ecológicos, nós  
2066 concordamos. Foi feita uma análise local sobre esses corredores ecológicos no  
2067 âmbito deste processo, a CSN apresentou algumas medidas, mas que a equipe  
2068 técnica ainda considera que são tímidas. E nós gostaríamos de sugerir que isso  
2069 fosse tratado de uma forma mais ampla no processo de revalidação. O processo  
2070 de revalidação já está em análise com a Suppri, a equipe técnica se compromete  
2071 a fazer essa análise de uma forma mais ampla e tratar disso com instrumento  
2072 adequado. Porque estamos agora na Licença de Operação de um  
2073 empreendimento que já se encontra instalado e que os corredores locais foram  
2074 tratados no processo de LP+LI. Então, se o senhor concordar, fica essa sugestão  
2075 nossa de tratar com o instrumento mais adequado. Qualquer outra dúvida relativa  
2076 a desempenho ambiental que foi verificado no parecer, nós estamos às ordens e  
2077 nos colocamos à disposição.” Angélica Aparecida Sezini/Supri/SE MAD: “Eu  
2078 queria fazer apenas uma pontuação em relação ao que o Sr. Salvio Caiafa  
2079 apresentou no parecer de vista que o Dr. Julio nos trouxe, porque é uma questão  
2080 jurídica, envolve uma questão jurídica, e eu acho importante esclarecermos isso.  
2081 O Sr. Salvio relatou uma questão de um dano ambiental que já foi falado  
2082 inicialmente. Nós da Supri somente tivemos a notícia dessa questão com o  
2083 parecer de vista. Então esse assunto só chegou ao nosso conhecimento no  
2084 parecer. Nós vimos que o Sr. Salvio tomou todas as providências necessárias em  
2085 relação à fiscalização municipal, o município atuou, conforme foi demonstrado,  
2086 através de auto de infração. E no âmbito municipal todas as providências foram  
2087 tomadas. Como há um dispositivo na Lei Complementar 140 que diz que a  
2088 Unidade Federativa que licencia o empreendimento é também responsável pela  
2089 autuação, quando necessária, nós da Supri decidimos que vamos averiguar o  
2090 que aconteceu e, se for o caso, nós vamos fazer as autuações devidas, de acordo  
2091 com a legislação estadual, pelo dano causado, pela falta de comunicação desse  
2092 dano ao Estado. Que cabe aplicação do Decreto 47.383, o código 116. Mas isso  
2093 vai acontecer no momento posterior, que é o momento em que vamos avaliar essa  
2094 questão com mais profundidade. De qualquer maneira, quero frisar que esse tema  
2095 só nos chegou ao conhecimento através do parecer e que, sendo necessário,  
2096 vamos tomar as providências que dizem respeito às autuações devidas e  
2097 aplicação da legislação estadual.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu  
2098 volto ao Conselho. Alguma consideração? Então, pelas considerações feitas, eu  
2099 vou manter o processo em pauta e já vou encaminhá-lo para votação. Item 8.1,  
2100 CSN Mineração S/A. Processo Administrativo 1134/2020. Em votação.” Votos  
2101 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemp, SME

2102 e Abes. Voto contrário: ProMutuca. Abstenção: Relictos, ProMutuca: Abes.  
2103 Justificativas de abstenção e de voto contrário. Conselheiro José Angelo Paganini:  
2104 “Pela abstenção. É positiva a forma de disposição de resíduos, mas falta uma  
2105 intervenção mais efetiva e positiva da empresa na sociedade civil. Por essa razão  
2106 estamos nos abstendo.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Meu voto é contra.  
2107 Levando em consideração a troca de disposição de rejeitos em barragem pela  
2108 disposição a seco em pilha, a minha tendência seria realmente pelo deferimento  
2109 do PU. Mas, após receber os relatos das ONGs e dos moradores locais e de nesse  
2110 Parecer Único ter a ausência de proposta de produção de corredores... Aqui eu  
2111 abro um parêntese. Ótima iniciativa de realizar os estudos de forma integrada,  
2112 que bom, parabéns para vocês. Mas o fato de isso não estar nesse PU. E agora  
2113 a consideração final e definitiva. Eu não tenho mais a menor dúvida de que está  
2114 havendo uma falta imensa, uma falha imensa na comunicação entre a empresa e  
2115 a sociedade local. Essa coisa tem sido exacerbada nos últimos tempos, por  
2116 exemplo, pela questão de partículas no ar, a poeira que a cidade está  
2117 enfrentando. Quer dizer, uma grande maioria da sociedade ali está muito pouco  
2118 satisfeita com essa comunicação. Então talvez até não esteja havendo  
2119 interlocução dos representantes da sociedade que estão nesse grupo formado  
2120 pela CSN para trocar as ideias, talvez falte a comunicação desse grupo com o  
2121 restante da sociedade. Eles podem estar representando uma pequena parte, não  
2122 estarem representando o todo. Eu não quero fazer um diagnóstico aqui mesmo  
2123 porque não tenho todos os elementos. O diagnóstico que eu faço é que a falha de  
2124 comunicação está muito grande. Em função disso e dando crédito aos relatos das  
2125 ONGs locais, o meu voto é contrário.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
2126 “Então processo deferido por dez votos favoráveis, um contrário e uma  
2127 abstenção.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
2128 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **9.1) Belmont Mineração Ltda.**  
2129 **Lavra subterrânea de pegmatitos e gemas; lavra a céu aberto, minerais não**  
2130 **metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; pilhas de**  
2131 **rejeito/estéril; unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a**  
2132 **úmido; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**  
2133 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e**  
2134 **postos revendedores de combustíveis de aviação. Itabira/MG. PA**  
2135 **00062/1994/017/2019, ANM 830.142/1978. Classe 5. Apresentação: Supram**  
2136 **Leste Mineiro. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindieextra e Fiemg.**  
2137 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “A renovação da licença operacional,  
2138 aparentemente, não apresenta problema. O Movimento pelas Serras e Águas de  
2139 Minas (MOVSam), pela Teca... E vou abrir um parêntese para novamente elogiar  
2140 o trabalho da Teca, que tem sido incansável e com a qualidade de trabalho nota  
2141 100. Mas ela tentou localizar no território de Itabira pessoas ou organizações que  
2142 conhecessem o empreendimento para poder analisar conjuntamente o pedido de  
2143 renovação de Licença de Operação ou contribuir com considerações. Mas não  
2144 encontrou ninguém. Isso porque nesse município as questões envolvendo a Vale

2145 estão absorvendo toda a atenção da sociedade civil organizada. Nesse caso, na  
2146 falta de qualquer outra observação, a ProMutuca vota pelo deferimento, pela  
2147 aprovação do projeto." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "O  
2148 nosso parecer é pelo deferimento. O relato de vista foi conjunto com o Sindieextra  
2149 e a Fiemg." Conselheira Denise Bernardes Couto: "Como o Orsini falou, o relato  
2150 de vista conjunto é pelo deferimento nos termos do Parecer Único da Supram."  
2151 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "O Orsini e a Denise já mencionaram  
2152 o parecer conjunto pelo deferimento." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
2153 "Algum destaque por parte dos conselheiros? Não há? Nós temos três inscritos,  
2154 somente se houver necessidade. Nenhum destaque por parte dos conselheiros,  
2155 eu vou encaminhar para votação. A equipe do Leste quer se manifestado? Eu vou  
2156 encaminhar então para votação. Em votação, item 9.1, Belmont Mineração Ltda,  
2157 Processo Administrativo 00062/1994/017/2019. Em votação." Votos favoráveis:  
2158 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos,  
2159 ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Processo  
2160 deferido por 12 votos favoráveis." **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA  
2161 EXAME DE ADENDO A LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **10.1) Mineração Riacho  
2162 dos Machados Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério  
2163 de ferro. Riacho dos Machados e Porteirinha/MG. PA 11961/2009/005/2013,**  
2164 **ANM 831.005/1982 e 833.480/2006. Classe 6. Apresentação: Supram Norte de  
2165 Minas. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindieextra e Fiemg.** Conselheiro  
2166 Julio Cesar Dutra Grillo: "O Parecer Único de adendo à Licença de Operação,  
2167 aparentemente, não apresenta maiores problemas. Mas quando consultamos a  
2168 sociedade local encontramos uma série de problemas e reclamações não  
2169 abordados no Parecer Único. Sendo assim, solicitamos a retirada de pauta para  
2170 que os problemas apresentados pelas ONGs e citados no nosso relatório de visita  
2171 sejam solucionados. Caso a retirada de pauta não seja possível, recomendamos  
2172 a inserção, no Parecer Único, das condicionantes apresentadas nas  
2173 considerações finais das manifestações das ONGs de defesa do meio ambiente,  
2174 páginas 5, 6 e 7 do parecer de vista. Então dizemos mais ou menos o que seria.  
2175 'Em caso de negativa de baixa em diligência por parte do presidente da  
2176 CMI/COPAM, que conduzirá a reunião, propõem-se as seguintes alterações de  
2177 condicionantes conforme aqui descrito. 1. Alterações dos prazos de comprovação  
2178 de cumprimento das condicionantes propostas no PU, da seguinte forma. Para  
2179 antes do início das atividades autorizadas pela AIA. Condicionantes 1, 4, 5, 6, 7,  
2180 10, 12, 14 e 18. Para enquanto durarem as atividades de supressão da vegetação,  
2181 com periodicidade quinzenal. Condicionante 8. Justificativa. As condicionantes  
2182 propostas pela Supram Norte aqui citadas devem ter a sua comprovação de  
2183 cumprimento em tempo anterior ao início das atividades, uma vez que devem  
2184 estar comprovadas com antecedência as suas consequências ambientais e as  
2185 sociais em relação aos impactos associados, obedecendo-se aos princípios  
2186 constitucionais da precaução e prevenção, além de outros aspectos legais, a  
2187 exemplo do artigo 32 da Lei 11.428. Condicionantes 5, 6 e 7. E que seja incluída

uma nova condicionante. Proposta - Que seja instituído um grupo de discussão e acompanhamento das atividades relacionadas aos impactos diretos e indiretos às comunidades do entorno da cava, formado por conselheiros do COPAM e Supram Norte, representantes das comunidades do entorno, Ministério Público e quem mais se dispuser. O objetivo desse grupo seria o de propor, junto ao órgão ambiental licenciador, ações de mitigação, compensação e monitoramento dos impactos gerados pela atividade minerária no entorno do empreendimento. Prazo: antes do início das atividades autorizadas. Outras considerações. 1. Que as áreas de compensação pela supressão de vegetação nativa e intervenções em APPs sejam selecionadas em locais situados no entorno do empreendimento, a fim de melhor mitigar e compensar os impactos associados a essas atividades. Em caso de impossibilidade de cumprimento das compensações nesses locais, deverá ser devidamente justificado pelo empreendedor e/ou Supram, sobre a escolha e definição das áreas propostas no Parecer Único da Supram Norte. 2. Que haja a contratação de uma empresa acreditada para realizar as análises de amostras de água e solo para confrontar com as análises obtidas pela própria Mineração Riacho dos Machados (MRDM). As amostragens deveriam ser coletadas trimestralmente em diferentes pontos dentro da área total que compreende a MRDM, e ao final de cada ano seria elaborado um parecer com os resultados comparativos entre a empresa contratada e a MRDM. Existem boas opções de empresas para essa possível contratação, e já foi estabelecido contato com algumas empresas para viabilidade de orçamento. Os parâmetros seriam os seguintes:' E aí o pessoal enviou uma tabela, que eu não vou ler aqui, porque é uma tabela relativamente extensa. Então nós sugerimos a inclusão desses condicionantes e a alteração em alguns outros." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, conselheiro Julio. Eu já vou adiantar aqui, que como esse processo é lá da Supram Norte, embora não tenha sido eu que tenha feito o controle processual – eu assino de acordo –, nós temos ciência desse processo. A questão por que eu não vou tirá-lo de pauta. As questões colocadas no parecer do conselheiro são pertinentes, mas não são afetas a esse processo. O que esse processo visa, apenas, é deliberar sobre uma supressão de vegetação em virtude do aumento da cava, da expansão da cava. A própria expansão da cava não tem nem parâmetro na Deliberação 217. Então o que nós estamos avaliando é apenas a supressão de vegetação e acrescer o número do DNPM ao certificado, que já foi objeto de análise da licença anterior. Então todas essas questões colocadas em relação a comunicação com a comunidade, as questões vindas em relação às condicionantes, ao cumprimento ou não, elas serão tratadas no processo de revalidação, que está sendo analisado na Superintendência. Então eles já entraram com processo de revalidação, está sendo avaliado e, posteriormente, será colocado aqui para apreciação dos senhores. Então em virtude de as colocações no parecer não serem afetas, em sua grande maioria, que poderia levar à retirada de pauta, eu vou manter o processo em pauta. Tem até no momento do parecer falando sobre a barragem de água, e ela foi vista em outro

processo. Inclusive, em outro processo já deferido. Então são questões realmente pertinentes. Disso não resta dúvida alguma, que são pertinentes, mas não são afetas a esse processo, que é apenas de intervenção sobre a vegetação. E aí eu até leio aqui para os senhores o parágrafo 2º do artigo 31 do Regimento Interno: 'Fica vedada a discussão de matéria já deliberada nas fases anteriores do processo de licenciamento, sem prejuízo do poder-dever de autotutela pelo Colegiado.' Então nós não estamos aqui diante do poder de autotutela, revendo aqui o processo de licenciamento, e essas questões são afetas à revalidação em si. Então assim eu mantengo o processo em pauta. Em relação às condicionantes sugeridas, nós vamos discuti-las, uma por uma, com a equipe técnica."

Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Inicialmente, eu queria compactuar com a colocação feita neste momento pelo Dr. Yuri no processo de validação, uma vez que existem outros condicionantes que são inegáveis que estão fora da atual colocação feita, que é exatamente a ampliação de talude de lavra. Ou seja, trata-se de uma medida técnica de ampliação da cava, que vem possibilitar – este é o nosso parecer – a segurança da respectiva lavra com a melhor estabilidade dos taludes e, consequentemente, pela segurança dos trabalhadores, dos funcionários e, consequentemente, do funcionamento com mais sustentabilidade operacional do empreendimento. Nós nos detivemos, exclusivamente, a esse aspecto da ampliação do talude de lavra, com consequente retirada de florestas, de área de vegetação. Então o nosso parecer é pelo deferimento e, evidentemente, também na consecução disso, nas palavras que o próprio presidente Yuri Trovão colocou, que se refere a outro processo. Essas são as minhas considerações. Não sei se Denise e Thiago pretendem falar algo, porque pedimos a vista em conjunto."

Conselheira Denise Bernardes Couto: "O Orsini já fez todas as colocações. Eu quero corroborar o posicionamento, e o parecer foi conjunto pelo deferimento."

Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Sem considerações adicionais, a posição é pelo deferimento."

Ricardo Carneiro Mineração Riacho dos Machados Ltda.: "A disponibilidade é apenas para eventuais esclarecimentos, se houver alguma questão de ordem de procedimento ou de natureza jurídica. Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição."

Alexandre Gonçalves/Comissão Pastoral da Terra: "Esse parecer, essas questões que foram colocadas foram construídas por um grupo bem grande de pessoas que acompanham há muitos anos esse processo dessa exploração da Mineração Riacho dos Machados e que acompanham também a questão do monitoramento da água. E que é uma questão muito complexa, porque foi confirmado o impacto, um tempo atrás, pelo Ministério Público, e nesse estudo foi levantada uma série de questões que trouxe muita preocupação com relação a contaminação de água para a população que vive no entorno, como também para as pessoas que vivem de um projeto econômico ligado à barragem Bico da Pedra, a jusante desse projeto, em Janaúba. Então em toda a região existe uma apreensão muito grande com relação aos riscos desse projeto, e essas análises que teve mostraram os índices de arsênio e outros que preocuparam a

2274 comunidade local e trouxeram uma série de questões técnicas, ambientais e  
2275 sociais para o debate. Inclusive, foi identificado um dos poços com arsênio. Com  
2276 relação a essa AIA, especificamente, eu queria trazer dois pontos. Depois outras  
2277 pessoas vão poder aprofundar um pouco mais. Então vou tentar falar mais no  
2278 geral. Uma coisa é: essa AIA é para ampliar o tamanho da cava, como foi colocado  
2279 aqui por várias pessoas, e esse avanço é para cima de uma comunidade. A  
2280 comunidade de Piranga. Inclusive, o Juscelino está aqui na reunião. Hoje,  
2281 segundo os dados do próprio parecer da Supram, são mais ou menos 600 m entre  
2282 a cava e a casa das pessoas. Com esse avanço, vai ficar para 400 m. E pelo que  
2283 vimos não existe um diálogo real da empresa com a comunidade no sentido de  
2284 discutir alternativas para essas famílias. Nós estamos falando de uma região do  
2285 Semiárido, deve ser a região mais seca de Minas, lá só chove durante três, quatro  
2286 meses, o resto do tempo é seco. E as famílias não aguentam mais viver do lado  
2287 da mineradora. Se vocês puderem ir um dia à comunidade de Piranga vocês vão  
2288 ver qual a situação das famílias. A mineradora trabalha o dia inteiro, e o vento  
2289 sopra para o lado deles, as pessoas estão doentes, as pessoas estão com risco  
2290 de beber água contaminada. Então esse é um grito que estamos trazendo aqui.  
2291 Por isso que defendemos que esse ponto tem que ser tirado de pauta para poder  
2292 se avaliar ao certo qual é esse impacto para cima dessas famílias e como vão se  
2293 encontrar alternativas para elas. São famílias que já estão lá antes dessa  
2294 mineradora há muito tempo. Inclusive, alguns conselheiros aqui que já  
2295 trabalharam para a mineradora conhecem muito bem essa realidade. Outra  
2296 questão que vemos é que esses adendos que a mineradora vem pedindo estão  
2297 dificultando uma visão dos conselheiros e da gestão ambiental mais ampla com  
2298 relação à sinergia dos problemas e os efeitos cumulativos. Por exemplo, a história  
2299 dessa mineradora, ela tem vários ad referendos. Se vocês pegarem aí, forem  
2300 estudar, vocês vão ver. O que ela está fazendo hoje não tem mais conexão com  
2301 EIA/Rima, grande parte das questões. No início, eles iam explorar a água a partir  
2302 de uma barragem no rio Piranga. Depois eles começaram a tirar água  
2303 subterrânea, inclusive, das comunidades, furaram poços nas comunidades de  
2304 forma ilegal. Tudo isso registrado. Depois eles fizeram uma barragem no rio  
2305 Rodeador. Isso nem estava previsto no EIA/Rima. Essa barragem no Rodeador  
2306 hoje funciona com APO, não tem Licença de Operação. Inclusive, ano passado,  
2307 a Supram foi lá e embargou essa barragem de água, embargou também porque  
2308 a barragem de água foi uma barragem feita para perenização do rio Rodeador, e  
2309 depois que a barragem foi feita o rio Rodeador tem menos água. Nós temos  
2310 estudo de professor da UFMG mostrando isso. Tem menos água. Ou seja, o  
2311 projeto que era para perenização de rios não está perenizando rio nenhum.  
2312 Porque na verdade não era para isso, era um projeto para levar água para  
2313 mineradora. As pessoas que estão abaixo do rio hoje estão em uma situação pior  
2314 do que estavam antes. A outra questão, a barragem de rejeitos recentemente foi  
2315 embargada. Porque ela fez uma alteamento que não estava previsto no EIA/Rima.  
2316 Essa APO dessa barragem de água está desde 2017. Quando foi feita a

2317 barragem, cortou a água lá para baixo do rio. Então tem um conjunto de questões.  
2318 Tem um dos poços em que as comunidades bebem água que deu água  
2319 contaminada. E aí fica essa discussão, ‘ah, o arsênio é natural da região’. Só que  
2320 essa discussão, as pessoas que moram ali vão vendo e vão ficando com medo,  
2321 tanto que tem pessoas ao redor da mineradora que estão indo embora, porque  
2322 não aguentam mais viver ali e não têm mais confiança na água. Todo mundo bebe  
2323 água de poços profundos. Inclusive, essa comunidade que vai ser atingida, mais  
2324 ainda agora com esse avanço da cava, tem um poço artesiano do lado dela,  
2325 dentro da comunidade, então vai avançar ainda mais para o lado desse poço.  
2326 Então o que estamos analisando é o seguinte: todas essas questões devem ir  
2327 para a LO, para a revalidação da LO. A LO venceu em julho deste ano, os 4 ou 5  
2328 anos. Então já está na fase de se avaliar a LO, de se revalidar a LO. Então não  
2329 dá para ficar discutindo adendos porque senão na hora de discutir a LO vários  
2330 outros adendos já estão sendo discutidos e aprovados, e não vai ter uma visão  
2331 sistêmica, uma visão mais ampliada e aprofundada de todas as questões que as  
2332 comunidades e que a região está vivendo com relação ao risco desse  
2333 empreendimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só para esclarecer  
2334 aos senhores conselheiros e ao Sr. Alexandre, o senhor está com a informação  
2335 um pouco atrasada em relação à barragem: ela já tem LO.” Ana Paula  
2336 Alencar/Comissão Pastoral da Terra: “Boa tarde, eu sou Ana Paula, da Comissão  
2337 Pastoral da Terra, nós acompanhamos as comunidades há algum tempo, desde  
2338 que a mineração se instalou nos territórios das comunidades. Foi falado que está  
2339 tudo de acordo, mas nós viemos até aqui para solicitar que vocês se coloquem no  
2340 lugar daquelas famílias, de fato, que estão ali do lado. Como foi colocado pelo  
2341 Alexandre, hoje as famílias estão a 610 m, a comunidade de Piranga e a  
2342 mineradora estão entre 610 m. Quando a cava for ampliada, se isso ocorrer, a  
2343 distância será somente de 460 m. Imagine viver num lugar onde o barulho de  
2344 caminhões é intenso o tempo inteiro. As implosões parecem terremotos quando  
2345 acontecem grandes implosões. As casas estão rachando. Como foi dito, toda a  
2346 poeira da cava, da mina, vai toda para a comunidade. E o povo nesse processo  
2347 de adoecimento e vendo na pele que não há condições mais de continuar  
2348 sofrendo esses impactos. E agora serão ainda mais impactados. Eu gostaria que  
2349 vocês se colocassem no lugar dessas famílias, nós pedimos que isso seja visto  
2350 com mais cautela, ainda mais que estamos em uma pandemia, uma crise sanitária  
2351 gravíssima, que as pessoas não podem se encontrar nem para discutir sobre o  
2352 seu futuro, sobre o que vai ser o território dessas pessoas, o que vai ser da vida  
2353 dessas pessoas. Então pedimos que seja retirado de pauta, de fato, para que  
2354 essas famílias entendam o que está acontecendo e possam ser ouvidas, elas têm  
2355 que ser escutadas. As pessoas que vão ser atingidas, que já estão ali do lado e  
2356 vão ficar ainda mais próximas, merecem o respeito de serem escutadas. São  
2357 famílias que estão ali há décadas, há gerações. Então elas merecem que seja, de  
2358 fato, discutido com respeito, com cuidado, que sejam, de fato, escutadas. Elas já  
2359 sofreram vários impactos, como eu já falei. Essa questão da água também é uma

problemática que acompanhamos também. As pessoas não sabem qual a qualidade da água que está sendo consumida pelas famílias, pelas crianças, seus filhos, seus netos. São pessoas que precisam, de fato, serem escutadas. Então pedimos que isso seja avaliado com cautela. Está em jogo a vida de crianças, idosos, pessoas que dependem de suas terras para viver, que não conseguem plantar, não conseguem vender, porque se sabe de onde está vindo. Não sabemos como está a situação do solo, não temos certeza da qualidade da água que é utilizada. Precisa que isso seja, de fato, levado em consideração. A comunidade Ouro Fino também está próximo da cava, da mina, uma comunidade também vizinha da mineração também é uma comunidade que vem sofrendo grandes e graves impactos em relação à água, inclusive, que também não se sabe qual a qualidade da água que está sendo usada. E também a poeira vai para lá. As famílias também de Ouro Fino precisam ser escutadas. É uma comunidade próxima. E essa comunidade de Ouro Fino também não foi consultada, não foi informado do que está acontecendo em relação à ampliação da cava. Então solicitamos que realmente isso seja visto com cautela e seja retirada de pauta para que as comunidades possam discutir, possam entender e serem escutadas, principalmente." Ernesto Machado Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: "Só a título de esclarecimento, nossa barragem de água possui uma LO já promulgada desde o dia 16/7/2020. Com relação aos monitoramentos e análises de água subterrânea, esse relatório é disponibilizado trimestralmente e mensalmente aos órgãos ambientais e aos órgãos competentes para essa análise e demonstra os parâmetros dentro dos padrões do Conama. A LO foi protocolada a contento, o processo está em análise pela Supram Norte, que deve estar se pronunciando ao longo desse período, acredito eu. Com relação aos impactos nas comunidades, o empreendimento tem uma relação próxima com essas comunidades. Mantemos contato direto, mantemos proximidade, trocamos informações, participamos ativamente dessas relações. Então temos uma proximidade muito grande com a comunidade de Ouro Fino, com a comunidade de Piranga, com o pessoal do Ribeirão, com o pessoal do Rodeador. A jusante da barragem já tem uma extensão considerável mantida a vazão da barragem de água. Então a empresa vem cumprindo, na íntegra, as condicionantes e as conformidades legais daquilo que foi requerido pelo empreendimento." Juscelino Gomes Pereira: "Eu sou representante da comunidade de Piranga, dos atingidos pela Mineração Riacho dos Machados. A Pastoral da Terra tem conhecimento da nossa luta contra a mineração, por direitos humanos, que estamos próximos à mineração. Essa luta não é de hoje, eu acho que já tem mais de oito anos que a gente vem lutando por nossos direitos. Porque nós somos atingidos pela mineração tanto por ruído, poeira, detonações. A dificuldade é muito grande. E nós queríamos um diálogo, uma resposta melhor do que acontece com essa comunidade com a abertura dessa cava, que possa um objetivo alcançar pela comunidade, que os conselhos e a promotoria possam enxergar a comunidade, como a comunidade está sofrendo. A comunidade está chorando. Muita gente já

2403 mudou de lá porque não estava aguentando mais conviver com a mineração. É  
2404 difícil até relatar. A gente vem lutando pela indenização. Eu não sei se vamos  
2405 conseguir isso. Isso depende dos Poderes, dos conselhos. Que olhem – para falar  
2406 a verdade – com misericórdia para com as famílias que estão na beira da  
2407 mineração. A mineração reage de uma forma, ela não avisa. Na quarta-feira teve  
2408 uma visita – que eu não esperava – da mineração, eu creio que uma empresa  
2409 contratada pela mineração, fazendo levantamento estrutural e o outro  
2410 levantamento. Eles não relataram o que é esse levantamento, não falaram,  
2411 porque era secreto. Nós ficamos cismados com esse levantamento, e essa  
2412 Girassol dizendo que era contratada pela mineração. E a gente queria uma  
2413 resposta do que eles estão querendo. Que seja uma indenização, mas uma coisa  
2414 em que saia todo mundo beneficiado, tanto a comunidade de Ouro Fino e também  
2415 a de Piranga e outras comunidades também. Eu peço que olhem por nós ali,  
2416 vejam a situação nossa, vai lá nos visitar para ver o que nós passamos. Não temos  
2417 diálogo com a mineração, então é difícil conviver com isso. Que vocês façam o  
2418 melhor que seja para a comunidade. E agradeço.” Conselheiro Julio Cesar Dutra  
2419 Grillo: “Eu vi a colocação do representante da empresa, eu ouvi a fala do Ernesto,  
2420 mas choca de frente com a fala do pessoal da Comissão Pastoral da Terra. Então  
2421 me parece que antagônicas. Eu gostaria de escutar ou a Ana Paula ou o  
2422 Alexandre sobre o que eles têm a dizer a partir da fala do Ernesto.” Alexandre  
2423 Gonçalves/Comissão Pastoral da Terra: “Primeiro, no parecer da Supram tem lá  
2424 que eles têm APO na barragem de água. O que nós vemos é o seguinte, na nossa  
2425 opinião, não existe um diálogo real com as famílias. Por exemplo, esse caso é  
2426 muito claro na fala do Juscelino. Que a mineração vai ampliar para o lado da  
2427 comunidade. Como ele colocou. A comunidade tem filhos pequenos que vira e  
2428 mexe tem problemas de saúde, idosos também que vivem lá têm problemas de  
2429 saúde. Isso não é de hoje, é uma coisa já muito antiga, desde quando iniciou esse  
2430 processo. E o que acontece? Na cerca da mineradora tem bota-fora, barragem de  
2431 rejeito, e na cerca do lado de lá já é a comunidade. Então o território da  
2432 mineradora é muito próximo às comunidades. Porque a mineradora comprou  
2433 essas áreas onde ela faz a operação, mas é muito vizinha, e é uma região muito  
2434 seca, e tem muitos problemas. Depois da mineradora, as famílias que vivem ali  
2435 tiveram muito problema com relação à viabilidade delas no local. Por exemplo,  
2436 quando o técnico da mineradora diz ‘ah, mas nós fazemos análises de água’, se  
2437 você for pegar o parecer da Chronos tem vários momentos de metal pesado. E aí  
2438 vem a discussão: de onde veio esse metal, é uma coisa natural da região ou é  
2439 uma coisa a respeito da mineradora? Até chegarmos a essa discussão do que  
2440 impactou essas análises ou se são periódicas ou não, as famílias estão ali  
2441 vivendo, bebem água do poço artesiano, dos poços do rio Radiador o gato bebe  
2442 água. E a nossa opinião é que esse diálogo foi sempre muito truncado com a  
2443 comunidade. Inclusive, tem seguranças que ficam rodando em volta da  
2444 mineradora, as famílias ficam se sentindo até ameaçada nesse processo. Então  
2445 essa é a nossa visão, não existe um diálogo real com relação às famílias atingidas

2446 no entorno. Especificamente, o que você me perguntou." Conselheira Verônica  
2447 Ildefonso Cunha Coutinho: "Eu queria escutar o empreendedor quanto a essa  
2448 suposta consultoria que passou lá. O Sr. Juscelino colocou essa questão da  
2449 consultoria, e o Sr. Alexandre, em uma fala dele, me deu a entender que essa é  
2450 uma postura recorrente na empresa. E aí eu vou ter que concordar com ele que  
2451 isso realmente, dependendo da forma como é feito, colocado, sem, como o senhor  
2452 mencionou, informar à comunidade local do que se trata, isso é uma postura de  
2453 confronto, uma postura que causa desconforto na comunidade local. Não é normal  
2454 você habitar em um ambiente no qual tem sempre alguém ali verificando,  
2455 sondando, rondando sem as devidas explicações para a comunidade. É normal  
2456 em uma localidade como essa você ter um controle? Não é só normal, como é  
2457 obrigatório. Mas eles têm que estar cientes do que está sendo feito. Então eu  
2458 queria entender um pouco essa postura da empresa, gostaria que explicasse a  
2459 espeito dessa consultoria que foi mencionada. E se isso é recorrente que ela  
2460 instruísse melhor esses empregados, agentes, técnico, enfim, para ter um  
2461 relacionamento melhor com a comunidade, explicitar, explicar do que se trata. Eu  
2462 queria também que ela colocasse um pouco melhor sobre esses canais de  
2463 comunicação que ela tem com a comunidade local, que parece ser um ponto  
2464 muito frágil. Então eu queria que ela explanasse isso melhor. E queria escutar a  
2465 equipe técnica da SEMAD quanto às duas questões que foram levantadas: a  
2466 proximidade da comunidade com o empreendimento e a situação de poeira no ar,  
2467 de controle que existe. Enfim, eu queria escutar esses dois pontos, por gentileza."

2468 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "O Dr. Ricardo Carneiro, no início,  
2469 mencionou que estaria aí para qualquer dúvida e qualquer colocação. Como muito  
2470 do que foi falado pela Comissão Pastoral da Terra tem implicações jurídicas, eu  
2471 gostaria de ouvir o Dr. Ricardo Carneiro. Até porque, como muito bem o senhor  
2472 presidente mencionou há pouco o artigo 22 do nosso Regimento Interno, o que  
2473 está sendo discutido aqui tem relação com outros processos que não este que  
2474 está constante desta pauta. Então eu gostaria de ouvir o Dr. Ricardo Carneiro."

2475 Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: "Eu queria corroborar o que a Verônica  
2476 falou, eu acho muito importante que haja uma melhora dessa relação da empresa  
2477 com a comunidade, certamente. Eu estou vendo no parecer que realmente tem  
2478 uma cortina arbórea sendo prevista. Então estou levando fé de que isso vai  
2479 melhorar a questão de material particulado lá da região, o incômodo da  
2480 comunidade. E queria ver com a Supram, com o empreendedor, quais as  
2481 garantias que eles vão ter para a questão de acesso à água, a piora da qualidade  
2482 da água do pessoal. Porque muitas vezes nós decidimos as coisas aqui no  
2483 COPAM, e existe uma disparidade entre a opinião de quem recebeu o benefício  
2484 e de quem deu o benefício. Eu queria que houvesse alguma garantia para que o  
2485 acesso à água de qualidade fosse garantido para a população." Ernesto Machado  
2486 Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: "A empresa, sim, tem um bom  
2487 relacionamento com a comunidade. Tem o programa Boa Vizinhança, no qual  
2488 temos visitas constantes, até mesmo no período de pandemia, e nossa equipe

mantém esses laços com a comunidade, seja por telefone, por grupos de WhatsApp e visitas temporárias e aleatórias ao longo da semana. Montamos o programa denominado Boa Vizinhança, que recebe esse feedback e retorna aquilo para a comunidade. Lembrando que nós temos uma relação com o entorno da companhia. Então todo o público-alvo que compõe o entorno da companhia é abrangido pelos programas da área de relacionamento com a comunidade da empresa. O canal de reclamação é aberto. Nós recebemos, eventualmente, ligações, com qualquer dúvida, e de imediato a empresa se prontifica a atender. Temos programa de monitoramento da qualidade do ar. Um dos equipamentos é instalado na propriedade na comunidade do Piranga vizinha à do Sr. Juscelino, bem próximo da casa do Sr. Juscelino, na qual essa análise é constantemente realizada, e a equipe vai lá tirar essa amostragem. Olhando com outra abrangência em relação à equipe da Girassol, a mineração tem alguns deveres com implicações legais, dentre eles o programa de educação ambiental, vinculado a demandas de condicionantes ambientais, e tem empresas de consultorias que nos prestam esse tipo de serviço. E essa empresa está na região para fazer um levantamento socioeconômico e cultural, que é de interesse próprio da companhia conhecer mais profundamente a comunidade do entorno. Isso é o que viabilizará a melhoria constante do relacionamento com a comunidade. Essa consultoria está na região, as pessoas foram comunicadas previamente pela nossa analista de comunidade. E essa consultoria faz levantamentos desde a caracterização socioeconômica dessa população do entorno do empreendimento justamente para poder nos munir de informações para tomadas de decisões assertivas com relação a essas nuances que permeiam a comunidade circunvizinha do empreendimento. A mineração não pode parar frente às questões de responsabilidade socioambiental, porque precisamos desenvolver a sustentabilidade regional, e para isso temos que conhecer nossos vizinhos. E conhecer nossos vizinhos é o papel mais importante que enxergamos que temos que fazer. E com isso estamos arcando e estamos seguindo esse projeto, e é esse o papel da Girassol na região neste momento. Ficou claro, alguém tem mais algum questionamento?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "O Paulo fez alguns questionamentos em relação a cortina arbórea nas áreas e proximidades." Ernesto Machado Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: "A proximidade existe, está relatada no Parecer Único da Supram, que está disponível. Todo mundo viu ali o posicionamento. Tem as ações mitigatórias e as condicionantes previstas no documento. Dentre essas condicionantes previstas – esta reunião é justamente para que se delibere em cima desse Parecer Único – é que estamos formatando a situação da companhia. Tem, sim, uma cortina arbórea que está sendo citada aqui, mas a empresa está tomando ações para mitigar essa exposição da comunidade de Piranga aos riscos associados." Ricardo Carneiro Mineração Riacho dos Machados Ltda.: "Eu acho que estou completando 26, 27 anos de atuação na área de meio ambiente. Isso não me capacita a ver as coisas de forma diferente, absolutamente a ninguém. E estou dizendo isso porque a

experiência já me mostrou que não há verdades absolutas. Esse processo quase sempre não é apenas com Riacho dos Machados, mas com outros grandes empreendedores, não precisa nominá-los aqui. Hoje mesmo os senhores presenciaram questionamentos, dúvidas das comunidades. O processo é sempre dialético, é normal, é preciso compreender, não é bom nem ruim que seja assim, é da vida, faz parte da dinâmica, faz parte da mecânica do instrumento de licenciamento ambiental. No entanto, presidente, conselheiros, precisamos lembrar que todas essas reclamações dos movimentos sociais, da Pastoral da Terra, além de serem absolutamente legítimas, já são objeto não só de fiscalização e acompanhamento permanente por parte da Supram Norte. O presidente, inclusive, é diretor de Controle Processual da Supram Norte e melhor do que qualquer um de nós saberá daquilo que a Supram Norte tem discutido e acompanhado o processo da empresa. E, inclusive, por parte do Ministério Público. Existem inquéritos, existem discussões, existe um termo de ajustamento de conduta firmado quanto à barragem de água. Não há nenhuma dificuldade, o Ernesto pode esclarecer mais, há outros consultores representantes da empresa que podem prestar qualquer outro esclarecimento aos conselheiros, à comunidade. Só que me parece, presidente, não só pela hora, mas também por ela – a reunião virtual tem esse problema, eu acho que todo mundo se presume bem alimentado, mas eu particularmente nem consegui comer nada hoje, porque também estava no processo da Anglo American –, nós devíamos nos ater ao assunto em pauta, no que está em julgamento, que foi pautado. Isso é regimental, não é uma mera formalidade, uma firula, um argumento de verborragia de advogado. O que está em pauta, segundo o Regimento, é um adendo a Licença de Operação. Logo no começo, o parecer elaborado pela SEMAD diz, claramente, que nós estamos tratando de uma pequena ampliação de área de cava para diminuição de ângulo de talude. Isso não é uma fatia de bolo que se corta, e o bolo não cai em cima de si mesmo, há determinada abertura que, nesse caso, pressuporá supressão vegetal. O parecer deixa claro, essa atividade nem sequer é passível de novo licenciamento, é apenas uma autorização para intervenção ambiental, ou seja, autorização para supressão de vegetação nativa, que só pode ser incorporada ao licenciamento existente por meio de adendo a LO. Então, presidente, é só esse pedido que faço, essa sugestão que faço, que sem prejuízo de em outra oportunidade colocar o assunto em pauta ou de uma comissão dos senhores conselheiros promover o aprofundamento dessas discussões ou em outra reunião, em 'Assuntos Gerais', mas que infelizmente nós temos que nos ater à discussão em pauta, que não nos traz diretamente reflexos sobre essas demandas da comunidade. E, mais uma vez, não são não apenas tão de gerenciamento de obrigação da empresa, como também já estão em discussão com a Supram Norte e com o Ministério Público da Comarca de Montes Claros. Inclusive, é a Coordenadoria da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Era isso, presidente, eu te agradeço pela palavra, acabou sendo extemporâneo, mas não só pelo conselheiro Thiago, mas também porque disse e ressalvei no começo

que era se houvesse necessidade de esclarecimento. Obrigado, já desejo a todos os conselheiros um bom final de semana.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Foi o que eu justamente falei no início, quando falei que não retiraria o processo de pauta. As questões colocadas no parecer de vista são pertinentes, mas não são afetas ao processo em pauta, em julgamento neste momento. Até para isso eu li o nosso Regimento Interno.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Na verdade, eu queria saber do Ricardo Carneiro se ele está se referindo às manifestações da comunidade. No parecer tem condicionantes, e essas condicionantes são para mitigar impactos ambientais. Eu pontuei aqui que já existem condicionais para mitigar impactos que foram relatados pelas pessoas da comunidade. Agora, eu não acho que estejamos falando nada extra. Se essas condicionantes vieram no adendo, elas são, sim, objeto do licenciamento, elas têm que ser faladas agora. Eu perguntei se seria possível que a empresa explicasse para nós se há alguma garantia de evitar que a água da comunidade ficasse contaminada, por exemplo. Eu acho isso grave, eu acho isso muito pertinente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu acho que as informações que o Dr. Ricardo trouxe e a sua fala são complementares, Paulo, elas não se excluem. Só estamos falando que alguns assuntos que estão sendo debatidos, inclusive, dentro do parecer de vista, são afetos a outro processo. E o processo de revalidação é muito mais abrangente do que um adendo apenas de supressão. Por óbvio, aquelas condicionais que estão dentro do nosso parecer de adendo são afetas, sim, claro, à intervenção ambiental.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu conheço o Ricardo, conheço muito dessas pessoas aí. Eu tive a chance de trabalhar com ele vinte anos atrás ou mais. Foi muito bom. Eu dei uma olhada aqui no parecer. Desculpa eu ter caído de gaiato nessa história. O Claudinei precisou sair, e eu acabei dando uma olhada agora. Riacho dos Machados, se formos pensar, Riacho dos Machados é uma exploração em um lugar no Semiárido. Então praticamente nós já temos conflito de água, antes de ela acontecer. Aí a mineração chega, e esse conflito de água, provavelmente, vai aumentar. E o que acontece? Eu dei uma olhada rápida no parecer e vi o risco de um talude. Se romper, é uma coisa grande. É necessário, sim, ampliar a cava para que a coisa melhore. Isso com certeza. E eu recomendaria o máximo, o mais rápido possível, isso acontecer. Mas o que acontece nesse processo? Parece que a empresa está tendo uma atuação – segundo a empresa fala –social, ela tem uma preocupação social. E outra coisa que eu queria falar. Eu fiscalizo barragem, então estive muito envolvido com esses desastres que aconteceram, e isso me fez questionar muito a minha vida, a vida de todo mundo e da mineração. Aí eu cheguei à conclusão: para que a gente minera? Para quem, para quê, como, por que. Então existem várias respostas, que é para melhorar a qualidade de vida das pessoas, para gerar riqueza, para fornecer subsídios de matéria-prima para nossa sociedade funcionar. Existe tudo isso. Mas, profundamente, me veio uma resposta na cabeça: nós precisamos minerar porque também precisamos acabar com a nossa miséria. E nesse

2618 contexto todo é uma empresa que está implantada lá, e vai acontecer esse tipo  
2619 de coisa, chega, e sempre vai ter esse conflito. E ainda se agrava por ser uma  
2620 questão de Semiárido. Eu vejo que essa ação tem que acontecer, esse aumento  
2621 dessa cava, e corrigir o que precisa ser corrigido. Depois tem outras nuances.  
2622 Mas nesse ínterim, a comunidade lá vê uma oportunidade de reivindicar alguma  
2623 coisa, tem alguma coisa que não está boa. Se não essas pessoas não se  
2624 obrigavam a estarem aqui, conversando aqui. Tem alguma coisa falha que precisa  
2625 ser melhorada. Eu não sei como que isso pode ser resolvido, eu acho que a  
2626 empresa tem que entender essa questão ‘para que eu minero, é para aquele local,  
2627 é para gerar riqueza, para pegar aquelas pessoas ali, é para fornecer matéria-  
2628 prima para fora, é para dar emprego, é para fazer a comunidade crescer’. Então  
2629 tem um ruído aí. Se não tivesse esse ruído, as pessoas estariam batendo palmas,  
2630 ninguém ia vir reclamar. Essa comunidade está muito perto, ela precisa ser ouvida  
2631 pela empresa. Esse relacionamento tem que ser estreitado, tem que ser  
2632 conversado. Eu visto, tecnicamente, a favor desse adendo à licença pela questão  
2633 da própria segurança da comunidade, mas faria um apelo aqui de nem que seja  
2634 para entender o que está acontecendo. Às vezes as pessoas são carentes até de  
2635 uma informação, do chegar perto, de trazer. Tem alguma coisa que está faltando.  
2636 Se não estivesse faltando, isso aqui não estaria acontecendo. Então o que eu  
2637 estou querendo dizer? Eu sou a favor da licença para a própria segurança da  
2638 comunidade, que está a 500 m, a 600 m e vai ficar a 400 m, mas, se não se corrigir  
2639 isso, o acidente pode matar as próprias pessoas que trabalham ali, da região, o  
2640 que pode acontecer lá dentro com o desmoronamento de uma coisa geotécnica.  
2641 Que é o que eu vi aqui. Então o que eu estou querendo dizer? Empresa, chega  
2642 mais perto dessa comunidade, veja o que ela quer de verdade. A Pastoral da  
2643 Terra é uma coisa séria, são pessoas sérias que estão buscando coisa séria. Eu  
2644 não acho que tenha gente oportunista nisso. E peço também às pessoas que  
2645 vieram reclamar para sentar. Eu li uma coisa que é muito importante, que aprendi  
2646 no processo: a cidade como jogo de cartas. Nós precisamos sentar na mesa,  
2647 pegar a cidade como jogo de cartas em que não tem ganhador. Tem que ter um  
2648 empate, todo mundo tem que empatar. E eu hoje vejo a mineração como um jogo  
2649 de cartas. Então tem que sentar todo mundo na mesa, o empreendedor, a agência  
2650 reguladora, o meio ambiente, o que seja, centrar todos os recursos que tiver, e  
2651 fazer uma discussão. E a comunidade. Todo mundo não pode sair perdendo, todo  
2652 mundo tem que ganhar. Então é esse o recado que eu dou.” Conselheiro Carlos  
2653 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu fiquei quase emocionado com as palavras do  
2654 meu querido Luiz Henrique. Luiz, você foi de muita felicidade ao falar isso aí. É  
2655 bom, presidente, que nós temos aqui um consenso nesta Câmara de Atividades  
2656 Minerárias, é bom ouvir os colegas, é bom ouvir as informações quando vem,  
2657 principalmente, chega um amigo comum também nosso, que é o Ricardo  
2658 Carneiro, que eu tenho como um guru na área também ambiental. E vejo o  
2659 seguinte, que nós podemos trabalhar de forma harmônica. A posição da  
2660 Sociedade Mineira de Engenheiros, dos meus colegas, de outros colegas que eu

2661 já tive ocasião de salientar aqui, que pertencem a essas Câmaras, é do  
2662 envolvimento com responsabilidade social. Eu acho que pela própria conformação  
2663 que foi feita em Riacho dos Machados. Eu tive uma participação nisso, mas algum  
2664 tempo atrás. Eu fui sempre baseado na questão de empresa de fora que vem aqui  
2665 com responsabilidade social. E nada mais do que isso eu acredito que seja  
2666 importante. Então eu me refiro às palavras desse grande colega Luiz Henrique,  
2667 parabenizo você, Luiz, pelas suas palavras e recomendo a aprovação, porém com  
2668 um aditivo que eu chamo, que é um aditivo de conselho, um aditivo de justificativa  
2669 junto ao empreendedor, ao Dr. Ernesto, representando aqui a empresa, de que  
2670 se aproximem da comunidade, tratem a comunidade com carinho. São poucos  
2671 aqueles que estão ali sofrendo com isso, não são muitos. Nós conhecemos a  
2672 região do Semiárido, sabemos muito bem que ali é pobre de gente, gente pobre,  
2673 e aí a importância de se ter uma aproximação favorável, uma aproximação  
2674 carinhosa com a comunidade, com o Seu Juscelino, com o pessoal da Pastoral  
2675 da Terra, de forma a tocar a vida pela frente. A mineração tem a sua importância,  
2676 eu sou apologista da mineração como desenvolvimento e acho que está na hora  
2677 de juntarmos os esforços de aprovação desse projeto, de aprovação de uma LO  
2678 – na verdade, é um aditivo à LO –, para assegurar uma operação sustentável.  
2679 Mas, não obstante, aproximação com a comunidade de forma carinhosa, de forma  
2680 a fazer com que eles possam viver em conjunto com o empreendedor. Essas são  
2681 as minhas palavras, e mais uma vez agradeço ao Luiz Henrique por ter dado essa  
2682 possibilidade de abertura desse contato.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha  
2683 Coutinho: “Yuri, eu não sei quais os pontos que você está colocando que não  
2684 seriam afetos, apesar de entender. Eu não estou aqui querendo rever a LO. Igual  
2685 ao conselheiro Paulo, eu voltei ao parecer. Sobre o que é mencionado no parecer,  
2686 eu entendo que posso discutir. E essa questão da interação com a comunidade e  
2687 de partículas suspensas, as duas estão aqui. Aí eu venho aqui corroborar mesmo  
2688 a fala do conselheiro Luiz Henrique porque é essencial ter um bom  
2689 relacionamento com a comunidade. Foi por isso que na minha fala anterior,  
2690 quando eu questionei, eu já havia visto essa questão do Programa Boa  
2691 Vizinhança, mas eu queria que a empresa colocasse melhor esses meios, como  
2692 ela faz, porque temos que entender a realidade local, como a mensagem é  
2693 traduzida no destinatário, como que ele recebe aquilo. Então eu acho que há que  
2694 se ter um cuidado enorme com isso. Notificar às vezes que vai chegar uma  
2695 consultoria não é suficiente, eles têm que ser munidos de toda e qualquer  
2696 informação mais completa possível. Eles já passam um transtorno imenso em  
2697 relação ao empreendimento, é um local carente, e eu acho que tem que se ter um  
2698 cuidado maior, um respeito maior e um esclarecimento mais do que claro e bem-  
2699 feito para as pessoas que estão lá. Eu achei excelente a colocação do conselheiro  
2700 Luiz Henrique e acho que a empresa carece, sim, de dar um cuidado maior.”  
2701 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Quando eu me refiro a ‘assuntos  
2702 pertinentes’, conselheira, eu não estou falando em relação ao programa de  
2703 comunicação. O programa de comunicação já foi, inclusive, descrito pelo Sr.

2704 Ernesto, ele falou qual é desenvolvido. Eu chamei atenção para não entrarmos  
2705 em outros assuntos. Exemplo, como a senhora me pediu, barragem de água,  
2706 barragem de rejeito. Essas são matérias afetas ao processo de revalidação que  
2707 está sendo analisado na Superintendência. Aqui, eu volto a dizer, nós estamos  
2708 tratando de uma intervenção ambiental, muito bem falado pelo Luiz Henrique,  
2709 para o aumento dos taludes da cava para segurança daquelas pessoas que  
2710 trabalham ali. Esses são os assuntos, dessa parte, do aumento da cava, da  
2711 supressão de vegetação, das compensações florestais advindas dessas  
2712 supressões de vegetação, essas, sim, são matérias afetas ao processo pautado.”  
2713 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu queria parabenizar o Luiz Henrique, da  
2714 ANM. Suas colocações hoje ao longo do dia foram todas sempre muito sensatas,  
2715 é muito boa a sua participação. Muito obrigado. E dizer o seguinte, que ficou  
2716 realmente para mim extremamente claro, claro mesmo, que tem uma falha de  
2717 comunicação entre a comunidade e o empreendedor. Isso está sendo recorrente  
2718 nos casos de licenciamento de mineração. Nós temos que melhorar a qualidade  
2719 dessa interlocução.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu acho que o  
2720 conselheiro Julio colocou isso muito bem agora. Essa questão da comunidade, da  
2721 interlocução entre empreendedor e aqueles afetados, seja direta ou  
2722 indiretamente, tem que melhorar. E não falo que é só por parte da empresa, a  
2723 nossa legislação tem que melhorar em relação a isso, da participação da  
2724 comunidade. Nós tivemos oportunidade, eu não me lembro mais de um  
2725 especialista que estava falando sobre isso, mas ele falava sobre a licença social  
2726 dentro de um licenciamento ambiental, que é aonde a participação da comunidade  
2727 seria maior. E disso realmente nós temos necessidade. Aí eu falo não só pelo  
2728 empreendedor, como por parte da nossa legislação também.” Pedro Henrique  
2729 Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “Eu vou começar com as  
2730 respostas do retorno de vista da ProMutuca e os motivos que foram elencados  
2731 aqui para baixa em diligência. O primeiro motivo diz respeito à situação da  
2732 comunidade do entorno, Piranga Mumbuca, Ouro Fino, e propostas de mitigação.  
2733 No parecer não ficou muito clara a localização de cada uma das comunidades ao  
2734 redor, porque eu acabei focando aquela que receberia os maiores impactos dessa  
2735 alteração. É um ponto que eu queria deixar claro, o nosso parecer foi baseado só  
2736 nessa modificação que a empresa está pedindo, como já foi falado aqui várias  
2737 vezes, não estamos tratando da revalidação da licença. Então tem alguns  
2738 programas e alguns impactos de que tratamos no parecer, mas é porque a  
2739 alteração da cava vai trazer alterações nesses impactos. E aí tentamos abordar o  
2740 que a empresa vai fazer para mitigar, controlar, monitorar. A comunidade de Ouro  
2741 Fino recebe impactos maiores da barragem de rejeitos. Ela está completamente  
2742 do lado oposto da mineração em relação à cava. Por isso ela não foi incluída  
2743 nesse parecer. E a comunidade de Mumbuca está na porção norte também, ao  
2744 norte da área do empreendimento, e por isso também não está sendo abordada.  
2745 Só a de Piranga, que está ali mais próximo. Com relação ao aumento de impactos  
2746 que foi dito no relatório de vista, que não ficou muito claro, esse não seria o melhor

2747 mapa, mas dá para ter uma ideia: vemos o córrego do Piranga, e ao longo desse  
2748 córrego está a comunidade, principalmente na parte mais ao sul. A comunidade  
2749 de Ouro Fino está do lado direito, córrego Olaria, barragem de rejeito; e a  
2750 comunidade de Ouro Fino está para aquele lado; e a comunidade de Mumbuca  
2751 está para cima daquele córrego do Mumbuca. Só que essa área entre a cava e o  
2752 córrego do Mumbuca é uma área bem desabita. Nessa parte inicial tem bastante  
2753 mata nativa. A comunidade começa um pouco mais para cima. Por isso que eu  
2754 foquei só a comunidade de Piranga. Nas páginas 29 e 30, foi destacado no  
2755 relatório de vista que não ficou claro que haveria aumento de impacto sobre a  
2756 comunidade. Nos falamos sobre as emissões atmosféricas, poeira, ruído,  
2757 vibração, que vão ser os principais impactos sobre a comunidade com essa  
2758 operação da cava. Aproveitar e falar desse item 5.1.4, que também foi  
2759 questionado, sobre resíduos sólidos. O entendimento de resíduo sólido que está  
2760 nesse parecer, que está até um pouco equivocado mesmo, era com relação  
2761 àqueles resíduos comuns de escritório, sanitário, sucata, essas coisas, por isso  
2762 que eu disse que não haveria aumento na geração, porque não vai ter aumento  
2763 na escala de produção, mas realmente vai ter aumento no volume de estéril  
2764 produzido ou esperado para ser produzido ao longo de toda a vida útil da mina.  
2765 Em relação à produção mensal ou anual de estéril, isso não vai mudar porque a  
2766 escala de produção vai ser a mesma, os mesmos equipamentos, só vai aumentar  
2767 a área. Esse estéril a mais gerado, nesse momento, a empresa detentora de  
2768 Licença de Operação de pilha de estéril tem bastante espaço ainda para  
2769 acomodar. Caso seja necessário no futuro, a gente discute a abertura de uma  
2770 nova pilha ou então o encerramento da atividade por falta de espaço para  
2771 depositar estéril. Isso não vai ser discutido neste parecer agora. Com relação às  
2772 emissões de poeira, na próxima página, no terceiro parágrafo está dito que  
2773

‘essas emissões já são aspectos presentes na atual atividade, a mudança  
2774 encontra-se na diminuição da distância entre a fonte e a comunidade de Piranga,  
2775 potencializando o impacto de incômodo da população, além do impacto sobre a  
2776 fauna também.’ E aí eu falo que a mitigação hoje é feita por aspersão de água  
2777 nos acessos para conter poeira, manutenção de maquinário, controle de  
2778 velocidade para também evitar suspensão e também trepidação, o que pode  
2779 acabar incomodando por conta do ruído, e o controle de carga máxima por espera  
2780 para poder controlar vibração. Com relação aos programas executados, são  
2781 controle de emissão atmosférica, de ruído, automonitoramento de vibração e a  
2782 interação com a comunidade. Na parte de meio antrópico, colocamos que o  
2783 aumento dos impactos seria incômodo à população por conta de poeira e ruído e  
2784 quais as medidas; e de vibração e quais as medidas. Aí detalhamos mais para  
2785 frente, na página 39. Com relação aos particulados, a empresa tem um programa  
2786 de monitoramento e a cada seis dias faz a coleta nesse ponto que fica na  
2787 comunidade de Piranga. Com relação ao ruído, tem os dois pontos. São dez no  
2788 entorno da comunidade e só dois na região de Piranga. Com relação às condições  
2789 atmosféricas, os pontos que a empresa apresentou como melhoria para, se acaso

2790 houver aumento de impacto, já que a cava vai chegar mais próximo da  
2791 comunidade, seria manter o monitoramento a cada seis dias. Se detectado  
2792 aumento de poeira, eles falaram em colocar mais um caminhão-pipa, aumentar a  
2793 frequência de aspersão de água na área da cava. Como o pessoal reclamou muito  
2794 durante a vistoria dessa questão da poeira, nós solicitamos uma medida adicional,  
2795 e a empresa apresentou como proposta a implantação de uma barreira física, uma  
2796 cortina arbórea, entre a comunidade de Piranga e a cava. Com relação a poeira,  
2797 o que foi apresentado foi isso, aumentar a frequência da aspersão de água na  
2798 região, continuar o monitoramento de 6 em 6 dias e começar a implantar a cortina  
2799 arbórea, que colocamos como condicionante apresentar um relatório anualmente  
2800 para ver como está o crescimento. Com relação ao ruído, na Licença de  
2801 Operação, já tinham sido solicitadas medidas para diminuir o ruído na comunidade  
2802 de Piranga. E a empresa apresentou um estudo em que propunham mudar a rota  
2803 que é acessada à noite para acessar a pilha de estéril próxima da comunidade e  
2804 também eliminar o basculamento nessa região. Nós estamos condicionando, para  
2805 melhorar ainda mais a questão do ruído noturno, que não só o basculamento e o  
2806 transporte não ocorram nessa região, como também todas as outras atividades  
2807 da mina, perfuração, desmonte, carregamento. Desmonte eu acredito que a  
2808 empresa não faça à noite, pelo que está no processo, mas perfuração,  
2809 carregamento, descarregamento, nem na pilha nem na área da cava. Entre 22h e  
2810 6h não poderia ocorrer a atividade. Um ponto na comunidade de Piranga, 200 m,  
2811 e então dentro de toda essa área estaria proibida a movimentação nesse período  
2812 de 10h da noite às 6h da manhã, para preservar a tranquilidade do pessoal da  
2813 comunidade no período noturno, pelo menos. Isso, inclusive, foi até uma proposta  
2814 da empresa, mas eles só tinham colocado como proposta o transporte de estéril  
2815 para a pilha e o basculamento, e eu acrescentei as demais atividades também.  
2816 Infelizmente, não colocamos isso como condicionante porque não é possível  
2817 fazermos a comprovação de que isso está ocorrendo, só vamos ter uma  
2818 comprovação indireta, por meio das medidas de ruído noturno que vão continuar  
2819 acontecendo na comunidade. Eles também falaram a respeito de alterar o volume  
2820 da sirene de ré e instalar silenciadores na saída de descarga dos caminhões e  
2821 outros equipamentos móveis para também diminuir o ruído. Eles também  
2822 propuseram aumentar a frequência de medidas de ruído nesse começo da  
2823 expansão da área de operação. A ideia era aumentar a frequência para ser  
2824 mensal nos três primeiros meses, e depois entendemos que deveria ser semanal  
2825 durante os três primeiros meses de instalação desse aumento da área de  
2826 operação e em seguida manter o monitoramento mensal, que hoje ocorre  
2827 trimestralmente, pelo menos na comunidade de Piranga, que é onde tem mais  
2828 reclamações ou pelo menos é a região que está mais afetada neste momento.  
2829 Vamos mudar de trimestralmente para mensalmente, e no começo vai ser  
2830 semanalmente, para ter um acompanhamento. Com relação a vibração, que  
2831 também foi mencionado no relatório de visita, estamos propondo um aumento na  
2832 frequência do monitoramento, baseado na distância. Então qualquer detonação

que ocorrer a menos de 1.200 m daquele mesmo ponto, tem que ter um ponto de monitoramento na comunidade de Piranga, para sabermos como está sendo a vibração lá. Também colocamos como condicionante a redução do limite de vibração, baseado em uma norma da Cetesb. A norma que seguimos hoje é a ABNT, e ela coloca por volta de 15 mm/s, dependendo da frequência. Tem a norma da Cetesb que estabelece um valor de vibração bem menor, e ele não é baseado em garantir a qualidade da estrutura, que não tenha danos na estrutura, ele é baseado na questão de conforto da comunidade próxima à mineração. Nós estamos colocando isso também para essa vibração ser menor. E para incrementar – porque o pessoal reclama lá da possibilidade de as vibrações estarem causando danos às estruturas –, a última condicionante, a 18, nós colocamos para a empresa realizar um estudo para poder definir um critério de vibração mais adequado para aquele tipo de construção. Porque a nossa norma ABNT não diferencia se a casa foi bem construída, mal construída, se é uma casa antiga, se é um bem histórico. Então nós pedimos para a empresa fazer esse estudo. O segundo ponto do relatório de vista para pedir a baixa em diligência, com relação aos resíduos sólidos, já foi explicado lá para cima. A próxima parte agora, o conselheiro falou a respeito de alteração de prazo de condicionantes. Eu já posso falar a respeito disso ou vamos falar sobre isso depois?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu vou colocar isso posteriormente, sobre as condicionantes, e discutimos uma a uma." Pedro Henrique Criscolo Parrella Câmara/Supram Norte de Minas: "Ok. Com relação a alguns pontos que foram levantados aqui, já foi bastante falado a respeito disso. Contaminação de água subterrânea não está sendo tratada nesse processo, porque essa alteração que a empresa está propondo não teria impacto sobre a qualidade de água subterrânea, não teria uma alteração no que eles já fazem hoje para poder impactar a qualidade de água subterrânea. Além disso, eu gostaria de deixar claro também que essa possível contaminação da água está sendo já acompanhada pela FEAM, pela Gerac, Gerência de Gestão de Áreas Contaminadas. Ela que está acompanhando isso mais próximo. E os outros pontos, de barragem de rejeitos, barragem de água, eu também já tinha falado. Eles foram questionamentos da Pastoral da Terra. Eu gostaria de discutir a respeito disso mesmo, sobre os problemas da barragem de rejeitos e também da barragem de água, mas temos que nos ater ao que está sendo analisado hoje. A Segov pediu para falar sobre a poeira, e já foi falado. Com relação à proximidade com a comunidade, quando estivemos lá em vistoria, o pessoal da comunidade de Piranga reclamou mesmo muito da falta de comunicação da empresa com eles, que às vezes não conseguem ter contato quando precisam, telefone as pessoas não atendem, a frequência de visitas também diminuiu muito desde o início da LO. Nós deixamos isso no parecer e colocamos como recomendação que a empresa faça visitas mais frequentes à comunidade e disponibilize um contato telefônico permanente para a comunidade sempre conseguir ter acesso à empresa em caso de precisar de alguma reclamação, de algum auxílio ou para

tirar dúvida com relação à atividade. No nosso processo, a comprovação que temos de visitas à comunidade de Piranga ao longo desses últimos anos foi de uma vez por ano. E é o que tem escrito na ata de reunião realizada na área. Mas talvez a empresa tenha aparecido lá mais vezes e não registrou em nada. Seria bom se ela sempre deixasse isso registrado, para ter comprovações.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Houve uma queda na internet, e não sei se foi esclarecida a questão de algumas dúvidas agora pelo Pedro em relação a certas questões técnicas. Eu ainda fiquei com algumas dúvidas. Mas a todo momento você tem comentado, no caso, maiores detalhamentos em relação a barragem de rejeito e mesmo a essa questão da expansão da cava... Certamente vai haver uma alteração de relação estéril e minério, acho difícil não ter, no caso, uma intervenção até a barragem, uma vez que vai alterar a produção. Foi dito até que não vai haver essa alteração. Enfim, eu não estou querendo ser inoportuna, até pelo adiantado da hora, mas gostaria de saber o seguinte, se essas questões que não foram esclarecidas, por não serem objeto da pauta, se nós teremos uma oportunidade depois para que fossem esclarecidas. Porque realmente, só enfatizando, eu acho que foi super relevante em relação às palavras do conselheiro Luiz Henrique da questão de realmente ter uma dificuldade de entendimento. E eu acho que o nosso papel também, enquanto conselheiros, enquanto Câmara Técnica, é que possamos ter a tranquilidade de julgar um processo com toda a informação técnica possível. Eu entendo que há questões muito sérias, esse próprio potencial de formação de drenagem ácida. Enfim, é uma mineração de ouro, não foi detalhado o processamento, qual a forma que o minério é processado, em termos de números mesmo do processo em si, técnico. Enfim, eu queria só deixar isso registrado, porque são informações pertinentes. Eu estou dizendo isso no sentido mesmo de ter uma informação ou se vai ser possível, se vai haver uma nova reunião, se vai ser objeto de novo licenciamento. No caso, eu concordo em relação à expansão da cava, eu acho que é pertinente. Agora esta segunda oportunidade de esclarecimentos vai acontecer depois?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Maria Eugênia, todas essas questões atinentes à barragem, à drenagem, todas elas serão discutidas no momento da revalidação. O que o Decreto 47.383 e mesmo o 44.844 preveem? Que todas as modificações e ampliações decorridas no processo de Licença de Operação serão reavaliadas no processo de revalidação. Então com certeza os senhores conselheiros terão oportunidade de discutir todas essas matérias no momento da revalidação. A revalidação já se encontra em análise na Superintendência. Mais algum conselheiro, alguma ponderação? Não havendo, eu vou colocar, inicialmente, em votação – eu já justifiquei a manutenção do processo em pauta – o processo em si, em relação à cava, e, posteriormente, vamos ponto por ponto, como fizemos nos outros, em relação às sugestões de condicionante ou de alteração, do Julio Grillo. Se bem que aí vai ficar prejudicado, porque o Julio Grillo altera. Quais são as condicionantes que o senhor deseja alterar, Julio? Porque se eu votar neste momento já estaria votando conforme o parecer, então teria que

destacar aqui quais as condicionantes em que o senhor pede alteração.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Condicionantes 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12,14 e 18, colocar o prazo para antes do início das atividades autorizadas pela AIA.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como são muitas, vamos discutir e colocamos tudo em um bolo só a votação? Eu acho que vai ser melhor, porque são várias. Então vamos lá, a primeira.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Seria alteração dos prazos de cumprimentos das condicionantes. Para antes do início das atividades autorizadas, os condicionantes 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 14 e 18. Esses condicionantes deveriam ter comprovado o seu cumprimento antes do início da atividade. E enquanto durar a atividade de supressão de vegetação, com periodicidade quinzenal, na condicionante 8. E que seja incluída uma nova condicionante. Proposta: ‘Que seja instituído um grupo de discussão e acompanhamento das atividades relacionadas aos impactos diretos e indiretos às comunidades do entorno da cava, formado por conselheiros do COPAM, Supram Norte, representante da comunidade entorno, Ministério Público e quem mais se dispor. O objetivo desse grupo seria o de propor junto ao órgão ambiental licenciador ações de mitigação, compensação e monitoramento dos impactos gerados pela atividade minerária no entorno do empreendimento. Prazo: antes do início das atividades autorizadas.’” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Primeiro eu vou ouvir a opinião da Superintendente, depois passo para o Conselho e para o empreendedor.” Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “Com relação à primeira condicionante, eu não conseguir entender como poderia ser possível ela ser cumprida antes da autorização, pois a ideia é apresentar um relatório consolidado anual de todas as condicionantes que estão nesse adendo. Depois o conselheiro Julio Grillo poderia nos explicar.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Essa parte, como vocês devem ter observado, estão dentro das considerações que me foram enviadas pelas ONGs locais. E na verdade eles querem que essas diversas atividades sejam cumpridas, esses condicionantes, antes do início da operação. Nesse caso do item 1, apresentar relatório consolidado anual com status do andamento do cumprimento de todas as condicionantes, eu acho que antes do início da atividade seria factível. Olhar as condicionantes. Essas condicionantes foram cumpridas? Em que estágio estão de cumprimento?” Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “Com relação a essa primeira, pode ser que ela se encaixe nas condicionantes que já existem, mas nessas que nós estamos propondo, como todas elas têm prazo para serem cumpridas, não faria sentido. Se for para cumprir antes, não ia nem ser condicionante, mas uma ação complementar. A Supram Norte entende que esse relatório seria mais para fazer um resumo, todo final de ano, para sabermos o que foi cumprido.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Ok. Vamos para o item 4 então.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Presidente, eu realmente achei que a resposta do Pedro foi bastante contundente. E como também eu represento aqui um órgão licenciador essas questões que definem prazos de atendimento são muito

importantes para não gerar na sequência um descumprimento de obrigações e que, se não forem muito bem definidos, ficam inviáveis e não factíveis de serem atendidos. Então eu considero que essas definições fazem parte da essência e da competência do órgão licenciador de dizer exatamente qual é o melhor momento em que essas obrigações têm que ter a sua comprovação por parte dos órgãos. Então quando foi colocado me trouxe uma apreensão, porque era preciso visitar cada uma delas no detalhe para saber se poderiam ser cumpridas antes. Mas o Pedro foi muito objetivo para poder pontuar a clareza de que não procede essa proposta, pela inviabilidade de se apresentar a comprovação daquilo que precisa de ser executado dentro de um determinado prazo, que não é o antes de iniciar as atividades.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então em relação à proposição de alteração da condicionante 1, item, 1, a Superintendência se manifesta pela manutenção conforme o PU. Lembrando aos senhores que sempre nós colocamos em votação a manifestação da Superintendência. Então, quando eu colocar em votação o parecer, a condicionante 1 vai estar conforme constante no Parecer Único, os senhores estarão votando conforme o Parecer Único. Então vamos para a 4.” Pedro Henrique Criscolo Parrella Câmara/Supram Norte de Minas: “A condicionante 4 é uma condicionante padrão, formalizar o processo de compensação ambiental no IEF da compensação minerária em 120 dias. Temos um procedimento definido para isso, de uma complementação que é condicionada.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “No caso, a solicitação da comunidade é clara. ‘São 120 dias? Coloca aí que isso deveria ter sido comprovado, esse processo administrativo, o cumprimento da medida compensatória, antes do início da obra.’ Pedro Henrique Criscolo Parrella Câmara/Supram Norte de Minas: “É o que está definido nos procedimentos de todas as Supramps mesmo, de ter um prazo para cumprir. Cada compensação tem um procedimento específico. Por exemplo, a de Mata Atlântica é prévia, mas essa do artigo 75 do Código Florestal estadual é condicionada. Por isso que nós colocamos dessa forma.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O que a equipe está colocando, Julio, é que é uma condicionante padrão.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu entendi, comprehendo e concordo. Vamos seguir para a 5. ‘Apresentar relatório consolidado com avaliação da área a ser reconstituída ou memorial fotográfico. Substituir as áreas de execução conforme relatório técnico.’ Isso foi colocado como durante a vigência da licença, e o pessoal está querendo realmente que esse relatório consolidado sendo apresentado antes do início da expansão.” Pedro Henrique Criscolo Parrella Câmara/Supram Norte de Minas: “O nosso procedimento também com relação a compensação de área de preservação permanente, a empresa apresenta para nós um projeto técnico de recuperação (PTRS), acompanhado de um cronograma. Nós avaliamos e aprovamos o projeto técnico, com o cronograma, e condicionamos à execução daquilo que foi aprovado. E o que ele tem que comprovar para nós ao longo do tempo é que ele está seguindo esse cronograma e o projeto que já avaliamos. Por isso também entendemos que tem que manter com o prazo durante a vigência da

3005 licença e essa apresentação do relatório consolidado; 31 de janeiro, a cada ano  
3006 da vigência da licença." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Sem observações."  
3007 Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "Eu queria só  
3008 fazer uma observação, porque essa também é uma condicionante que não teria  
3009 como ser cumprida antes, já que o processo de recuperação é longo, vai levar  
3010 algum tempo até que a área esteja completamente recuperada. Então aprovamos  
3011 o projeto para ele ser executado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só  
3012 voltando, a 1, a 4 e a 5, o empreendedor queria se manifestar sobre elas? Então  
3013 passamos para a 6." Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de  
3014 Minas: "A 6 é 'apresentar a comprovação do cumprimento das ações do TCCF  
3015 pela Lei Federal 11.428/2006'. Essa também, nosso procedimento é de  
3016 apresentar um projeto, que vamos aprovar. Ele assinou um termo de  
3017 compromisso conosco, que é registrado em cartório, se não me engano, e a  
3018 condicionante é que ele execute o que foi acordado com a Supram. É outro caso  
3019 de uma área que está sendo recuperada. Nesse caso aqui não é nem  
3020 recuperação, é para incluir na matrícula. Mas ele assinou um termo de  
3021 compromisso, e nós vamos estar solicitando que ele cumpra de acordo com o  
3022 cronograma que ele estabeleceu. A 7 é a mesma coisa, só que, ao invés de o  
3023 termo ter sido assinado conosco, foi assinado com o IEF. E aí nós colocamos para  
3024 ele apresentar, ao final de 60 dias do cronograma que o IEF aprovou, que o IEF  
3025 declarou que ele cumpriu as medidas que ele acordou com o IEF. Na 10, não  
3026 fazemos objeção quanto à proposta do conselheiro." Presidente Yuri Rafael de  
3027 Oliveira Trovão: "A proposta do conselheiro é antes então." Conselheiro Julio  
3028 Cesar Dutra Grillo: "Antes do início." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
3029 "Nesse nós tivemos mudança. O empreendedor quer se manifestar? Não falou  
3030 nada, então vamos permanecer com essa. Então a redação da 10 eu já vou ler  
3031 de imediato. Tem a concordância da Superintendência. 'Apresentar relatório  
3032 demonstrando a redução do volume de sirene de ré e a instalação de  
3033 silenciadores nas descargas dos equipamentos móveis. Prazo: antes do início das  
3034 atividades autorizadas pela AIA.' É um novo prazo estipulado. Condicionante 12."  
3035 Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "A  
3036 condicionante 12 também é uma condicionante padrão que nós recebemos. O  
3037 monitoramento de qualidade do ar está sendo repassado para a FEAM, que  
3038 encaminhou para nós esse modelo de condicionante para poder passar essa  
3039 gestão da qualidade do ar para eles. Por isso que está esse prazo de 180 dias."  
3040 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Nesse caso, eu acho que deveria ter a  
3041 condicionante realmente de apresentar comprovação antes do início das  
3042 atividades." Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "A  
3043 condicionante 13 fala o seguinte. Realizar o monitoramento da qualidade se a  
3044 FEAM considerar que deve continuar, mas com a observação de manter o  
3045 automonitoramento, que atualmente está sendo feito, enquanto a FEAM não se  
3046 manifestar. Então o monitoramento de particulados vai continuar sendo realizado,  
3047 enquanto a FEAM faz análise da área." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Sim,

eu comprehendo, mas, por exemplo, o item ‘modelagem atmosférica com modelo Aermod e descrição do resultado com avaliação da qualidade do ar da área de influência do empreendimento’, isso pode ser apresentado antes do início, bem como o inventário das fontes atmosféricas do empreendimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Houve a discordância, e eu vou colocar em votação pelo parecer da Superintendência. Podemos até colocar apartado, caso o senhor queira, mas vou deixar pelo parecer da Supram.” Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “Na 14 também não fazemos objeção de ser alterado o prazo. Nós entendemos que pode ser o prazo que o conselheiro apresentou.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O empreendedor quer falar alguma coisa sobre a 14? Não? ‘Representar análise de todos os monitoramentos na comunidade de Piranga para os casos em que a vibração detectada tenha frequência menores que 4HZ...’ Condicionante 18.” Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “A 18 é ‘realizar um diagnóstico da qualidade estrutural’, aquilo que eu falei sobre a empresa fazer aquele estudo com relação a qual é a vibração que as residências da região suportariam, ao invés de ficar utilizando o parâmetro que temos hoje na ABNT. Mas enquanto isso vamos utilizar a norma nacional, que é o parâmetro da ABNT. Então por isso colocamos um prazo de 180 dias, para ele ter tempo de fazer esse estudo, e enquanto isso ele vai monitorar de acordo com o que está vigente. Então nós somos por manter o prazo de 180 dias.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Nesse caso também, eu gostaria de colocar a condicionante para ‘antes do início das atividades’.” Ricardo Carneiro Mineração Riacho dos Machados Ltda.: “Pelo menos a nós nos cabe questionar. São condicionantes que impedem o início da supressão e da reconformação da cava?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vocês têm que cumprir antes de iniciar.” Ricardo Carneiro Mineração Riacho dos Machados Ltda.: “Eu queria até ouvir o Ernesto, mas isso nos traz preocupações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu já passei pela 10 e a 14. Foi a única que teve alteração, Dr. Ricardo, as demais permanecem conforme o parecer da Superintendência. A 18 a Superintendência entende que permanece o prazo de 180 dias, e o Julio solicita que seja antes do início das atividades. Então eu vou colocar conforme parecer da Superintendência. Até o momento, da 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 14 e 18, as únicas que tiveram aquiescência da Superintendência para alteração do prazo foram a 10 e a 14. O empreendedor está solicitando que a gente dê uma lida de novo na 10. De qualquer forma eu já adianto que vou colocar a alteração ‘antes do início’, porque houve a concordância da Superintendência. Mas vamos lá, só para ouvir o empreendedor.” Ernesto Machado Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: “Só para tentar entender. Os monitoramentos nossos de ruído naquela região não dão nenhuma desconformidade ou não conformidade com relação a esse item de impacto sonoro ali naquela região. Então eu queria pedir para você reavaliar isso, porque nós temos apresentado constantemente. Se eu não tenho uma fonte, qual a real necessidade de se ter uma avaliação, de se colocar esses silenciadores em

3091 espaço de tempo tão curto como esse? É esse o questionamento do  
3092 empreendedor, para que consigamos tentar buscar uma linearidade junto a esse  
3093 tipo de situação. Quem sabe reduzir para 45 dias. Mas os dados técnicos  
3094 disponíveis hoje apontam que não tem nenhum problema vinculado de ruído  
3095 naquela região. Por isso eu entendo que, pelo estudo, pelo Parecer Único de  
3096 vocês, vocês mencionam o nosso estudo de ruídos daquela região. Eu acho que  
3097 por isso o entendimento dos 60 dias. Eu queria ponderar em cima desse ponto  
3098 para avaliássemos isso para tentar um princípio de razoabilidade. O que vocês  
3099 acham?" Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "No  
3100 nosso relatório sobre o monitoramento de ruídos lá na região, nós detectamos  
3101 dois pontos fora do padrão no período noturno. Os demais no período diurno e os  
3102 outros do noturno continuam dentro dos parâmetros. Nós colocamos esse prazo  
3103 de 60 dias porque achamos que seria razoável para a empresa conseguir finalizar  
3104 todo esse procedimento. Agora, como esse é um estudo apresentado lá em 2015,  
3105 também achamos que a empresa já podia até ter feito alguma movimentação com  
3106 relação a essas propostas. E por isso não fomos contrários ao que o conselheiro  
3107 solicitou." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então pela  
3108 Superintendência permanece 'antes das operações', 'antes da AIA'. Ok. Vamos à  
3109 condicionante nº 8?" Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Ok. Eu acho que está  
3110 legal, que está ok dessa forma. Está ok da minha parte." Pedro Henrique Criscolo  
3111 Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "Nós consultamos aqui qual é o  
3112 cronograma de supressão de vegetação, e lá no processo está que seriam só seis  
3113 meses de supressão. Nós propomos uma alteração para ficar no meio termo.  
3114 Seria apresentar relatórios parciais bimestrais e o relatório consolidado 15 dias  
3115 após finalizada a supressão." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu acho que  
3116 está ok. Relatórios bimestrais, e o consolidado 15 dias após. Ok." Conselheiro  
3117 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Um esclarecimento junto ao Pedro,  
3118 porque ele falou uma coisa importante, o período em que vai ter a retirada de  
3119 vegetação para poder possibilitar o aumento da inclinação da cava. O prazo que  
3120 eu gostaria que colocasse de novo." Pedro Henrique Criscolo Parrela  
3121 Câmara/Supram Norte de Minas: "O prazo que está no processo, eles informaram  
3122 que seria de seis meses, o cronograma traz prazo de 6 meses. Por isso que  
3123 estamos colocando essa condicionante até um pouco mais geral para apresentar  
3124 bimestral e ao final da supressão." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de  
3125 Lima: "Agora eu entendi bem, comprehendo bem e aceito a sua colocação."  
3126 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Lembrando que, embora estejamos  
3127 estipulando prazos, em um processo anterior eu disse o seguinte, que isso está  
3128 previsto no Decreto 47.383. Quando há alteração da condicionante em relação a  
3129 prazo que não altera o mérito da condicionante, pode ser revista pelo próprio  
3130 órgão de análise. Então caso o empreendedor verifique que em algum momento  
3131 o prazo ficou apertado ele deve justificar, por óbvio, antes de a condicionante  
3132 vencer. É possível, dentro do Decreto 47.383, sem necessidade de estar  
3133 retornando aqui aos senhores. Mas de qualquer forma eu entendo que é muito

válida a discussão em relação ao prazo, porque passamos a ter um alinhamento com os senhores. A última condicionante é a inclusão de uma nova condicionante, já lida pelo conselheiro Julio." Clésio Cândido Amaral/Supram Norte de Minas: "Essa condicionante, que é sobre a formação de um Grupo de Trabalho, não temos nem como aferir, posteriormente, uma condicionante desse modo. Caso descumpra, é difícil podermos analisar. Nós entendemos que a qualquer momento a empresa ou mesmo a comunidade, as organizações podem estabelecer. Isso faz parte, inclusive, da comunicação social e dessa inter-relação que a empresa faz com a comunidade. Não vemos nesse sentido a possibilidade de incluir isso enquanto uma condicionante. Ela depende de anuênciam do Ministério Público e outros órgãos, sobre a qual ninguém foi consultado e a ninguém foi manifestado sobre essas questões todas. Então não concordamos em colocar ou acrescentar essa condicionante. Embora, em se tratando do processo de licenciamento ambiental, inclusive, na revalidação, qualquer proposta, qualquer consideração a ser feita em relação ao empreendimento, pode ser enviada à Supram a qualquer momento, ou seja que órgão for, e vai entrar nas discussões e na análise dos técnicos sobre esses pontos dentro do processo." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu entendi, acho que sua colocação é fundamentada, clara, mas eu queria dizer o seguinte: essa condicionante que está aí, quer dizer, o texto é ipsis litteris o que foi entregue pelas ONGs. E ele retrata a insegurança que as comunidades locais têm tido em relação a essa comunicação com a empresa. Eu acho – aí estou falando sem ter discutido com eles – que a solicitação para instituir um grupo de discussão formado por, além dos empreendedores e a comunidade, alguns atores externos é justamente para poder dar para eles a garantia de que essa comunicação e essa clareza na comunicação existirão. Vocês podem perfeitamente propor alguma coisa que seja mais de acordo com o processo de vocês, mas nós aqui já vimos, ao longo de toda a discussão, que não está existindo uma interlocução adequada e temos que fazer com que essa interlocução seja adequada. Então você pode substituir essa condicionante, sugira alguma outra coisa, mas na verdade a intenção da comunidade era ter um grupo de discussão com observadores externos para que eles possam se sentir mais seguros em relação às demandas deles." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Presidente, eu posso contribuir com a solução. Eu queria propor ao Julio Grillo, em vez de ser uma condicionante, vamos transformar isso em uma moção, apresentada pelos conselheiros e que vai ser, evidentemente, tratada junto à empresa e junto à própria Supram, que pode ajudar nesse apoio. Em vez de ser uma condicionante, uma moção que nós podemos aprovar." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Orsini, pode ser, mas nesse caso a moção deveria ser clara, colocando a responsabilidade da organização desse grupo de discussão a cargo de alguém, que nesse caso eu acho que deveria ser a Supram Norte." Clésio Cândido Amaral/Supram Norte de Minas: "Julio, eu entendo também que a moção seria uma coisa mais adequada nesse sentido. Tem até alguns outros Grupos que instituídos, só que foram instituídos pelo Ministério Público, do qual

3177 nós participamos. Hoje nós participamos desses Grupos com os municípios para  
3178 discutir a questão de resíduo sólido urbano, que é essa complexidade que você  
3179 sabe que existe no Norte de Minas, municípios muito pequenos e tal. Talvez essa  
3180 moção, trazendo o Ministério Público para essa discussão como o interlocutor  
3181 direto e o coordenador disso, o que é bem o papel do Ministério Público, e nós  
3182 não nos furtamos a participar desse Grupo junto ao Ministério Público, nesse  
3183 sentido. Eu sei que o Ministério Público não está aqui para poder até se manifestar  
3184 em relação a isso. Como nessa moção você quer que coloque alguém  
3185 responsável hoje para poder puxar essa discussão, essa formação do Grupo, um  
3186 cronograma de discussão, eu vejo que seria o melhor caminho nesse sentido.”  
3187 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O meu receio de uma proposta nesse  
3188 sentido é o seguinte. Uma condicionante é uma imposição à empresa, se ela não  
3189 cumprir, está sujeita a autuação e, dependendo, quando causa poluição ou  
3190 degradação, ou mesmo ao embargo das atividades. Mas é certo que se ela não  
3191 cumprir ela está sujeita a uma atuação. Essa condicionante que está sendo  
3192 imposta, que poderia ser imposta ao empreendedor, cria algumas questões. Por  
3193 exemplo: ‘Discussão e acompanhamento das atividades relacionadas aos  
3194 impactos sociais diretos e indiretos à comunidade, formada pelos conselhos do  
3195 COPAM, Supram Norte, representantes das comunidades do entorno e MPMG.’  
3196 O MPMG não está nem presente neste momento. Eu não estou falando que ele  
3197 não participaria dessa condicionante, mas não está presente aqui neste momento  
3198 para aquiescência. Se o MPMG não quiser participar desse Grupo, e nós  
3199 aprovarmos uma condicionante nesse sentido, a empresa vai ser autuada? Porque  
3200 a condicionante determina que o MPMG participe. Então essa condicionante, que  
3201 impõe a quem quer que seja, qualquer empreendedor, a participação de  
3202 comunidade, de conselhos, de outros entes, na qual a empresa não pode definir  
3203 sobre a participação é muito temerosa. Mas fica a cargo dos senhores decidirem  
3204 sobre a questão.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Eu gostaria de  
3205 fazer uma breve consideração, observado também o papel do Ibama na condição  
3206 de ser um órgão licenciador. Essa proposta encaminhada, embora tenha uma  
3207 legitimidade, sem sombra de dúvida, ao tentar organizar uma participação de  
3208 diferentes atores no acompanhamento dos processos e mais do que no  
3209 acompanhamento, porque essa comissão ou esse grupo teria algumas  
3210 obrigações explícitas, muito bem definidas, me traz uma apreensão sobre o olhar  
3211 do órgão licenciador que eu represento, que é a criação, sem sombra de dúvida,  
3212 de uma estrutura adicional, uma estrutura concorrente para exercício das  
3213 atividades vinculadas ao licenciamento, que estão muito bem definidas como  
3214 responsabilidade dos atores dentro do processo e do rito do licenciamento. Quais  
3215 sejam as obrigações do empreendedor, as obrigações do órgão licenciador e  
3216 também o direito de se organizar, da melhor maneira que se entenda, da  
3217 sociedade, que pode articular ações voluntárias, ações articuladas de  
3218 participação, de questionamento das questões e também de acionamento, tanto  
3219 dos órgãos oficiais do licenciamento, como aqueles ligados ao controle, quais

3220   sejam, o Ministério Público, a Defensoria Pública e outros atores para  
3221   participação. Quando se coloco isso como uma moção me traz uma preocupação,  
3222   porque acho que moção não seria o melhor instrumento a colocar. Quando se  
3223   coloca isso como condicionante, me traz uma apreensão de gestão e governança  
3224   sobre as obrigações e responsabilidades, porque, exatamente como disse o  
3225   presidente Yuri, fica uma imposição ao empreendedor de conduzir um grupo como  
3226   esse, coisa que, com certeza, não seria a melhor maneira de ter eficácia deixar  
3227   isso para ele. Se a própria sociedade quiser se articular e trabalhar em conjunto  
3228   com os diferentes atores, ela vai poder fazê-lo de uma maneira que entender  
3229   melhor, colocando à frente o Ministério Público, que não está presente aqui nesta  
3230   discussão. Mas como órgão licenciador que represento aqui nesta discussão me  
3231   preocupa a criação de uma estrutura que possa ter responsabilidades  
3232   concorrentes a tudo que está disciplinado no nosso normativo do licenciamento.”  
3233   Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu achei muito lúcidas as colocações  
3234   do Dr. Enio. Essa questão que foi levantada pelo Dr. Enio eu tenho absoluta  
3235   certeza de que está correta. Senhores conselheiros, eu vou fazer o seguinte  
3236   encaminhamento. Eu vou colocar essa sugestão de inclusão apartada das  
3237   demais. Nas condicionantes 1, 4, 5, 6 e 7, houve a discordância da Supram, e  
3238   permaneceu conforme o PU. Na 10, houve a concordância da Supram para alterar  
3239   o prazo. Na 12, houve a discordância, permanecendo conforme o Parecer Único.  
3240   Na 14, houve a alteração para ‘antes do início’. Na 18, houve discordância da  
3241   Superintendência, permanecendo conforme o Parecer Único. E 8 foi alterada.  
3242   Todas elas já foram lidas, então eu vou colocar em votação essas condicionantes.  
3243   A permanência, conforme o PU, das condicionantes 1, 4, 5, 6, 7, 12 e 18. E com  
3244   a alteração dos prazos das condicionantes 10, 14 e 8. Em votação.” Conselheira  
3245   Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, questão de ordem. Nós estamos  
3246   votando primeiro as condicionantes? Porque o Regimento Interno fala: ou vota  
3247   junto ou vota antes o processo para depois votar as condicionantes.” Presidente  
3248   Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Me desculpe, eu fiquei preso às condicionantes e  
3249   não falei do processo. Os senhores me desculpem, conselheiros. Conforme o  
3250   Regimento Interno, feita a condução de forma equivocada do presidente, eu posso  
3251   retornar o processo de votação. A Denise me chamou atenção, e eu estou vendo  
3252   que conduzi de forma equivocada a nossa votação. Então eu vou voltar a votação,  
3253   e vai ser pelo deferimento da licença conforme as alterações já discorridas.  
3254   Votando conforme o Parecer Único, conforme a alteração das condicionantes, do  
3255   prazo, da 10, 14 e 8. Ok? Estamos votando conforme Regimento Interno, em ato  
3256   simultâneo.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,  
3257   Sindiextra, Fiemg e SME. Abstenções: Relictos e ProMutuca. Ausência: Abes.  
3258   Justificativas de abstenções. Conselheiro José Angelo Paganini: “Relictos se  
3259   abstêm. As manifestações da sociedade civil indicam que existem muitos  
3260   problemas a serem resolvidos, e os instrumentos de comunicação com a  
3261   sociedade precisam ser melhorados. Por essa razão, eu estou me abstendo.”  
3262   Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O meu voto é idêntico ao voto do Paganini,

3263 as mesmas razões. Abstenção pelos mesmos motivos." Presidente Yuri Rafael de  
 3264 Oliveira Trovão: "Licença aprovada, com as alterações já faladas, com nove votos  
 3265 favoráveis, duas abstenções e uma ausência. Agora nós vamos pela inclusão da  
 3266 nova condicionante. Essa sugestão já foi discutida pelos senhores, já foi  
 3267 apresentada. Que seja instituído grupo de discussão e acompanhamento das  
 3268 atividades relacionadas aos impactos diretos e indiretos às comunidades do  
 3269 entorno da cava, formado pelos conselheiros do COPAM, Supram Norte,  
 3270 representantes das comunidades do entorno, MPMG e quem mais se dispor. O  
 3271 objetivo desse grupo seria propor junto ao órgão ambiental licenciador ações de  
 3272 mitigação, compensação e monitoramento dos impactos gerados pela atividade  
 3273 minerária no entorno do empreendimento. Prazo: antes do início das atividades."

3274 Votos favoráveis: Sede, Sedese, Codemig, ANM, Relictos e ProMutua. Votos  
 3275 contrários: Segov, Ibama, Sindieextra, Fiemg e SME. Ausência: Abes. Justificativas  
 3276 de votos contrários. Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: "Apesar de  
 3277 reconhecer a importância desse espaço, como não vejo como posteriormente  
 3278 cobrar isso da empresa, meu voto é contrário." Conselheiro Enio Marcus Brandão  
 3279 Fonseca: "O Ibama vota contrário pela argumentação apresentada na discussão  
 3280 pouco tempo atrás." Conselheira Denise Bernardes Couto: "Voto contrário por  
 3281 entender que não há como cobrar isso do empreendedor, posteriormente, e por  
 3282 entender também que nós estamos criando uma instância relativa ao  
 3283 licenciamento ambiental paralela ao órgão ambiental competente para  
 3284 fiscalização de condicionantes ambientais, que aí no caso seria a Supram Norte  
 3285 de Minas." Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Contrário por entender,  
 3286 primeiro, todas as questões levantadas aqui pelo Enio e pela Denise e também  
 3287 por entender que esse grupo está retirando ou sobrepondo a competência legal  
 3288 do órgão ambiental. O órgão ambiental está perdendo a competência dele para  
 3289 um grupo criado por uma condicionante." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
 3290 Nunes de Lima: "A SME segue o brilhante raciocínio do nosso colega Enio  
 3291 Fonseca. Ou seja, eu voto contra." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 3292 "Então condicionante aprovada por seis votos favoráveis e cinco contrários.  
 3293 Condicionante incluída." **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
**3294 EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DE LICENÇA DA OPERAÇÃO.** **11.1)**  
 3295 **LafargeHolcim Brasil S/A. Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas**  
 3296 **cársticas com ou sem tratamento. Montes Claros/MG. PA**  
 3297 **00056/1989/025/2003, ANM 831.062/1986. Condicionante nº 13. Classe 6.**  
 3298 **Apresentação: Supram Norte de Minas.** Processo retirado de pauta com pedido  
 3299 de vista da ProMutua e vista conjunta solicitada pela Fiemg. Justificativa.  
 3300 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "A minha justificativa para todos os pedidos  
 3301 de vista é muito simples. As organizações não governamentais de defesa do meio  
 3302 ambiente solicitaram, me solicitaram, e eu assumi esse compromisso com eles, para  
 3303 eu solicitar vista em todos os processos, para que eles tenham tempo de analisar  
 3304 o processo e se manifestarem. E eu, como representante dessas ONGs no  
 3305 Conselho, mesmo que eventualmente o meu entendimento seja diferente, como

é o caso do 13.1, tenho que seguir aquilo que foi o compromisso firmado.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu vou pedir vista para avaliar as condicionantes incluídas no processo.” **12) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO.** **12.1)** JLC Mineração Ltda. Pesquisa mineral, com ou sem emprego de guia de utilização, com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágio médio e avançado de regeneração, exceto árvores isoladas; pilhas de rejeito/estéril. Barão de Cocais/MG. PA 14303/2019/001/2019, ANM 830.981/2014. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). **Apresentação:** Supram Leste Mineiro. Processo retirado de pauta pela Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou retirar esse processo de pauta. Nós até tínhamos disponibilizado e depois retiramos e colocamos observação em relação a esse item. Foi necessário fazer algumas correções, e não foi possível pautar esse processo novamente com as correções realizadas em virtude do prazo. Então ele está sendo retirado de pauta.” **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA.** **13.1)** Vale S/A. Coprodutos. Areia Mina Brucutu. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. PA 3245/2020, ANM 005.441/1958; 008.337/1960; 830.024/1993; 830.696/1990; 830.370/1985 e 830.172/2001. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). **Apresentação:** Suppri. Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada por SME, Sindieextra e Fiemg. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria pedir vista também no sentido de avaliar exatamente a questão da inovação nos processos minerários.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Também pedir vista pegando esse gancho da inovação tecnológica.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Vista conjunta pelos mesmos motivos expostos pela Denise e o Orsini.” Justificativa de vista da ProMutuca conforme registrado no item 11.1. **14) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **14.1)** Britacal - Indústria e Comércio de Brita e Calcário Brasília Ltda. Pilhas de rejeito/estéril. Unaí/MG. PA 15846/2008/002/2019, ANM 830.921/1997 e 831.075/2002. Classe 5. **Apresentação:** Supram Noroeste. Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada por SME, Sindieextra e Fiemg. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu peço vista para conhecer um pouco mais esse processo em função do desenvolvimento agroindustrial da região de Unaí.” Justificativa de vista da ProMutuca conforme registrado no item 11.1. **15) ENCERRAMENTO.** Moção aprovada pela CMI para realização de reuniões extraordinárias de políticas ambientais. A Câmara de Atividades Minerárias aprovou por unanimidade moção para a realização de reuniões extraordinárias trimestrais para tratar de políticas ambientais, nos seguintes termos: “À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

3349 Sustentável (SE MAD), conforme legislação que dispõe sobre sua organização,  
3350 incumbe a formulação, coordenação, execução e supervisão das políticas  
3351 públicas de conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais  
3352 visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade ambiental do  
3353 Estado (Decreto 47.787, de 13 de dezembro de 2019). Consoante com a  
3354 competência estrutural da Secretaria, o COPAM tem, por finalidade, deliberar  
3355 sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas,  
3356 padrões e outras medidas de caráter operacional para preservação e conservação  
3357 do meio ambiente e dos recursos ambientais (artigo 14º da Lei 21.972/2016).  
3358 Desse modo, com o escopo de garantir a discussão sobre política ambiental no  
3359 contexto governamental do Conselho de Política Ambiental, de modo a ampliar e  
3360 aprofundar os debates, sugiro a adoção das reuniões sobre políticas ambientais,  
3361 conforme abaixo se dispõe. Reuniões extraordinárias a cada três meses da  
3362 Câmara de Atividades Minerárias (CMI), com o objetivo de discutir políticas  
3363 ambientais e preparar propostas de alterações normativas; Os temas podem ser  
3364 propostos pelos conselheiros, e a ordem e o funcionamento das reuniões seguirão  
3365 o que determina o Regimento Interno do COPAM; Primeira reunião a se realizar  
3366 em setembro de 2020.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Ibama, ANM,  
3367 Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca e SME. Ausências: Codemig e Abes.  
3368 Votação da proposta de frequência bimestral (apresentada pela ProMutuca) ou  
3369 trimestral (apresentada pelo Sindieextra) para a realização das reuniões. A  
3370 Presidência fez o encaminhamento de votação da proposta de frequência  
3371 bimestral, esclarecendo que os votos contrários representariam a escolha da  
3372 frequência trimestral. Votos contrários à frequência bimestral: Segov, Sede,  
3373 Sedese, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg e SME. Votos favoráveis: Relictos e  
3374 ProMutuca. Ausências: Codemig e Abes. Houve consenso para que os temas das  
3375 reuniões de política ambiental sejam escolhidos por votação entre os membros  
3376 da Câmara. **Criação de Grupo de Trabalho.** Após a aprovação da moção para a  
3377 realização de reuniões extraordinárias trimestrais da CMI para tratar de políticas  
3378 ambientais, houve consenso entre os conselheiros presentes no sentido de  
3379 solicitar ao presidente do COPAM a criação de um Grupo de Trabalho (GT), nos  
3380 termos do artigo 42 do Regimento Interno, que ficará responsável pela definição  
3381 e preparação das pautas das reuniões extraordinárias. Foram indicadas, também  
3382 por consenso, as seguintes entidades para compor o GT: Segov, Sede,  
3383 Sindieextra, Fiemg, ProMutuca e SME. Após a criação do Grupo de Trabalho, a  
3384 escolha do coordenador será feita pelos próprios membros em sua primeira  
3385 reunião. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael  
3386 de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a  
3387 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

3388

3389

3390  
3391  
3392  
3393  
3394  
3395

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**